

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**AS COMUNIDADES RURAIS E O SEU NOVO SIGNIFICADO COMO LUGAR  
A PARTIR DA INTRODUÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO INTEGRADA  
EM ORLEANS - SC**

**MARCIO FENILI ANTUNES**

**ORIENTADOR: PROF. DR. LUIZ FERNANDO MAZZINI FONTOURA**

**PORTO ALEGRE, JULHO DE 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS COMUNIDADES RURAIS E O SEU NOVO SIGNIFICADO COMO LUGAR  
A PARTIR DA INTRODUÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO INTEGRADA  
EM ORLEANS - SC**

**MARCIO FENILI ANTUNES**

**Orientador: Prof.Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura**

**Banca Examinadora: Prof. Dr. Claudio Alvin Zanini Pinter  
Prof. Dr. Alvaro Luiz Heidrich  
Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Geografia  
como requisito para obtenção do Título de  
Mestre em Geografia.**

**Porto Alegre, julho de 2006**

## Agradecimentos

*Aos meus familiares, amigos e colegas de trabalho, em especial à minha esposa e ao filho que sempre me apoiaram nesta tarefa, pelo carinho e estímulo;*

*Aos professores do curso de pós-graduação, pelas aulas, críticas e oportunidades de discussão. Em especial ao professor Doutor Luiz Fernando Mazzini Fontoura pela paciência, dedicação e orientação;*

*À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituição que me possibilitou, de forma gratuita, realizar os estudos necessários para a conquista deste objetivo;*

*Ao meu pai, de forma póstuma, por tudo.*

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	8
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1 O SUL CATARINENSE: A REGIÃO.....	15
1.1 A REGIÃO COMO CONCEITO.....	15
1.2 O SUL CATARINENSE NO ESPAÇO DO ESTADO.....	19
1.3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO REGIONAL.....	23
1.4 A FORMAÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS.....	30
2 O MUNICÍPIO DE ORLEANS – O TERRITÓRIO.....	35
2.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO.....	35
2.2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO.....	38
2.2.1 O Colono.....	41
2.2.2 A Empresa de Terras e Colonização.....	42
2.2.3 A Igreja.....	45
3 A COMUNIDADE RURAL: O LUGAR.....	47
3.1 UMA PROPOSTA DE ESTUDO.....	47
3.2 O LUGAR DO CAMPONÊS.....	54
3.3 O MODO DE VIDA CAMPONÊS.....	59

3.4	OBJETOS E AÇÕES .....	61
3.5	A INTRODUÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS .....	75
3.5.1	A Fumicultura .....	78
3.5.2	A Suinocultura .....	81
3.5.3	A Avicultura .....	83
4	O LUGAR DO INTEGRADO .....	95
4.1	A RELAÇÃO ENTRE INTEGRADORA E INTEGRADO .....	95
4.2	OBJETOS E AÇÕES .....	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	106
	BIBLIOGRAFIA .....	115
	ANEXOS .....	121

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Uma visão estereotipada do Brasil.....	17
Figura 2:	O Estado de Santa Catarina no espaço brasileiro.....	19
Figura 3:	As mesorregiões geográficas de Santa Catarina.....	20
Figura 4:	O Sul de Santa Catarina no contexto geomorfológico do Estado.....	21
Figura 5:	Tipos climáticos de Santa Catarina.....	22
Figura 6:	Unidades geomorfológicas do Sul de Santa Catarina.....	23
Figura 7:	Esquema da linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas de 1494.....	24
Figura 8:	Litoral catarinense no Século XVII.....	25
Figura 9:	Compartimentação geomorfológica do Sul de Santa Catarina..	27
Figura 10:	Perfil topográfico oeste-leste da mesorregião do sul catarinense.....	27
Figura 11:	Potencial de uso dos solos no Sul de Santa Catarina.....	29
Figura 12:	O Sul de Santa Catarina nos anos 30.....	31
Figura 13:	As três microrregiões do sul catarinense.....	34
Figura 14:	Serraria movida à água (Museu ao ar livre – Orleans-SC).....	37
Figura 15:	O Vale do Braço do Norte.....	39
Figura 16:	1ª Estação Ferroviária de Orleans.....	40
Figura 17:	Os últimos bugres: Gapen, Japru e Canharã.....	44
Figura 18:	Processo de povoamento e colonização do Sul de Santa Catarina.....	57
Figura 19:	Mapa mental do Rio Novo – por Antonio João Coan.....	64
Figura 20:	Janela Furada.....	66

Figura 21:	Maria Fumaça cruzando a ponte de ferro na entrada de Laguna-SC.....	68
Figura 22:	Antiga casa de comércio que também realizava a moagem de milho e arroz – Comunidade de Rio Laranjeiras.....	70
Figura 23:	Mapa mental da Comunidade de Vila Nova – por Maria Loli Menegasso.....	71
Figura 24:	Foto de uma antiga residência no interior do município de Orleans-SC.....	71
Figura 25:	O município de Orleans e os fluxos comerciais a partir do lugar do camponês.....	74
Figura 26:	Plantação de fumo na localidade de Vila Nova, município de Orleans-SC.....	79
Figura 27:	Evolução anual brasileira do número de pessoas abaixo da linha de indigência e da produção de carne de frango (1989-1999).....	85
Figura 28:	Participação dos estados na produção de carne de aves no ano de 2004.....	88
Figura 29:	Fluxos regionais da produção de frango em Orleans-SC.....	92
Figura 30:	Fluxos extra-regionais da produção de frango do município de Orleans-SC.....	94
Figura 31:	Florestamento de <i>pinus</i> no município de Orleans-SC.....	97
Figura 32:	Vista da Comunidade de Brusque do Sul – Orleans-SC.....	100
Figura 33:	Antiga casa de comércio da comunidade de Brusque do Sul...	101
Figura 34:	Antiga capela da comunidade de Curral Falso.....	102
Figura 35:	Interior de uma granja de frango.....	104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Taxas de crescimento populacional das cidades de Tubarão e Criciúma.....	32
Tabela 2:	Comparativo demográfico entre as microrregiões do Sul de Santa Catarina.....	34
Tabela 3:	Participação da mão-de-obra na produção agrícola.....	78
Tabela 4:	Crescimento do consumo de carne.....	84
Tabela 5:	Consumo mundial de carne de aves (Mil t).....	85
Tabela 6:	Brasil: exportação de carne de frango (Mil t).....	86
Tabela 7:	Carne de frango: produção brasileira de 2001 a 2005.....	87
Tabela 8:	Área e quantidade dos estabelecimentos rurais – 1996 Município de Orleans/SC.....	90

## RESUMO

Esta pesquisa examina o significado e o papel que as comunidades rurais do interior do município de Orleans assumiram na região Sul de Santa Catarina tendo em vista a penetração e expansão dos sistemas de produção integrada, especialmente de frangos. Resgata os conceitos de região, território e lugar para analisar os processos de formação territorial e a importância da técnica para o estabelecimento das relações do homem com o seu meio. As comunidades são tomadas como lugares, caracterizados neste trabalho em dois momentos históricos: o início de sua formação, época dos primeiros imigrantes e o tempo atual, após as transformações sofridas pela penetração da fomicultura, da suinocultura e da avicultura integrada. O objetivo é revelar um novo lugar, seja pelo papel que exercem estas comunidades nas atuais redes de produção e comércio, seja pelas novas relações que seus moradores estabelecem com o meio.

Palavras-chave: região, território, lugar, técnica, produção integrada.

## **ABSTRACT**

This research examines the meaning and the role that rural communities of the countryside of the town of Orleans took in the South Region of Santa Catarina, focusing on the penetration and expansion of the systems of integrated production, especially concerning chicken. It brings back the concepts of region, territory and place to analyze the processes of territorial formation and the importance of the technique for the establishment of the relationship among men and its environment. The communities are taken as places, characterized in this paper in two historical moments: the beginning of its formation, time of the first immigrants and nowadays, after the transformation occurred through the penetration of the tobacco culture, the pig-raising and the integrated aviculture. The aim of this paper is to reveal a new place, either for the role this communities play in the current production nets and commerce or for its new relations that the inhabitants establish with the environment.

Key-words: region, territory, place, technique, integrated production.

## INTRODUÇÃO

O mundo vive de transformações de ordem social, política e econômica que vem promovendo mudanças nos processos de organização dos espaços. Os territórios nacionais, estaduais e municipais reestruturam-se face aos fenômenos globais que repercutem em todos os níveis de escala espacial. Nesse contexto, é da escala do mundo que trata a maior parte dos autores. Milton Santos, no entanto, destaca que estas transformações se refletem de maneiras diferenciadas em cada lugar (2002, p. 314).

A nossa proposta veio então ao encontro das idéias de Santos, ao entendermos que as comunidades no meio rural do município de Orleans, nossa terra natal, passavam por processos que refletiam essas transformações. Fundadas por imigrantes europeus entre o final do século XIX e início do século XX tais comunidades são caracterizadas pela predominância de pequenos proprietários. O apego à terra, o culto às tradições e à religião e o estabelecimento de estreitos laços de solidariedade entre os moradores possibilitou a cada comunidade a construção de suas marcas, seus nós, suas referências territoriais. E possibilitou ainda que cada comunidade se constituísse num nó dentro dos sistemas territoriais mais amplos. Consideramos assim cada comunidade um lugar, mas um lugar que vem passando por modificações motivadas pela penetração dos sistemas de produção pela via integrada: fomicultura, suinocultura e avicultura.

Este trabalho visa a revelar as comunidades rurais enquanto lugares transformados por estes novos sistemas técnicos, apontando seu novo significado, tanto para seus moradores quanto para os atores externos. Baseamo-nos nas idéias

de Santos e procuramos entender a dialética interna e externa destes lugares a partir dos sistemas de objetos e sistemas de ações.

Sob tal perspectiva, adotamos três níveis de análise: o primeiro nível é o da região sul catarinense. O segundo é o do município de Orleans. O terceiro é o das comunidades rurais. No primeiro caso, trabalhamos com o conceito de região. No segundo, o território. No terceiro, o de lugar.

A metodologia da pesquisa envolveu, num primeiro momento, revisão bibliográfica, notadamente àquela relacionada aos conceitos de região, território, lugar, espaço e rede. Em seguida, direcionamo-nos para a pesquisa da bibliografia histórica da região, fase em que muito nos serviram as obras do Padre João Leonir Dall'Alba. Outros dados bibliográficos foram levantados diretamente em órgãos do município, como o escritório local do IBGE e a Prefeitura Municipal, ou em "sites" direcionados à avicultura e integração da pecuária.

Uma outra etapa metodológica que realizamos foi a pesquisa de campo. Nesta fase, optamos por percorrer o município e entrevistar pequenos proprietários, entre integrados e não integrados, velhos e novos. Também foram realizadas diversas fotografias de aspectos significativos da paisagem. Nossa preocupação foi muito mais qualitativa do que quantitativa, resultando numa seleção de entrevistas e mapas mentais que colocamos no final deste trabalho, como anexos. Somente algumas destas entrevistas e destes mapas foram usadas no corpo do texto, bem como as fotos com maior valor ilustrativo.

No primeiro capítulo, abordamos a formação do espaço da região Sul Catarinense. Discutimos o conceito de região e tomamos particularmente o conceito de região-paisagem, bem como as divisões propostas pelo IBGE. Verificamos a influência da geomorfologia para a atual configuração territorial, chegando a propor uma compartimentação que teria contribuído para o desenvolvimento de atividades diferenciadas em cada um destes compartimentos: O litoral, os patamares orientais da Bacia do Paraná e as serras do leste catarinense. Retomamos dados históricos, através dos quais realçamos a importância da cidade de Laguna para o processo de

povoamento da região. As cidades de Tubarão e Criciúma vão aparecer como principais pólos de desenvolvimento.

No segundo capítulo, analisamos o espaço ao nível do território, conceito que tomamos emprestados de vários autores, destacando-se dentre eles Milton Santos, Rogério Haesbaerth e Álvaro Heidrich. Sob uma perspectiva histórica, analisamos os elementos mais importantes para a formação do território do município de Orleans. Considerando que o território se efetiva quando ocorre a dominação política e a apropriação afetiva, observamos que estas condições foram atingidas pela atuação de três agentes principais: o colono a partir de sua comunidade, a Empresa de Terras e Colonização e a Igreja, enquanto instituição e concretude material.

No terceiro capítulo, explicamos o que é um lugar e como deve ser estudado. Os lugares são os pontos nodais do espaço e é através deles que o espaço se realiza. Utilizamos aí amplamente as idéias de Milton Santos e expomos que os lugares devem ser estudados a partir do conjunto de objetos e ações que os integram. Menção especial fizemos à mediação tecnológica, pois os objetos vão adquirir valor a partir da mediação tecnológica.

Analisamos o papel e o significado das comunidades rurais do interior do município de Orleans na época dos primeiros imigrantes. Esclarecemos que estas comunidades funcionaram como pontos nodais das redes de comércio estabelecidas entre o litoral e a serra, servindo também como fornecedoras de alimentos tanto para a colônia como para as áreas de produção de carvão que lhes eram vizinhas. Como estes lugares também foram os espaços de convivência para a família camponesa, abordamos rapidamente o modo de vida camponês. Para a compreensão dos espaços destas comunidades foi necessário lançar mão das entrevistas mais significativas dentre as que realizamos com os colonos, bem como relacionar e caracterizar os objetos que consideramos mais significativos. Reproduzimos no texto fotos dos locais e objetos observados e considerados mais relevantes.

Ainda, no terceiro capítulo, expomos o conjunto de transformações técnicas pelas quais passaram as comunidades rurais. Essas transformações foram

representadas pela introdução dos sistemas de produção integrada. Assim, analisamos as causas e as implicações da introdução das três atividades com expressão no município, a fumicultura, a suinocultura e a avicultura. Estas atividades promovem um papel diferenciado para as comunidades dentro do espaço regional e estadual. Também vão modificar seu significado enquanto lugar de convivência do colono.

O quarto capítulo é o que aborda as comunidades rurais já modificadas em seu papel e significado. Tomamos como referência à comunidade de Rio Laranjeiras e um produtor integrado para, numa análise mais qualitativa e menos quantitativa, caracterizar os sistemas de objetos mais representativos das comunidades rurais. Os objetos elencados e descritos no capítulo três são novamente caracterizados neste capítulo, possibilitando comparar seu papel e significado antes e depois das transformações técnicas introduzidas pelos sistemas de integração. Ao final nos foi possível falar do surgimento de um novo lugar, ou um lugar ressignificado: as comunidades rurais do interior do município de Orleans, em Santa Catarina.

# 1 O SUL CATARINENSE: A REGIÃO

## 1.1 A REGIÃO COMO CONCEITO

Os estudos regionais ganharam relevo a partir de Vidal de La Blache no final do século XIX. Nesta época a Geografia passava por um grande nó teórico e metodológico: ciência da natureza ou ciência do homem? Para Lencioni:

A relação entre os fenômenos físicos e humanos de uma dada área aparecia como solução para o impasse teórico-metodológico. Neste momento, consagraram-se os estudos regionais como a alternativa para a manutenção da unidade da disciplina Geografia (2003, p. 100).

Deste ponto em diante multiplicam-se as concepções sobre o que seja região e o enfoque teórico-metodológico sobre ela vai sofrendo críticas e redefinições. A região de La Blache possui realidade objetiva e pode ser distinguida na paisagem. A região é “uma personagem” que existe em si. Cabe ao geógrafo estudá-la e estabelecer a síntese das relações existentes entre os elementos de ordem natural e sociocultural. La Blache afirmava a unidade dos aspectos físicos e humanos através do estudo da região. Lencioni esclarece o que seria um estudo na perspectiva lablachiana:

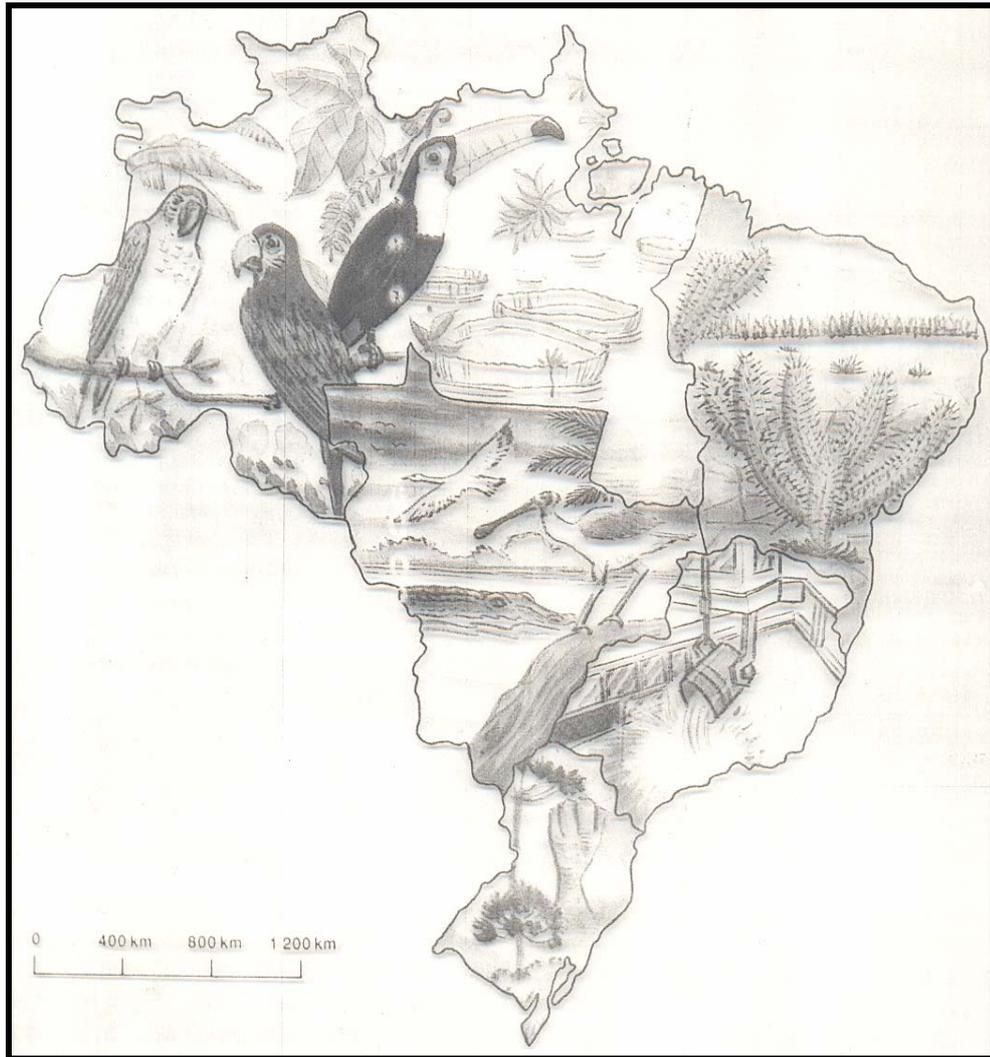
Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região (2003, p. 105).

Segundo Correa, de Vidal de La Blache até nossos dias, as acepções de região vêm sendo sutilmente modificadas ou adaptadas sob a influência do contexto social. Assim, contemporânea à concepção lablachiana surge a concepção de região natural, ligada basicamente aos geógrafos físicos e aos cientistas que adotaram o determinismo ambiental no final do século XIX. Uma outra acepção é a da *região-paisagem*, “entendida como o resultado de um longo processo de

transformação da paisagem natural em cultural” (2005, p. 185). Julgamos esta concepção de região aquela que marca profundamente o desenvolvimento do sentimento regionalista e do conceito de região para o homem comum. Corrêa afirma que “a região é vivenciada pelos habitantes que reconhecem sua existência concreta a ponto de nomeá-la: Pays de la Brie, Sertão, Amazônia, Campanha Gaúcha, etc. Por outro lado os habitantes tinham a sua identidade referenciada à região que habitavam” (2005, p. 186). No caso do Brasil, podemos reconhecer menos regiões assim formadas do que em áreas de ocupação bem mais antigas como é o caso da Europa. No entanto, cabe ressaltar que este tipo de região foi propositalmente defendido pelos meios científicos durante a maior parte do século XX e utilizado largamente pela classe política brasileira na defesa de seus interesses. Fazer a população do Nordeste acreditar que existe um Nordeste singular, particular, em que todos os nordestinos estão ligados não só territorialmente, mas também afetivamente, contribui para o sentimento geral de pertencimento, de identificação com aquela unidade territorial. Cria-se assim uma *comunidade territorial*, ou seja, um grupo de pessoas identificado com uma unidade territorial, tendo assim interesses territoriais. Sobre esta questão, pode-se consultar o trabalho de Heidrich quando afirma, citando Charles Gore:

Para Charles Gore, esses interesses em conjunto podem traduzir-se como interesse territorial, entendido como o interesse de um grupo identificado com uma unidade territorial. Mas como o atendimento do mesmo pelas políticas de planejamento regional não beneficia os diversos interesses de cada um dos indivíduos deste mesmo grupo, o que o define como um interesse geral territorial é a existência da comunidade territorial (HEIDRICH, 2000, p. 38-9).

A região assim delimitada serve aos interesses dos que defendem o planejamento regional, ganhando força política através do apoio do cidadão comum que se acha “pertencente” à realidade regional assim criada, muitas vezes artificialmente. Para a *criação* destas regiões muito contribuiu a Cartografia, disseminando imagens estereótipos que se consolidaram, através da mídia e dos livros didáticos, no imaginário coletivo do brasileiro. Abaixo, segue mapa do Brasil com os estereótipos mais comuns a respeito das macro-regiões:



Fonte: PEREIRA, Diamantino Alves Correia et al. **Geografia ciência do espaço: o espaço brasileiro**. 1994, p. 215.

**Figura 1: Uma visão estereotipada do Brasil.**

Nota-se que, no Brasil, a criação de “regiões” como comunidades territoriais para os propósitos de dominação política e econômica das elites são recorrentes e, embora seja estratégia mais comum e conhecida na política nacional como forma de manutenção do poder regional em macro e meso-escala, também é utilizada na micro-escala. Assim, além de se falar na região do Sul Catarinense, fala-se também na região de Orleans, de Urussanga, de Criciúma, etc. Não raro, políticos locais “criam” regiões dentro de seu município tendo como referência territorial uma determinada comunidade. Tomando o município de Orleans, nossa área de pesquisa, na campanha para as eleições municipais, cada uma das mais de 30 comunidades rurais foi tratada como “região” pelos candidatos a vereador e a prefeito. Entendemos que é possível justificar este fenômeno com as palavras de

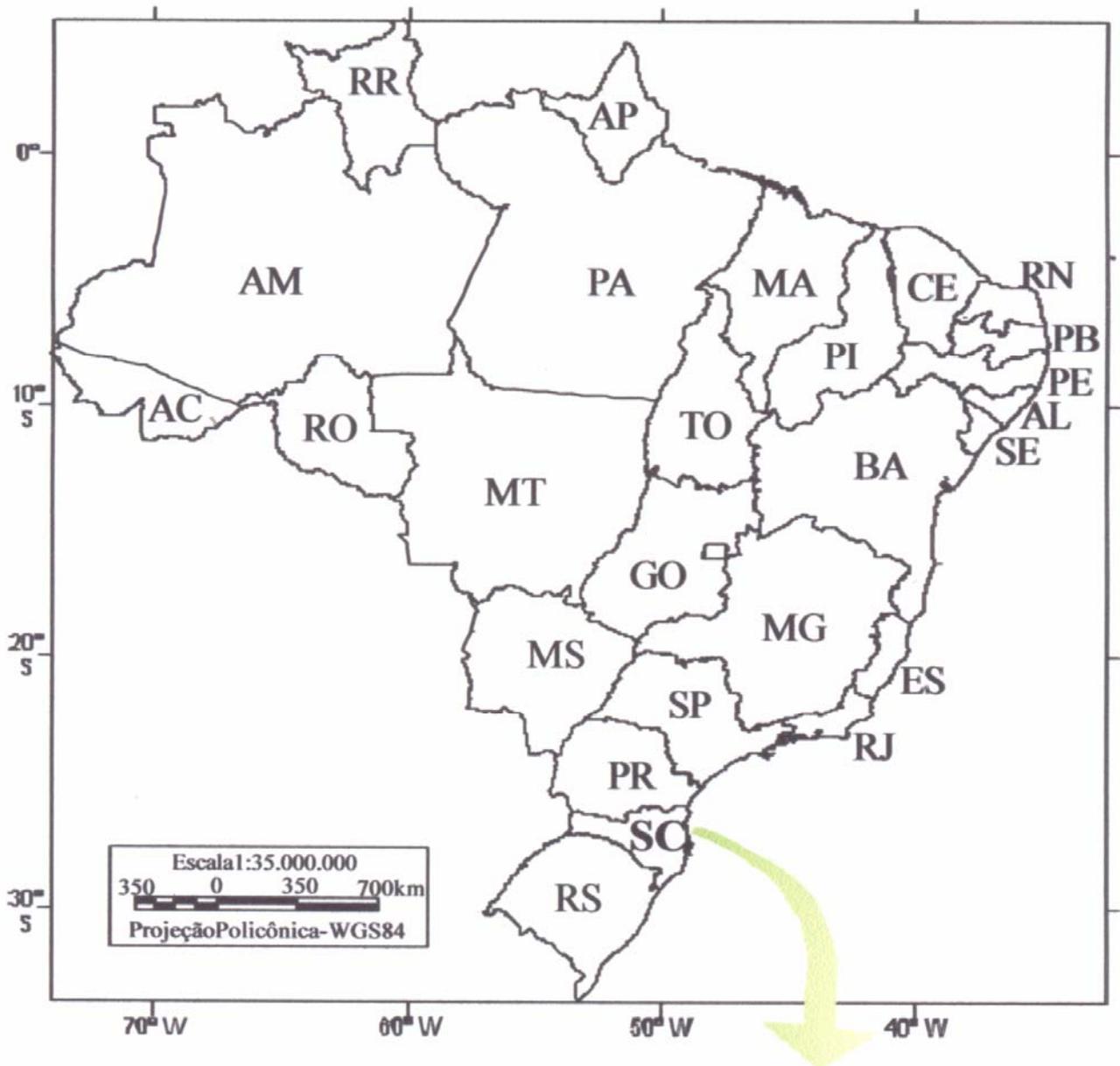
Heidrich: "... entende-se que a região é o resultado da adequação do espaço ao poder de uma elite que, por não exercer a hegemonia no plano da nação preserva e assegura através do domínio regional" (2000, p. 39).

Nesta perspectiva, cada uma destas comunidades, *para os políticos*, constituiria uma "comunidade territorial", uma *região inventada*, nas quais o vínculo do habitante com o território teria se estabelecido ao longo do processo de ocupação e apropriação do espaço em limites mais ou menos reconhecidos por todos e fortalecidos pelos laços étnicos, familiares, religiosos e de interesse econômico. Na verdade, neste nível espacial, este fenômeno não se traduz num *regionalismo*, pois o conjunto de características de cada comunidade não dá consistência ao estabelecimento de diferenciações significativas em relação a outras. Também os interesses econômicos de determinada comunidade são muito parecidos aos de outras comunidades, fundamentalmente ligados ao aprimoramento das micro e meso-estruturas de suporte à produção agropecuária. A região então poderia ser a totalidade das comunidades com interesses mais ou menos comuns. Assim, aproxima-se do conceito formulado por Anne Gilbert, citado por Corrêa, no qual "a região é considerada como foco de identificação, sendo definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e, assim, um elemento constituinte de uma identidade" (2005, p. 188). Cada localidade, uma comunidade, um *lugar*, conceito que discutiremos mais adiante.

Várias outras possibilidades de delimitação e conceituação de região são possíveis, mas julgamos não serem pertinentes neste trabalho. Cabe, entretanto, estabelecer os limites geográficos para esta investigação, limites dentro dos quais o conjunto de relações entre os grupos e os lugares permitam entendê-la como região. A precisão destes limites e suas características poderia ser tema de um outro trabalho, não sendo nosso objetivo neste momento. Assim, como ponto de partida, utilizamos os limites territoriais traçados pelo IBGE para o que se considera a região sul catarinense. A região, neste caso, é tomada como classe de área, concepção que ganhou destaque a partir dos anos 50 com a revolução teórico-quantitativa, de base lógico-positivista. O País foi dividido em macro, meso e microrregiões para fins de estatística e planejamento.

## 1.2 O SUL CATARINENSE NO ESPAÇO DO ESTADO

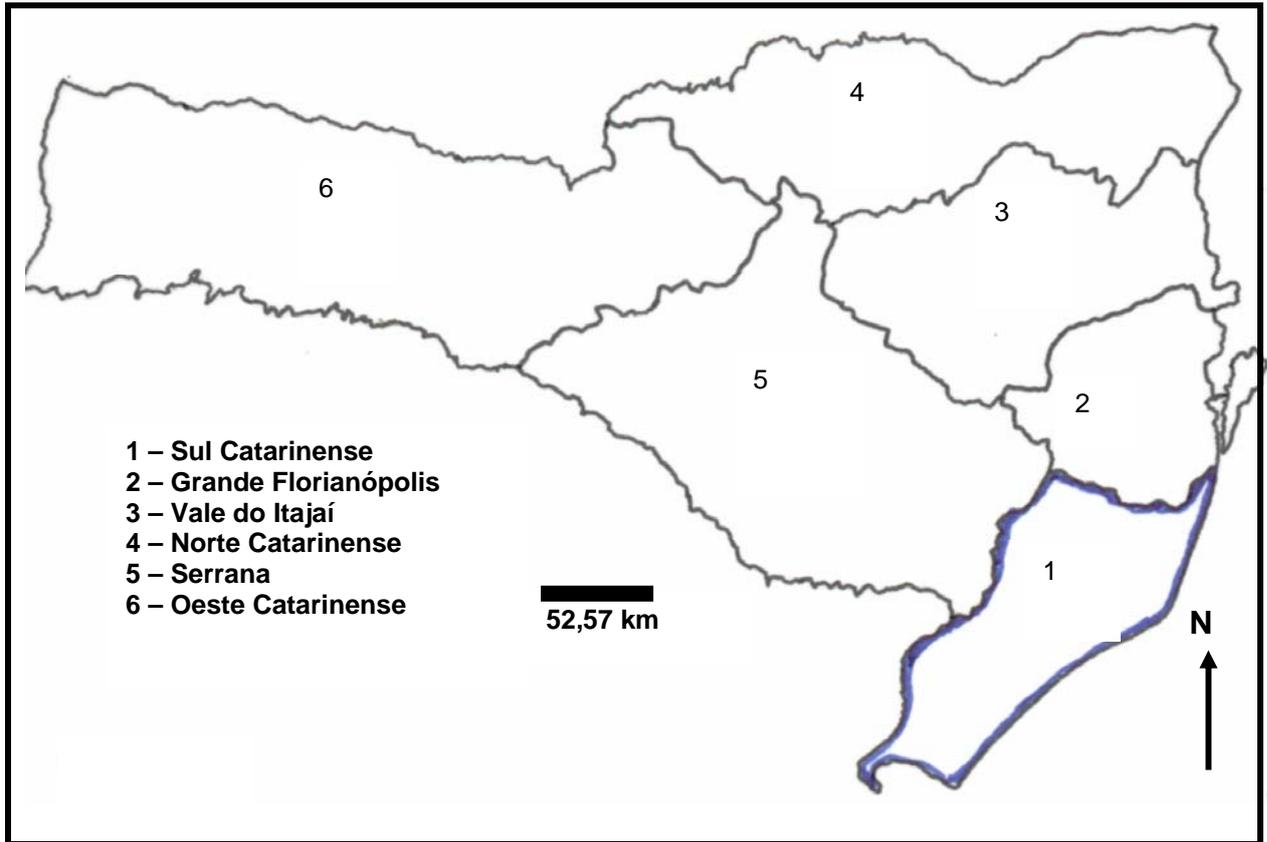
O estado de Santa Catarina, situado na macrorregião Sul do Brasil, encontra-se atualmente dividido em seis (6) mesorregiões geográficas. Dentre elas encontra-se a mesorregião do Sul Catarinense, a qual passaremos a analisar.



Obs.: O Estado de Santa Catarina ocupa área total de 95.346,181km<sup>2</sup>. Localizado totalmente dentro da zona temperada, sua posição no mapa situa-se entre os paralelos 25°57'41" e 29°23'55" de latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e 53°50'00" de longitude Oeste.

Fonte: Atlas Geográfico Escolar Multimídia, IBGE 2004 (adaptado pelo autor).

**Figura 2: O Estado de Santa Catarina no espaço brasileiro.**



Obs.: A mesorregião do sul catarinense localiza-se entre as latitudes 28°05' e 29°20'S e as longitudes 48°38' e 50°10' O. Engloba três microrregiões: Criciúma, Tubarão e Araranguá.

Fonte: Site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/> (adaptado pelo autor).

**Figura 3: As mesorregiões geográficas de Santa Catarina.**

Situado entre a Serra Geral, a oeste; o oceano Atlântico, a leste; o Estado do Rio Grande do Sul ao sul e a sudoeste; além das mesorregiões Serrana a noroeste e a da Grande Florianópolis ao norte, o sul do Estado de Santa Catarina constitui-se numa das mesorregiões oficiais do IBGE, ocupando uma área de 9.691 km<sup>2</sup>, o que corresponde a cerca de 10% do Estado de Santa Catarina. Atualmente, a região compreende 44 municípios com população total girando em torno de 714.694 habitantes (Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE).



Obs.: Alinhamento da escarpa mesozóica da Serra Geral (1) e ao norte as serras antigas que constituem o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (2).

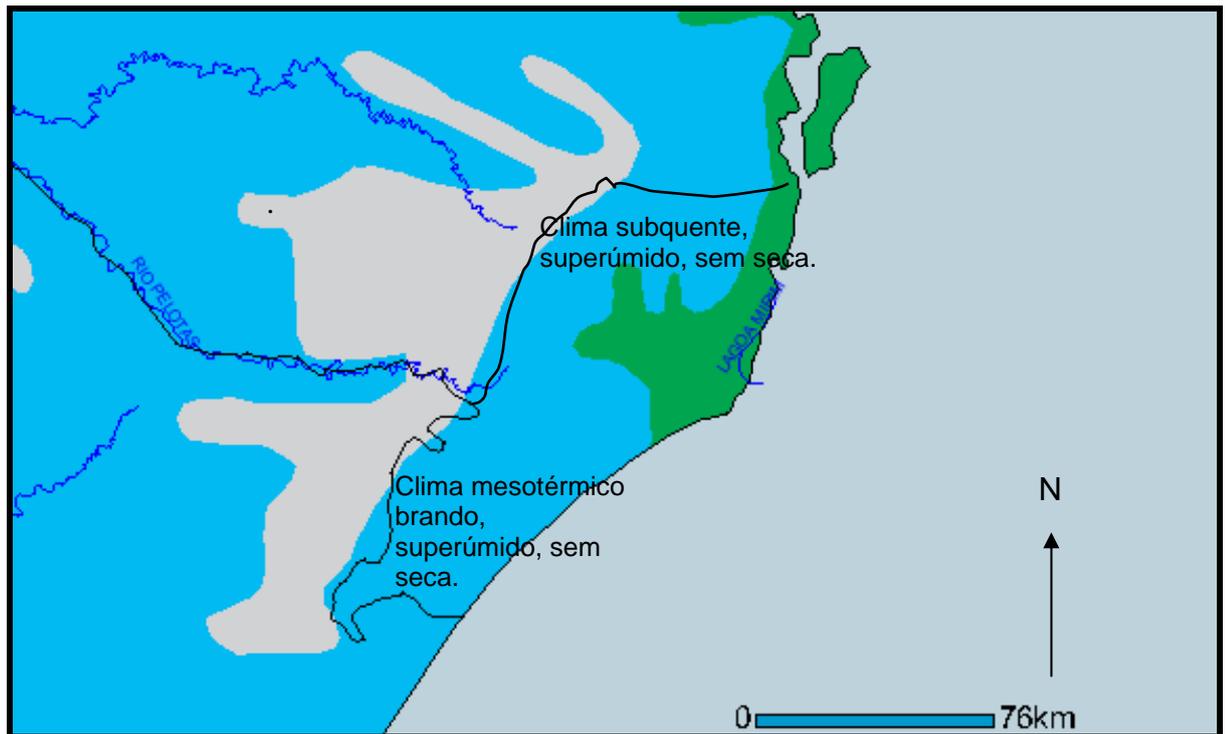
Fonte: Site da EMBRAPA (<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/sc/index.htm>).

**Figura 4: O Sul de Santa Catarina no contexto geomorfológico do Estado.**

A unidade física da região é marcante, sendo já expressa no PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO SUL DE SANTA CATARINA – TERMOS DE REFERÊNCIA, Relatório Final, v. 1, setembro de 1976, publicado pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA:

... porquanto dificilmente poderá ser identificada outra região tão nitidamente definida por acidentes geográficos, eis que, ao norte, limita-se a serra do Tabuleiro; ao oeste a serra Geral; ao sul, o rio Mampituba e a leste, o Oceano Atlântico, implicando, inclusive, o isolamento da região como um todo (set.-1976, p 66).

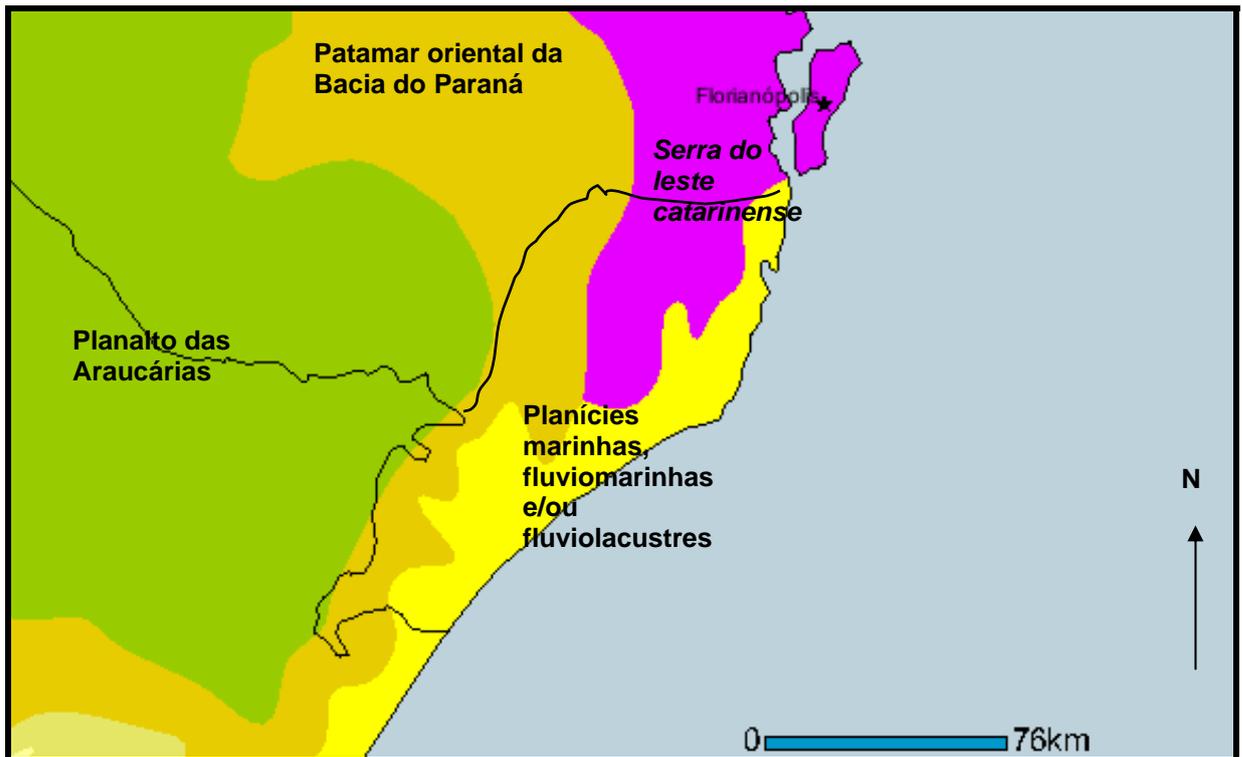
A região do Sul Catarinense, delimitada no mapa pelo número 1, apresenta quadro natural bem peculiar. Do ponto de vista climático, é controlada amplamente pelo clima dominante na maior parte do Estado, ou seja, o clima mesotérmico brando superúmido sem seca/subseca, com médias de temperatura entre 10°C e 15°C.



Fonte: Atlas Geográfico Escolar Multimídia, IBGE, 2004.

**Figura 5: Tipos climáticos de Santa Catarina.**

A geomorfologia é marcada por terrenos cenozóicos constituindo a faixa costeira, a leste, aonde a planície litorânea vai se alargando de norte para sul, até alcançar os limites do Estado com o Rio Grande do Sul. Esta área é marcada pela ocorrência de dunas e paleo-dunas, antigas restingas e várias lagoas e lagunas. O clima e a geomorfologia litorânea originaram solos que se mostrariam de pouca fertilidade para os açorianos que aí se estabeleceriam como veremos mais adiante.



Fonte: Atlas Geográfico Escolar Multimídia, IBGE, 2004.

**Figura 6: Unidades geomorfológicas do Sul de Santa Catarina.**

As planícies flúvio-marinhas e lacustres estendem-se por toda a faixa costeira. Na altura da cidade de Araranguá, alarga-se para o interior até cerca de 60km onde se limita com a escarpa da Serra Geral. As cotas altimétricas oscilam entre 0 e 100m. Os solos predominantes são de formações recentes, geralmente quaternários, hidromórficos de origem mineral e orgânica.

### **1.3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO REGIONAL**

Foi pelas planícies que se iniciou o processo de ocupação do Sul Catarinense. Foi às margens de uma de suas lagoas, a lagoa de Santo Antônio, que, em 1676, era fundada a povoação de Nossa Senhora dos Anjos da Laguna. Ponto mais ao sul dos domínios portugueses, estabelecido até então pelo Tratado de Tordesilhas, a cidade serviu de ponta de lança para a ocupação do Sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Depois de bem estabelecida e fundada esta vila, entrou o dito fundador Francisco de Brito Peixoto a explorar e descobrir as campanhas que se

seguiam daquela povoação para diante, passando rios caudalosos, como são os de Araranguá e Bepetuba e de Tramandaí e outros córregos (PEIXOTO, Francisco de Brito, 1880, p. 16)<sup>1</sup>.



Fonte: Site: [www.igeo.ufrj/fronteiras/mapas](http://www.igeo.ufrj/fronteiras/mapas).

**Figura 7: Esquema da linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas de 1494.**

O rio chamado pelo explorador de Bepetuba corresponde, segundo Dall'Alba, ao atual rio Mampituba, divisor natural dos atuais territórios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dall'Alba ainda comenta a importância de Francisco de Brito Peixoto, primeiro bandeirante explorador, como representante do Rei Português, do território a que se chamou continente de São Pedro do Rio Grande Como os jesuítas espanhóis já ocupavam a região do rio Uruguai, a oeste, caberia aos lagunenses a

<sup>1</sup> PEIXOTO, Francisco de Brito. Notícias da povoação e fundação da Vila de Laguna. Transcrito por DALL'ALBA, João Leonir. In: **Laguna antes de 1880**. Florianópolis: Lunardelli/UEDESC. Documentário.

ocupação do imenso território que se estendia de Laguna até estas áreas. Juntamente com as povoações de Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco, atual São Francisco do Sul, e Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, Laguna se constituía num ponto fundamental para o processo de ocupação e posse pelos portugueses das terras do litoral catarinense.



Fonte: Ilustração original, retirada da publicação Cadernos de Laguna n. 1. **A Terra e a Gente**. 1989, p. 6.

**Figura 8: Litoral catarinense no Século XVII.**

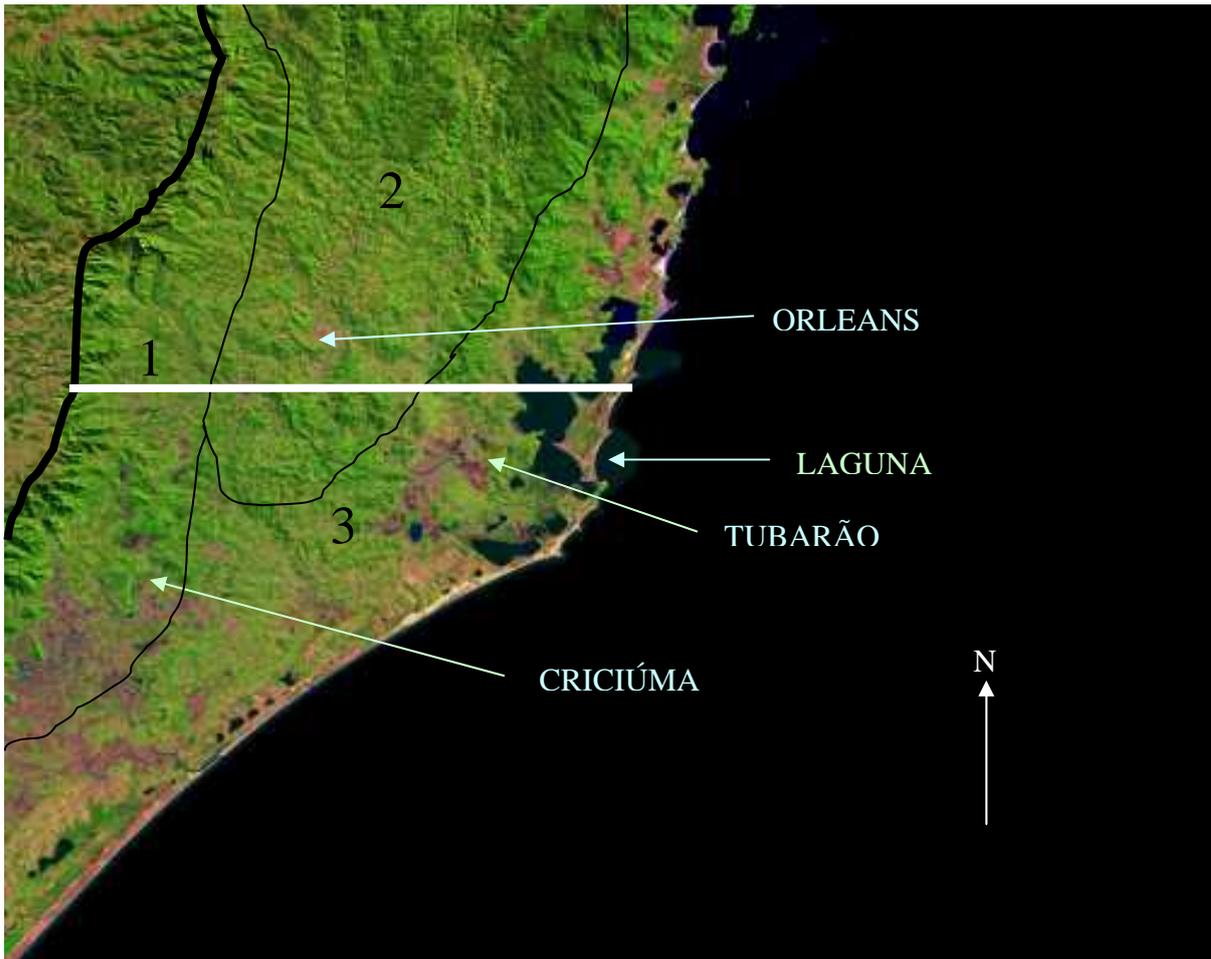
Dall'Alba ressalta o objetivo da ocupação do litoral catarinense:

Em 1742, para ocupar e povoar esta região ainda sob as miras da Espanha, Portugal promove a imigração, não raro forçada, de famílias das ilhas dos Açores, já então superpopuladas. Os imigrantes receberam pequenas glebas na costa. Mas, ou pela pobreza das terras, ou por não ser conforme o espírito destes povos ilhéus o trabalho agrícola, o fato é que os açorianos foram um fracasso como cultivadores da terra. Em pouco tempo abandonaram os campos, indo constituir nas vilas e cidades a base tônica da sociedade da costa catarinense (1971, p. 9).

Embora as causas para a opção dos açorianos pelos estabelecimentos urbanos e pela atividade pesqueira não seja diretamente objeto deste estudo, é

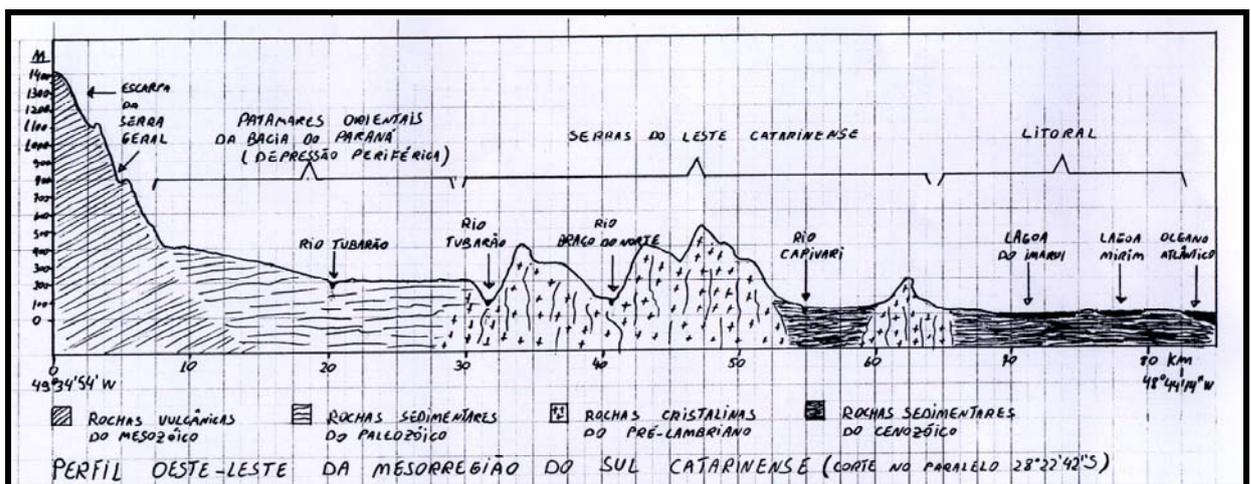
importante salientar que a observação de Dall'Alba, quanto à pobreza dos solos, é verdadeira. Ao longo do litoral sul do Estado, estendem-se solos geralmente hidromórficos com a aeração extremamente dificultada pela proximidade do lençol freático. A atividade agrícola ganharia expressão somente a partir do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus italianos e alemães, que ocupariam o interior da região, utilizando os terrenos das serras do leste catarinense e dos patamares da Bacia do Paraná. Mesmo aí, as áreas de solos naturalmente férteis mostrariam-se reduzidas. Os terrenos paleozóicos da Bacia do Paraná seriam utilizados para a exploração do carvão e os pré-cambrianos das serras catarinenses para a produção de alimentos para as colônias, mas apresentando dificuldades de utilização em decorrência dos elevados teores de acidez e, principalmente, devido às condições topográficas.

As serras do leste catarinense constituem relevo residual, com montanhas antigas do pré-cambriano cujas altitudes oscilam entre 200 e 300m, alcançando altitudes superiores a estas cotas nas porções mais setentrionais, nas proximidades dos municípios de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna. O relevo, em sua quase totalidade, é ondulado, formando extensas montanhas com elevado grau de homogeneidade morfológica. São típicos os vales em V e as ondulações dos terrenos são, muitas vezes, impeditivos à prática agrícola. Entretanto, em alguns trechos dos vales dos rios Tubarão e Braço do Norte, aparecem vales abertos com melhores possibilidades de aproveitamento agrícola.



Fonte: site [www.cdbrazil.cnpm.embrapa.br/sc](http://www.cdbrazil.cnpm.embrapa.br/sc) - carta SH-22-X-B.

Figura 9: Compartimentação geomorfológica do Sul de Santa Catarina.



Fonte: CARTA TOPOGRÁFICA SH-22-X-B – DSG.

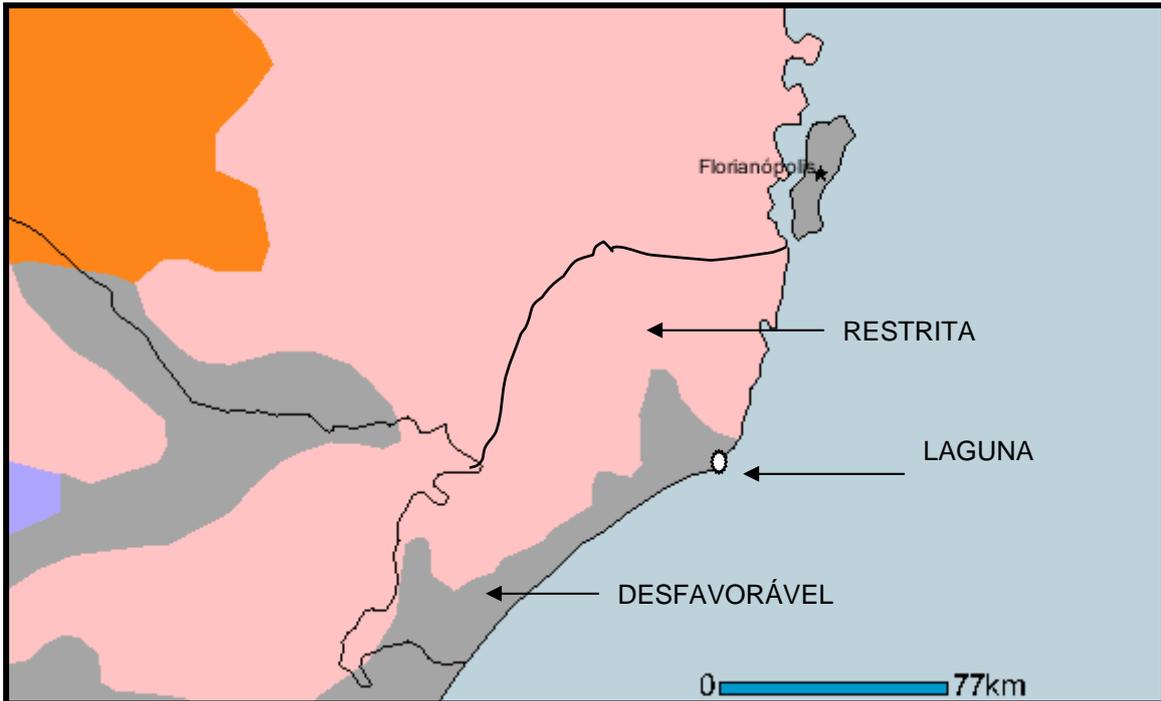
Figura 10: Perfil topográfico oeste-leste da mesorregião do sul catarinense.

Na imagem de satélite, identificamos com o número 1 a área de terrenos paleozóicos e mesozóicos correspondentes aos patamares orientais da Bacia do

Paraná. Este compartimento apresenta-se deprimido entre a Escarpa da Serra Geral e as Serras do Leste Catarinense, representando assim a parte mais meridional da Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná na classificação de relevo do professor Jurandyr Ross ( 1998 ). No trecho mais ao sul da imagem, notam-se as maiores concentrações urbanas do sul de Santa Catarina, polarizadas pela cidade de Criciúma. É, nesta área, que se concentra a exploração do carvão, no próprio município de Criciúma e em Urussanga, Siderópolis e Lauro Muller. Com o número 2, identificamos a área de terrenos pré-cambrianos, correspondentes às serras do leste catarinense. Com o número 3, o litoral catarinense.

O papel da cidade e do porto de Laguna como base para o povoamento do Sul de Santa Catarina fica claro no trecho a seguir, relatando o surgimento da atual cidade de Tubarão:

A pequena vila de onde surgiu Tubarão nasceu a partir da necessidade de feitorias para abrigar os tropeiros carregados de charque, queijo e outros produtos, que desciam de Lages em direção ao porto de Laguna. Aos poucos a vila tornou-se uma parada de descanso no caminho entre a serra e o mar. Dois pequenos portos no Rio Tubarão chamados de Poço Fundo e Poço Grande, serviam para o embarque e desembarque de mercadorias. Começou assim a história desta pujante cidade que teve como primeira denominação oficial Poço Grande do Rio Tubarão, o 5º distrito do município de Laguna. Em maio de 1836, o governo provincial fundou a Paróquia (freguesia) Nossa Senhora da Piedade de Tubarão. Trinta e quatro anos depois, em 27 de maio de 1870, foi decretada e sancionada a Lei nº 635, que criou o Município "do Tubarão", emancipando-o política e administrativamente da cidade de Laguna. A Comarca de Tubarão foi criada em 1875 e instalada no ano seguinte. Além da criação do Município e da Comarca, a década de 1870 registra dois fatos importantes: a intensificação da imigração européia, principalmente italiana e alemã, como também a formação da Cia. Inglesa "The Donna Thereza Cristina Railway Co. Ld." (Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina) por cujos trilhos chegaria o desenvolvimento do novo município (Trecho retirado do jornal Diário do Sul, 2002, p. 3).



Fonte: Atlas Geográfico Escolar Multimídia, IBGE, 2004.

**Figura 11: Potencial de uso dos solos no Sul de Santa Catarina.**

O resgate da história da região que fazemos é fundamental para entender seu conteúdo geográfico. Para Santos:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (2005, p. 22).

Como já se colocou até aqui nas páginas anteriores, foi, a partir da cidade de Laguna, que se desencadeou o processo de povoamento do Sul do Estado. Do século XVII até a segunda metade do século XIX, os luso-açorianos fundaram várias vilas e cidades, como a já citada Tubarão, Imaruí, Imbituba e outras. Todas, no entanto, ao longo do litoral. A interiorização, como já foi dito, não logrou êxito. Seja em decorrência da suposta “falta de vocação” do açoriano, seja em decorrência da baixa aptidão agrícola natural dos solos da região.

Na segunda metade do século XIX, iniciou-se a imigração de europeus de outras nacionalidades, tanto a oficial como a espontânea. Dentre as colônias oficiais, destacam-se as colônias Azambuja, Grão-Pará e Urussanga. Expressamente, o objetivo oficial do governo era o povoamento das terras mais a oeste do território

ainda não ocupado pelos açorianos. Assim os assentamentos surgiram sobre as serras do leste catarinense e sobre os patamares orientais da bacia do Paraná. Inicialmente entraram elementos germânicos provenientes de núcleos mais antigos extra-regionais e ocuparam trechos mais ao norte da região, fundando núcleos como Vargem do Cedro, Praia Redonda, Armazém e Gravatal ao longo dos vales dos rios Capivari e Braço do Norte. Disseminaram-se, posteriormente, por terras mais ao sul, dentro dos atuais municípios de Orleans, Lauro Muller e Criciúma. Os colonizadores italianos chegaram a partir de 1877, quando fundaram a Colônia de Azambuja. A partir daí, espalharam-se pela região, mas concentraram-se, principalmente, ao longo dos vales dos rios Tubarão, Urussanga e Araranguá.

Nota-se, na região, a presença de imigrantes de outras nacionalidades, como poloneses e russos, porém em proporções muito inferiores.

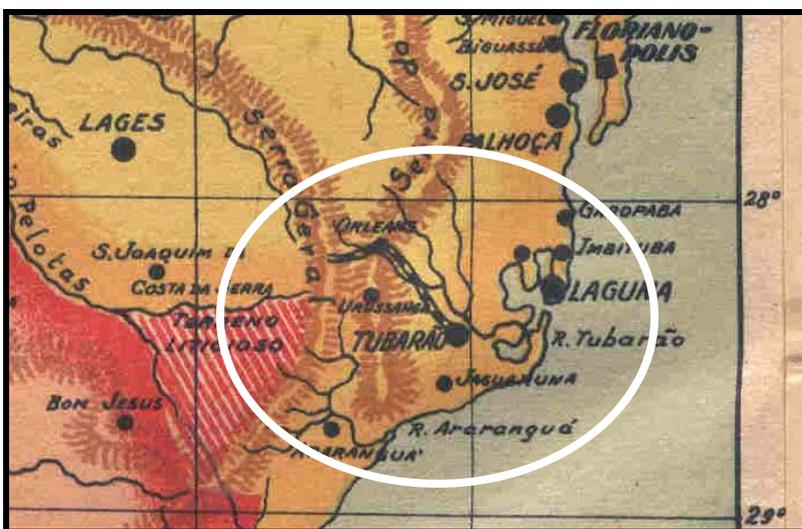
#### **1.4 A FORMAÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS**

No final do século XIX, a descoberta do carvão mineral desperta o interesse do governo central pela área. A partir daí, integra-se um novo fator de desenvolvimento regional que vai se expressar no território pela construção da Estrada de Ferro Dona Theresa Cristina e pela fundação de vilas, como foi o caso de Orleans.

Tem-se, assim, já em fins do século XIX e início do século XX, o processo de ocupação de todo o território do sul catarinense concluído. Aqui temos o nascimento das duas atividades que dominarão a economia da região durante a maior parte do século XX. O Sul de Santa Catarina é colonial e mineiro. Pode-se falar mesmo na existência de duas regiões, espaços em que a economia do carvão e dos produtos agrícolas se interpenetram, manifestando-se em paisagens distinguíveis. Nas porções norte e leste, se desenvolvem a economia rural baseada em produtos de autoconsumo e comércio regional, como o milho, o feijão e a mandioca. No litoral, as cidades portuárias de Laguna e Imbituba são as portas de saída e entrada. A primeira serve, até a 2ª Guerra Mundial, como entrada dos produtos importados pelos colonos, principalmente da Alemanha. A segunda é a

porta de saída do carvão produzido mais ao sul. Ambas são ligadas ao interior pela Estrada de Ferro Dona Theresa Cristina. A cidade de Tubarão, até meados da década de 70, detém a condição de grande pólo regional para o sul do estado catarinense. Nas porções sul e oeste do território, desenvolve-se uma economia mista. Juntamente com a exploração colonial das pequenas propriedades cresce a economia mineira. Vários pequenos proprietários abandonam a produção agrícola e transformam-se em trabalhadores assalariados nas minas de exploração de carvão. A necessidade de buscar rendimentos excedentes nas minas, ou mesmo o rendimento único de sustentação da família, é particularmente grande no grupo de descendentes dos imigrantes. Tal necessidade deve-se grande parte ao fracionamento excessivo das pequenas propriedades nos processos de partilha por herança. As numerosas famílias foram cedendo filhos às minas e à economia urbana. A cidade de Criciúma funcionou como grande centro da área produtora de carvão. Seu crescimento urbano foi particularmente expressivo a partir dos anos setenta, ocasião em que ultrapassa a cidade de Tubarão em população e se transforma no centro regional de maior importância de todo o sul catarinense.

Criciúma, por sua vez, durante a década de 70, tem seu dinamismo associado ao choque do petróleo e a conseqüente política governamental de incentivo à produção e consumo de carvão mineral nacional, que levou à instalação, neste município, da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). Durante a década de 80, amplia-se o setor industrial têxtil e calçadista, tornando Criciúma, no início da década de 90, o terceiro produtor de jeans do país e o maior pólo confeccionista do estado (ANDRADE & SERRA, 1998, 5).



Fonte: Atlas, ano de 1935.

**Figura 12: O Sul de Santa Catarina nos anos 30.**

No destaque a região Sul do Estado de Santa Catarina onde aparecem como principais cidades Laguna e Tubarão. Não há registro da cidade de Criciúma, mas já aparecem destacadas as cidades de Araranguá, Urussanga, Jaguaruna e Orleans.

**Tabela 1: Taxas de crescimento populacional das cidades de Tubarão e Criciúma**

<b>Cidades</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>Taxa anual de crescimento</b>
Criciúma	52.415	96.322	136.729	4,87 %
Tubarão	51.134	64.508	83.264	2,35 %

Contribuiu como força de atração para a zona urbana do município de Criciúma a instalação, nos anos 70, de indústrias ligadas ao aproveitamento do principal recurso mineral da região, o carvão. Esse movimento inseria-se no esforço nacional de encontrar alternativas à crise energética mundial instalada a partir da crise do Petróleo de 1972. Destaca-se, dentre estas indústrias, a Indústria Carboquímica Catarinense. A região de Criciúma e arredores inseriam-se num novo contexto em termos de divisão territorial de trabalho. Na verdade, reforçava-se a dependência do município em relação às demandas energéticas da região Sudeste. A intensificação da produção no interior do município de Criciúma e municípios adjacentes, principalmente Urussanga, Siderópolis e Lauro Müller levou à proletarização da população rural e à aquisição de hábitos de vida tipicamente urbanos. Também, levou como já nos referimos, à mudança mesmo do local de residência, com a transferência para as zonas urbanas. A atividade de mineração também provocou a transferência de população de outras áreas, como as da região colonial polarizada pela cidade de Tubarão. O movimento operário tornou-se forte no município a ponto de proporcionar o fortalecimento de partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores. Na esteira da indústria carbonífera, crescem posteriormente o setor cerâmico e têxtil. Atualmente, Criciúma é um dos maiores pólos cerâmicos do mundo.

Na região de Tubarão, no mundo colonial, o capital também subordinou o campo, mas através da sua monopolização. Neste caso, os vetores foram o cultivo do fumo (a partir dos anos 50) e as granjas de suínos e aves a partir dos anos 80. Houve, na região, maior permanência da população no meio rural com menor taxa de transferência campo-cidade. Contribuiu para isso, a ausência, em Tubarão, de

grandes empresas industriais, como foi o caso de Criciúma. De certa forma, essa situação da cidade de Tubarão reforçou sua posição como entreposto entre a região produtora de carvão e o litoral exportador (através do porto de Imbituba). Sede da filial da Rede Ferroviária Federal no sul do Estado, Tubarão cresceu como ponto de ligação entre o porto e o interior produtor. Esta condição de entreposto é reforçada pela instalação na cidade de uma unidade de recepção e beneficiamento de fumo da empresa Souza Cruz. Uma grande enchente do rio Tubarão, em 1974, contribuiria para a perda da influência da cidade para a rival Criciúma. Nos anos 90, desenvolvem-se, em Tubarão, novos ramos, como o de confecções, o comércio e o de transportes.

São, assim, inserções diferenciadas no contexto econômico. A região polarizada diretamente por Criciúma insere-se à dinâmica econômica comandada pelos centros nacionais e internacionais de consumo, especialmente através do carvão e da cerâmica. A região de Tubarão insere-se à dinâmica econômica nacional e regional, onde a produção agropecuária assume maior vulto.

O território do carvão, ao sul do rio Tubarão, compõe, hoje, a microrregião de Criciúma, formada pelos municípios de Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga e Cocal do Sul.

Ao norte do rio Tubarão, estende-se o sul colonial, de pequenos produtores de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar. Hoje essa área compõe a microrregião de Tubarão, formada pelos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão-Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Garopaba, Jaguaruna, Sangão, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão e Capivari de Baixo.

Da região de Criciúma, criou-se, recentemente, outra microrregião, a de Araranguá, formada por 15 municípios. Nesta região, há o predomínio do cultivo do arroz, produto que responde por mais de 50% da área plantada.

**Tabela 2: Comparativo demográfico entre as microrregiões do Sul de Santa Catarina**

Microrregiões	Criciúma	Tubarão	Araranguá	Total
Área	2.082,6km <sup>2</sup>	4.633,0km <sup>2</sup>	2.975,3km <sup>2</sup>	9.691,0km <sup>2</sup>
Nº de municípios	10	19	15	44
População	278.429	297.696	138.569	714.694
Urbana - %	77,04	65,85	55,91	68,39
Rural - %	22,69	34,14	44,09	31,61
Densidade hab/km <sup>2</sup>	155,85	72,87	53,80	84,85

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/>



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/>.

**Figura 13: As três microrregiões do sul catarinense.**

## **2 O MUNICÍPIO DE ORLEANS – O TERRITÓRIO**

### **2.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO**

O termo território é utilizado para identificar diferentes espaços. Alguns autores, como Raffestin (1993) conceituam território como uma condição inerente ao homem, no sentido que cada ser humano, ou qualquer coletividade, desenvolve um conjunto de relações com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos. Neste caso, na visão de Rafestin, o espaço é a "condição original, ou prisão original, primária, e o território é a prisão que os homens constroem para si". Heindrich sustenta esta posição:

Quando a humanidade começa a se libertar dos imperativos originais do espaço também inicia a formação da espacialidade histórica, que também poderia ser entendida como uma humanização. É nesse momento que aparecem as primeiras formas geográficas, mesmo que elas sejam muito efêmeras. Quando um bando disputa com outro uma fonte de água, a relação estabelecida é de uma territorialização, que ao mesmo tempo vincula um grupo ao espaço e desvincula o outro. Ainda não é o caso de imediatamente visualizar-se o território consubstanciado como a prisão inventada pelos homens para eles mesmos (RAFESTIN, 1993, p. 142), mas é importante que se reconheça isso como o início de uma fronteira histórica que permite o alcance da condição territorial (HEINDRICH, 2004, p. 38).

Heindrich sustenta ainda que, antes do surgimento do território, o que se desenvolve são as territorialidades. Então, os territórios só surgem a partir do estabelecimento de um conjunto de relações que vinculam um indivíduo, ou grupo de indivíduos, a um determinado espaço. Os territórios são produtos de um processo de evolução das territorialidades. Para Heindrich, esta evolução pressupõe apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. Para que a condição territorial seja alcançada com plenitude, seria necessária também a manifestação generalizada de um poder. O poder é aquele que define, em última instância, a demarcação e a separação.

O que deve ficar claro, a nosso ver, é que as condições citadas acima não ocorrem cronologicamente na ordem exposta. Alguns territórios surgem a partir do

exercício unilateral de um poder estabelecido que, pelo uso da força, da política ou de outra estratégia, compartimenta o espaço. É neste compartimento que as demais condições poderão se realizar, reforçando o seu caráter territorial, levando a outras possibilidades de compartimentações. Situação oposta é o desenvolvimento das outras características, como identidade e sentimento de pertencimento sem, no entanto, desenvolver-se o domínio, a demarcação, a separação e a manifestação de um poder. Teríamos, nos dois casos, territórios não plenamente constituídos e as condições propícias para a sua fragmentação. No primeiro caso, temos, como maior exemplo, o Estado-Nação. Para Santos:

... o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais. ... Antes, era o Estado, afinal que definia os lugares – de Colbert a Golbery – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado (2005, p.137-138).

Mas o poder político admite outras escalas de unidades territoriais. Para Cataia:

Uma unidade política é o conjunto do território nacional (país) ou regional (estado) ou local (o município), essa compartimentação exige a criação de uma estrutura de poder para cada uma dessas escalas. A união entre as várias escalas, dadas pelas relações entre si e com as outras, garante a coesão do território e assegura a integração desse conjunto (CATAIA, 2004, p. 2).

Em nosso caso, a região Sul de Santa Catarina é a condição original do espaço, como colocamos no capítulo anterior. Consideramos para este trabalho que o território inicia a ser construído com a chegada, primeiramente de portugueses e, em seguida, dos imigrantes europeus de outras nacionalidades. É a partir das relações estabelecidas por portugueses, alemães, italianos, poloneses, russos e outros com aquele meio, e dos embates que os povos já ali estabelecidos (os chamados bugres) que se estabelecem os vínculos que farão dos lugares ocupados, territórios. Surgem, a partir daí, as formas geográficas, ao mesmo tempo produtos e produtoras de territorialidades. Muitas destas formas-objetos já se foram e, para não serem esquecidas, foram guardadas em museus.



Fonte: [http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/image/orl\\_casa2.jpg](http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/image/orl_casa2.jpg).

**Figura 14: Serraria movida à água (Museu ao ar livre – Orleans-SC).**

Outras, reconstituídas relembram aos moradores de hoje o que era o espaço do início dos tempos. O espaço, contudo, não é somente a forma, mas, no dizer de Santos, “é um conjunto indissociado de sistemas de objetos e sistemas de ações” (2002, p. 63). Assim, é a partir do espaço que surgem os territórios, pois é através das relações estabelecidas por um grupo com o seu meio e com outros grupos que se manifestam as ações e destas, como resultado, estabelecem-se os objetos que retroalimentarão os sistemas de ações estabelecidos. O próprio território, quando politicamente definido e demarcado, constitui-se um objeto e, como tal, possibilita o funcionamento de um sistema de ações específicas. No caso brasileiro, os municípios fazem parte do sistema político administrativo, assim como os estados. Estados e municípios são compartimentos do espaço, podendo assim ter o papel de objetos no sistema de ações da nação e do mundo. Num mundo globalizado, estes objetos têm sua função cada vez mais ligada a um único sistema. Para Santos:

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as

horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

A arena de oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas (2005, p. 143).

Entretanto, cada um destes compartimentos contém o espaço, sendo possível dentro dele reconhecer vários objetos e ações. Cada lugar, assim, dentro do território municipal é também ele um objeto, contendo outros dentro de si. Insistimos assim na importância do lugar, pois é no lugar que o espaço se realiza. É a partir dele, portanto, que o território se transforma, pois enquanto objeto, sob comando do sistema político, depende das ações que se concretizam pelos objetos e ações dos lugares. Os lugares são os motores que transformam os territórios. Ainda para Santos: “O território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos” (2005, p. 143).

## ***2.2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO***

O município de Orleans surgiu no final do século XIX como uma colônia de povoamento. O casamento da Princesa Isabel com o Conde D Eu, em 1870, rendeu-lhes um dote de terras de 12 léguas no sul do Estado de Santa Catarina, mais precisamente entre os rios Tubarão e Braço do Norte. Considerando que cada légua quadrada, no antigo sistema métrico brasileiro (ESPARTEL, 1969), equivalia a 4.356ha, temos um total de 52.272ha. Atualmente, essa área é ocupada pelos municípios de Orleans, parte de São Ludgero, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Armazém, São Martinho e São Bonifácio.



Hoje, com população municipal de 20.031 habitantes (censo 2000), esta cidade planejada apresenta ruas largas, sítio espalhado entre colinas que lhe emprestam o apelido peculiar de “Cidade das Colinas”. Da história, ligada à família real, advém outro apelido: “Terra dos Príncipes”.

A criação do Distrito, em 1888, torna Orleans a sede da Empresa de Terras e Colonização que passa a exercer papel relevante na produção do território de Orleans. O distrito de Orleans surgia como verdadeira ponte entre o “mundo” do carvão e o do colono, estratégico, ponto de apoio comercial e administrativo para mineiros e colonos. Ligação entre o colono, o mineiro e o porto de Laguna, é elevada à categoria de município em 1913, com área total de 1124km<sup>2</sup>.



Fonte: DALL'ALBA. **Colonos e mineiros na Grande Orleans**. 1986, p. 30.

**Figura 16: 1ª Estação Ferroviária de Orleans.**

Somente em 1956 esses dois territórios são separados através da criação do município de Lauro Muller. Gradativamente, a partir daí, a mineração de carvão vai diminuindo de importância na economia do município. Permanece a Orleans colonial, de pequenas propriedades voltadas à subsistência e ao comércio regional. O comércio ainda permanece dependente, em grande medida, da economia mineira, dos tropeiros que atravessam o território ligando a Serra ao Litoral e dos núcleos

populacionais maiores, notadamente Laguna e Tubarão. Neste particular, exerceu papel fundamental a Estrada de Ferro Dona Thereza Cristina.

Na história da construção do território de Orleans, reconhecemos três agentes principais: as colônias rurais, a Empresa de Terras e Colonização e a Igreja.

### **2.2.1 O Colono**

A implantação das colônias no meio rural do município correspondeu à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes. Os sistemas territoriais daí decorrentes revelam evidentemente o grau de desenvolvimento da sociedade colonial e, em certa medida, revelam as práticas espaciais desses imigrantes, constituindo o que Raffestin chamou de o “essencial visível” das práticas espaciais. Analisando os espaços comunitários, pode-se reconhecer individualidades diferenciadoras entre os de origem alemã e os de origem italiana, por exemplo. Ou, entre aqueles surgidos com o objetivo de atender às demandas da exploração carbonífera e aqueles destinados à produção agrícola. Esses espaços correspondem cada qual a um lugar, com limites mais ou menos precisos e individualidades espaciais que os diferenciam de outros, tais como: o tipo de atividade econômica predominante, a religião praticada, a língua, o modelo arquitetônico das construções, os hábitos e costumes, a culinária.

A importância desses lugares para a construção do território encontra amparo em autores como Haesbaert (2002) o qual esclarece que se pode reconhecer duas grandes vertentes interpretativas para o conceito de território: a primeira, denominada pelo autor de naturalista, valoriza as relações tanto físicas como emocionais do homem com o seu meio; a segunda, chamada de etnocêntrica, ignora toda relação sociedade-natureza, sugerindo ser o território uma construção puramente humana, social. A vertente naturalista é a mais aplicável à idéia de território que queremos reforçar. Ao mesmo tempo, sugere o surgimento do “lugar” como ponto de partida para a formação do território. O lugar, segundo Marc Augé, citado por Haesbaert, “é uma construção concreta e simbólica do espaço, princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para os que o

observam” (2002, p. 138); Yu Fu Tuan vê o lugar como “um mundo de significado organizado” (1983, p. 198). No início da colonização, o relativo isolamento geográfico promoveu o florescimento de fortes laços de solidariedade, essencial por questões de sobrevivência. São fartas as histórias sobre as dificuldades enfrentadas pelos colonos quanto à adaptação às condições do meio e, principalmente, quanto à disputa de território com os indígenas. Estabeleceu-se assim, com o passar do tempo, redes de solidariedades locais no âmbito das comunidades. Tais redes acabaram por definir ainda mais a condição territorial dos espaços comunitários, pois asseguravam aos colonos o sentimento de pertencimento a um lugar, estabelecendo com ele vínculos cada vez mais estreitos. Os espaços das comunidades são, antes de tudo, lugares, locais de significado ímpar e espaço de possibilidades. A apropriação e domínio dos lugares transforma-os em territórios.

### **2.2.2 A Empresa de Terras e Colonização**

A evolução histórica e espacial das comunidades reflete também a tentativa de grupos dominantes no final do século XIX e início do século XX de assegurar o controle sobre a vasta porção do espaço localizado na região do médio e alto vale do Rio Tubarão. Para Sack, citado por Haesbaert, o processo de construção de territórios origina-se da “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica” (2002, p. 133). O conceito valoriza a dimensão política do território e realça a importância do limite, da fronteira. Haesbaert afirma que “o território é o produto de uma relação desigual de forças envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (2002, p. 121).

Nesse sentido, cumpre citar vários trechos da obra do Pe. João Leonir Dall'Alba:

Desde os primórdios de Orleans houve uma entidade que teve influência decisiva nos destinos de toda a região. Estamos falando da Empresa de Terras e Colonização. Surgiu ela do encontro das vontades de

personalidades com ressonância nacional. De um lado o Conde e a Condessa D'Eu e de outro o Comendador Caetano Pinto Júnior (1986, p.17).

O Comendador Caetano Pinto Júnior nomeia para diretor da Colônia Grão-Pará o norte-americano Charles Mitchel Leslie. Os financiamentos da colônia vêm de um banco francês. Os ingleses constroem a estrada de ferro. Os colonizadores seriam alemães, italianos, franceses, poloneses, holandeses e letos... Medem-se lotes de 25 hectares de terra, abrem-se caminhos, acolhem-se imigrantes, projetam-se povoados (1986, p. 17).

No canto do patrimônio, entre a barra do Oratório e a do Rio Laranjeiras, à margem do Tubarão, os condes pretendem fundar uma cidade à que darão o nome de Orleans. Além de servir de sede para a Colônia, seria a cidade dos mineiros (1986, p. 18).

À Empresa de Terras e Colonização deve-se o povoamento do município, a fundação das cidades de Orleans e Grão-Pará, a abertura de numerosas estradas vicinais... (1986, p. 21).

Uma rápida reflexão acerca dos parágrafos acima já nos permite situar a atuação da Empresa de Terras e Colonização do Grão-Pará como essencial na organização espacial da região. Os sistemas de malhas, nós e redes, organizados hierarquicamente, vão assegurar por muito tempo o controle sobre a terra e permitir por cerca de cem anos a acumulação de capitais. A Empresa de Terras e Colonização do Grão-Pará vai continuar atuando até 1984. Ela não somente definiu os tamanhos dos lotes, fato que por si só guarda importância crucial para a evolução dos sistemas demográficos e econômicos, como poderiam revelar estudos que se fizessem sobre as densidades populacionais e estruturas produtivas, como a localização das estradas, dos povoados, dos núcleos urbanos.

Objetivamente temos, na Empresa de Terras e Colonização, um dos principais atores do processo de produção territorial da região do Vale do Rio Tubarão. Representante dos interesses do Império num primeiro momento promove o povoamento através de colônias de imigrantes para a produção de alimentos, para o desbravamento das florestas desde Tubarão até os costões da Serra Geral. Serve também e, essencialmente, para transformar o espaço em território favorável à exploração do carvão mineral. A atual cidade de Orleans foi fundada pelo Conde D'Eu para ser a “cidade dos mineiros”. A Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina estendeu-se até ela para escoar a produção de carvão.

Ao processo de territorialização corresponde um outro, a um só tempo antagônico e complementar. O de expulsão dos indígenas locais, chamados de bugres. A ação da Empresa foi, nesse caso, extremamente eficiente. Necessitava colonizar, “humanizar” e dar garantias a seus compradores. Na obra de Dall'Alba (1986), encontram-se referências dos últimos bugres, Gapen, Japru e Canharã, habitantes do lugar chamado Três Barras, localizado junto aos costões da Serra Geral.



Fonte: DALL'ALBA. João Leonir. **Colonos e mineiros no Grande Orleans**. 1986, p. 19.  
**Figura 17: Os últimos bugres: Gapen, Japru e Canharã.**

Também se encontram várias referências de apoio financeiro para ações contra os bugres:

Expedição contra os bugres: Recebi do Senhor Diretor da Colônia Grão-Pará a quantia de doze mil e quinhentos mil réis provenientes do meu jornal de trabalho de cinco dias como camarada de expedição contra os bugres, para proteger os colonos. Orleans do Sul, 22 de abril de 1891 (p. 28).

Despesas para afugentar os indígenas: Pago ao José Maria 10\$000, ao Esser 35\$000, ao Carlos Meurer 8\$000, ao João Arns 8\$000 (p. 29).

Ontem entraram quinze homens, colonos, com chefes José Huna e Jacob Askel, no mato, em perseguição aos indígenas. Resolveram entre si este pasto, e quanto a mim, o aprovo, ainda mais não havendo outra despesa, senão a munição que dei por conta da Empresa (p. 30).

A expulsão dos indígenas não é, de modo algum, constatação inédita, surpreendente. Esse processo acompanha toda a história do Brasil.

### 2.2.3 A Igreja

Um outro elemento importante é a participação da Igreja Católica na região. Em entrevistas realizadas junto a moradores das principais comunidades rurais, perguntados sobre os limites de sua comunidade, a resposta era de que esses limites eram traçados a partir da influência da Igreja local ou capela. Algumas respostas:

- Depende das famílias que frequentam a Igreja.
- Se as famílias frequentam a Igrejinha do Rio Belo, então elas pertencem a essa comunidade.
- O Rio Belo vai até os terrenos dessas famílias.

A Igreja, nesse caso, não estabelece uma ordenação territorial formal, como a hierarquização entre paróquias e dioceses. Ela age muito mais no sentido de reforçar o sentimento de identificação e de pertencimento a um lugar em detrimento de outro. A capela é o elemento central da paisagem de cada comunidade. É o símbolo maior de tudo e de todos dentro da comunidade. É o ponto de encontro, das conversas, da interação, do lazer. É também o local onde cada morador reafirma sua condição de membro da comunidade e onde são realizados os negócios. Mas é também na igreja e, muitas vezes, através dela que se estabelece a vigilância e o controle sobre o cotidiano de cada um. Neste sentido, a Igreja exerce o papel de reguladora social da vida da comunidade. O território da comunidade estende-se, mais ou menos, de forma radial em torno desse ponto central.

Os conceitos e as situações expostas neste capítulo remetem a reflexões sobre o caráter dualista dos territórios. Teríamos sempre uma dimensão política, expressa pelo controle que determinados atores exercem sobre o espaço e uma dimensão simbólica, expressa pelo sentimento de pertencimento e de identificação que cada grupo desenvolve com o seu meio. Lefevre distingue o espaço dominado (dimensão política) do espaço apropriado (dimensão simbólica). Assim, um processo de territorialização efetivo só ocorreria com o desenvolvimento destas duas dimensões sobre parcelas do espaço. Sob esse ponto de vista, tem-se, em Orleans, a dimensão simbólica desenvolvida essencialmente nas diversas comunidades pelos colonos. Ou seja, a partir do lugar, a dimensão política é a dimensão do compartimento político-administrativo, a partir da ação dos agentes políticos, dentre os quais a Empresa de Terras e Colonização, os poderes federal, estadual e municipal. Mas o domínio político transfigura-se à medida que respalda-se mais no movimento da sociedade, que projeta sobre o espaço um conjunto de ações buscando sua apropriação e domínio. E toda ação da sociedade se dá a partir do lugar.

### **3 A COMUNIDADE RURAL: O LUGAR**

#### **3.1 UMA PROPOSTA DE ESTUDO**

Neste capítulo, entraremos na maior das escalas de nosso estudo. Deixamos de lado a Empresa de Terras e Colonização e a Igreja e nos fixaremos nas comunidades rurais. Estes lugares parecem passar por um processo de redefinição de seu papel frente ao novo contexto que se impõe à região do Sul do estado de Santa Catarina a partir do desenvolvimento dos sistemas de pecuária integrada. É necessário revelar esta nova comunidade, pois ela não nos parece mais a mesma. Seja por apresentar uma nova paisagem, onde granjas de porco e frango são cada vez mais comuns, seja por manter-se igual em aparência, mas essencialmente diferente, pois novas funções são a partir dela exercidas. Para revelar este novo lugar, ou negá-lo, inspiramo-nos nas idéias de Milton Santos.

Assim, entendemos o lugar como o espaço onde se territorializam os sistemas de objetos e ações, propostos por Milton Santos, seguindo na escala de tempo e de espaço mais próximas à racionalidade do cotidiano. O lugar é a materialização das relações sociais e espaciais sob a perspectiva do local, do mais próximo, embora, numa escala de tempo e espaço mais amplos, essas relações obedeçam a uma racionalidade global. Estudá-lo é, antes de mais nada, revelar, em cada objeto, o sistema de ações a ele ligado, explicitando suas relações com os outros objetos do lugar e de outros lugares. Assim, as horizontalidades e as verticalidades decifradas, podem-se despertar no sujeito não só possibilidades, mas vontades do exercício da cidadania, com inserção ativa no sistema de ações.

A escolha dos objetos deve partir das demandas significativas para a comunidade, a partir da paisagem do lugar ou dos lugares vivenciados pelo grupo.

Se propusermos o estudo do lugar a partir dos objetos, é inicialmente elementar definirmos o que entendemos a respeito desse conceito. É também

próprio aqui, destacar que nossa idéia concorda com Santos: “Nossa proposta atual de definição da geografia considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço” (2002, p. 62).

Para esse autor, “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (2002, p. 63).

Não é nosso propósito neste momento revisitar a longa lista de autores que buscaram o significado e a importância dos conceitos de objeto, ações e lugar. Longe disso, nosso objetivo é rever esses conceitos buscando quais significados e importância que eles assumem para o estudo do espaço das comunidades. Vamos então, num primeiro momento, considerar a emergência das redes e dos espaços de fluxos para situar o papel das comunidades enquanto lugares neste contexto.

Assim, devemos considerar primeiramente que, se o espaço é a construção inseparável de objetos e ações, o lugar também o é. Os lugares são os pontos nodais do espaço. É através dos lugares que o espaço se realiza. Mesmo considerando a emergência e a preponderância cada vez maior dos fluxos comandando a organização do espaço. Estes, os fluxos, são originados em lugares. A arquitetura do espaço de fluxos é bem delineada por Castells: “O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (1999, p. 436).

Para Castells um dos suportes materiais do espaço de fluxos seria constituído por seus nós, os centros de importantes funções estratégicas, e os centros de comunicação.

O espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora sua estrutura lógica o seja. Está localizado em uma rede eletrônica, mas essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. Alguns lugares são intercambiadores, centros de comunicação desempenhando papel coordenador para a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede (1999, p. 437).

Assim, as chamadas cidades globais são os lugares privilegiados na atual configuração espacial do mundo. O que lhes assegura tal posição é a extraordinária concentração de objetos técnicos. Tomando como exemplo somente a cidade de Nova York, poderíamos elencar como objetos fundamentais para sua posição de cidade global a bolsa de valores de *Wall Street* e a *Nasdaq*, as sedes de grandes bancos e instituições financeiras, as sedes de grandes corporações. Cada um desses objetos só alcança operacionalidade através da reunião de outros objetos menores, como computadores munidos com *softwares* de última geração e linhas telefônicas altamente eficientes. Ou seja, o conjunto de objetos técnicos é um dos fatores que definem o papel do lugar na construção do espaço global e, ao mesmo tempo, definem a construção do seu próprio espaço interior.

Ao falarmos de objetos e de técnicas, cabe-nos esclarecer o que entendemos sobre estas categorias. No capítulo 2 de seu livro *A Natureza do Espaço*, Milton Santos elenca vários conceitos de objetos e de ações, ou de sistemas de objetos e de sistemas de ações. E destaca ainda a indissociabilidade destes dois sistemas na composição do espaço geográfico. Segundo ele, não é essencial a Geografia formular um sistema de conceitos que dê conta do todo ou das partes do sistema. Mas considera que:

Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor dos objetos vêm do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social (SANTOS, 2002, p. 77).

Queremos destacar, com essa citação, o que se considera fundamental para o estudo do lugar. Os diversos objetos que formam o espaço geográfico, os objetos geográficos comentados por Santos tornam-se ativos na organização e reorganização do espaço a partir de duas dimensões básicas:

- O conteúdo;
- A intencionalidade do sujeito que os utiliza.

O conteúdo de cada objeto corresponde ao seu potencial de transformação do espaço. Assim, existem objetos com elevado potencial e outros de menor potencial. Esse potencial só pode ser medido através da consideração de vários fatores que caracterizam o seu entorno. Um mesmo objeto apresenta potencial diferente se inserido em sociedades diferentes. Como exemplo, um mesmo computador pode comandar a rede financeira mundial se localizado no centro de São Paulo e não servir para absolutamente nada numa comunidade de analfabetos em informática. Também o valor simbólico de um mesmo objeto varia de lugar para lugar, de sociedade para sociedade. E o significado simbólico de cada objeto transforma-se em valor potencial, à medida que serve de referência à consolidação das identidades locais. Quero dizer que os objetos de maior potencial são aqueles que se revestem de duas qualidades intrínsecas: funcionalidade e significado simbólico. A funcionalidade corresponde ao conjunto de operações que ele permite realizar, garantindo a continuidade da sociedade, seja local, regional, nacional ou global. Aqui cabe ressaltar que o homem só se relaciona com a natureza e com os outros homens através da técnica. Claval argumenta o seguinte:

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia (1999, p 219).

A mediação tecnológica referida por Claval afirma, na verdade, a dependência do homem em relação aos meios técnico-científico-informacionais. E essa dependência vem aumentando incessantemente. Não existe mais o homem inteiramente natural, mas as técnicas, essas sim, acabam por ser naturalizadas pelo homem. Mesmo nas sociedades mais primitivas, a vida humana depende da utilização de objetos técnicos: o arco e flecha, a lança, a roupa, a fogueira, a cabana, etc. Nas mais avançadas, o avanço da técnica não só permitiu o aprofundamento da relação do homem com a natureza do lugar, como expandiu os limites territoriais dessa relação. A partir do lugar, as sociedades mais avançadas conseguem enxergar outros lugares, outros mundos, muito além do seu campo de visão puramente natural. As riquezas da América Latina, da África ou da Ásia podem ser vislumbradas, estudadas, exploradas e mesmo apropriadas por sociedades de lugares distantes, como Los Angeles, Nova York, Londres, Paris, Tóquio. Nas

sociedades mais atrasadas tecnicamente, a visão é bem mais curta. Algumas tribos indígenas só entendem aquilo que efetivamente vêem. É fácil então deduzirmos que Londres é um lugar diferente de uma aldeia Yanomani não só pela organização de seu espaço interno, mas por seu papel na organização do espaço Global.

Um morador de Londres, mediado pelo conjunto de objetos técnicos que tem a seu dispor, é influenciado tanto pelo seu meio mais próximo (a própria cidade) como pelo meio que lhe é exterior, podendo-se incluir aí todas as partes do mundo como a própria aldeia Yanomani. A esse respeito, nos diz Claval: “as viagens ampliam o universo mental dos atores da vida social. Os progressos das comunicações caminham no mesmo sentido” (1999, p. 251). Um índio Yanomani, por sua vez, tem seu cotidiano influenciado tão somente por seu espaço mais próximo, sua aldeia, seu território.

Nesse sentido, é correto concluir que cada lugar possui especificidade, diferencia-se de outro pelo conjunto dos objetos que contêm e da forma como seus habitantes utilizam-se desses objetos para estabelecerem relações com o ambiente ao seu redor. Pode-se dizer que os objetos não são simplesmente partes das redes, mas eles a constroem.

Se cada objeto contém o mundo, e nos relacionamos com o meio através deles, quanto mais artificializado ele for, mais dependemos dos objetos artificializados. Isto nos remete à condição do econômico. O objeto técnico é produto do homem, de um determinado lugar, de um determinado tempo. A maior parte dos objetos técnicos é produzida nos países que detêm a hegemonia econômica. Através deles, esses países se fazem presentes no cotidiano de cada homem no planeta, influenciando seu modo de vida. Quanto mais nos artificializamos, mais nos desconectamos do nosso espaço imediato, do nosso lugar; e mais nos aproximamos do lugar onde os objetos que utilizamos são produzidos. Ao entrar num *shopping center*, transportamo-nos para o mundo do *fast-food*, do eletrônico, das fantasias de consumo, mesmo que este *shopping* se localize em meio a um manguezal, a uma floresta ou a uma praia. Um *shopping center* pode até ser um lugar, mas comumente é o lugar dos outros, e não nosso.

“O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade e, cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 2002, p. 63).

O significado simbólico é a outra qualidade dos objetos à qual me referi anteriormente. Ele está ligado à memória cultural de cada comunidade. Os objetos de grande valor simbólico são aqueles que constroem o imaginário do povo, consolidando a imagem coletiva que se faz do lugar.

A outra dimensão refere-se à intenção que se tem através da utilização dos objetos. Os objetos não existem em si, mas só adquirem significados a partir da ação. E toda ação é carregada de intencionalidades. Um mesmo objeto pode servir à guerra ou à paz, ao domínio ou à submissão. Yves Lacoste já demonstrava, na obra *A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, como os elementos de um determinado lugar serviram aos propósitos dos EUA na guerra do Vietnã. Os mesmos diques, os mesmos açudes bombardeados e utilizados como trunfos pela superpotência em benefício de sua estratégia de guerra eram utilizados pelos vietnamitas em sua estratégia histórica de sobrevivência. Assim, qualquer objeto só alcança significado simbólico e valor funcional a partir da intencionalidade do sujeito que o utiliza.

Retomamos Casttels para destacar uma outra questão relativa ao espaço de fluxo e salientar o papel do lugar. Ele afirma que as elites articulam-se globalmente, exercendo assim amplo domínio sobre o espaço e sobre a produção deste a partir do controle dos processos globais resificados. Por outro lado, as pessoas que constituem a maioria da população mundial, as massas, são desarticuladas, desorganizadas, e por isso, facilmente controladas. Literalmente, Casttels, cita que: “as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais” (1999, p. 440).

Aqui enxergamos a contradição/interação entre o lugar e a rede, entre o local e o global. É a rede que possibilita o domínio, mas é o lugar que condiciona o cotidiano. Vivemos em lugares, mas só através das redes percebemos, entendemos, integramos e dominamos o mundo. É necessário que se revele cada objeto em sua

dupla dimensão. O conteúdo, desvelado pelo seu simbolismo e funcionalidade, e a intencionalidade dos atores, nas relações estabelecidas a partir destes objetos.

Ou seja, propomos que o lugar seja estudado a partir do que Milton Santos chama de sistemas de objetos e sistemas de ações. Em nosso estudo sobre as comunidades optamos por partir pelos objetos mais significativos. Mapas mentais construídos por membros de diversos segmentos da sociedade local podem ser ferramentas muito úteis nessa etapa. Cabe a seguir selecionar os objetos mais citados (igreja, posto de saúde, rodoviária, etc) e desvendá-los. Qual o potencial desses objetos? São funcionais a ponto de permitir, não só a continuidade do sistema dominante, mas também a sua transformação espaço-tempo-social? Esses objetos permitem que a comunidade se insira de forma ativa, significativa, na rede global ao mesmo tempo em que garantem a afirmação de seus laços identitários, permitindo-lhe a própria existência como lugar? Como são utilizados esses objetos? Para o que servem? Para quem servem?

São tais questionamentos que propomos para que, como citamos no início desse texto, as horizontalidades e verticalidades possam ser decifradas em cada lugar e que os sujeitos insiram-se ativamente no sistema de ações, agindo sobre os sistemas de objetos e através deles para o exercício da plena cidadania.

O espaço se transforma a partir do lugar e este, por sua vez, é transformado permanentemente pelo espaço. O que nos impomos é buscar o novo significado das comunidades rurais.

Buscamos, até aqui, articular as várias escalas de análise, desde a regional, com o estudo da macrorregião do Sul de Santa Catarina, passando pela municipal através do estudo do território de Orleans até a local, com a retomada histórica e espacial do surgimento e desenvolvimento das comunidades rurais. Como revelar este novo significado? Nossa premissa é de que as comunidades rurais são lugares cujo significado, tanto em termos de papel na teia territorial e espacial, como para seus habitantes como espaço vivido, vem se transformando a partir da penetração das redes de pecuária integrada, em particular da avicultura. É necessário aprofundarmos o estudo do lugar de cada comunidade. Propomo-nos a isso através

das idéias de Santos, para o qual, como abordamos no capítulo anterior, o espaço nada mais é do que o conjunto indissociado de sistemas de objetos e ações. E é no lugar que o espaço se realiza. Esta realização se dá a partir da relação do grupo com o seu meio, intermediados por objetos técnicos que permitem, como já falamos, o funcionamento dos sistemas de ação e estes, sendo consequência daqueles também são, simultaneamente, sua causa.

Nossa abordagem retomará o lugar dos primeiros imigrantes, suas transformações com a introdução dos sistemas integrados e o lugar de hoje, tendo em vista o estabelecimento das granjas de frango.

### **3.2 O LUGAR DO CAMPONÊS**

O papel histórico das colônias de imigrantes europeus no Sul do Brasil foi o de ocupar as terras entre o litoral e o planalto e garantir a comunicação entre estas áreas. Foi com esta intenção que o Império incentivou e até mesmo financiou o estabelecimento das colônias ao longo da faixa de terras que se estende entre o litoral e as escarpas da Serra Geral. Ambos objetivos foram atingidos.

No caso do sul catarinense, a ligação necessária era entre Laguna, cidade portuária, e Lages, no planalto, principal centro produtor de gado. Como foi visto anteriormente, Laguna funcionava como ponto de saída e entrada enquanto sua hinterlândia era singrada por caminhos que levavam e traziam o gado. Nas localidades, situavam-se os paradores dos tropeiros e também os postos comerciais, em que se destacavam as vendas e seus donos, os comerciantes do lugar. Muitas comunidades serviram a este propósito e cresceram a partir das demandas originadas pelos tropeiros, como se percebe nas citações abaixo:

A estrada de tropas da Serra do Imaruí era antiga. Havia diversos rodeios, ou locais de pouso: Rodeio dos Pinheiros, Rodeio do Açúcar, Rodeio da Anta. Nas margens do Braço do Norte havia o pouso da famigerada Guerrilha (DALL'ALBA, 1986, p. 258-9).

Em 1928 João Ghisoni construiu a 2ª serraria. Já havia a 1ª serraria, dos Comelli, desde o ano anterior. João coloca engenho de açúcar, em 1929, para os serranos. Silvério Petrosk e Ildefonso Mattos também tinham

engenho de açúcar e alambique. Era intenso o comércio com os serranos (DALL'ALBA, 1986, p. 259).

O processo de ocupação se completou integralmente, com a formação de densa rede urbana constituída por pequenas cidades muito próximas umas das outras e um espaço rural minado por localidades, as colônias. Como já foi abordado, vários fatores contribuíram para a construção dos territórios, como a Empresa de Terras e Colonização, a Igreja e o colono. As comunidades serviram como postos avançados do processo de construção territorial. Era o colono que derrubava a mata virgem, expulsava o bugre e incorporava a nova área ao projeto maior de territorialização.

Um outro papel destes lugares era o de fornecer alimentos e excedentes para o mercado regional. Para Paulilo: “A necessidade de produzir excedentes para o mercado tem, pelo menos, quatro fatores explicativos. Em primeiro lugar, os imigrantes alemães que aqui chegaram vieram de regiões onde esse procedimento era comum” (1990, p. 46). A autora afirma esta propensão dos colonos citando Seyferth,

... os colonos alemães implantaram no vale do Itajaí-Mirim um sistema econômico que, de certa forma, manteve algumas características peculiares ao campesinato alemão da primeira metade do século XIX: a pequena propriedade agrícola trabalhada pela família em conjunto, associando-se a este trabalho, em certos períodos, o artesanato, a busca do trabalho acessório e a tendência a produzir um excedente para o mercado, efeito da articulação entre a aldeia e a cidade que, na Alemanha, dominava a estrutura da economia camponesa (1990, p. 46).

A autora esclarece ainda que, embora a citação se refira ao vale do Itajaí-Mirim, mais ao norte, aplica-se também aos alemães e italianos que se estabeleceram no sul do Estado. Além deste fator, Paulilo cita outros três que explicariam a propensão dos imigrantes em produzir e vender excedentes:

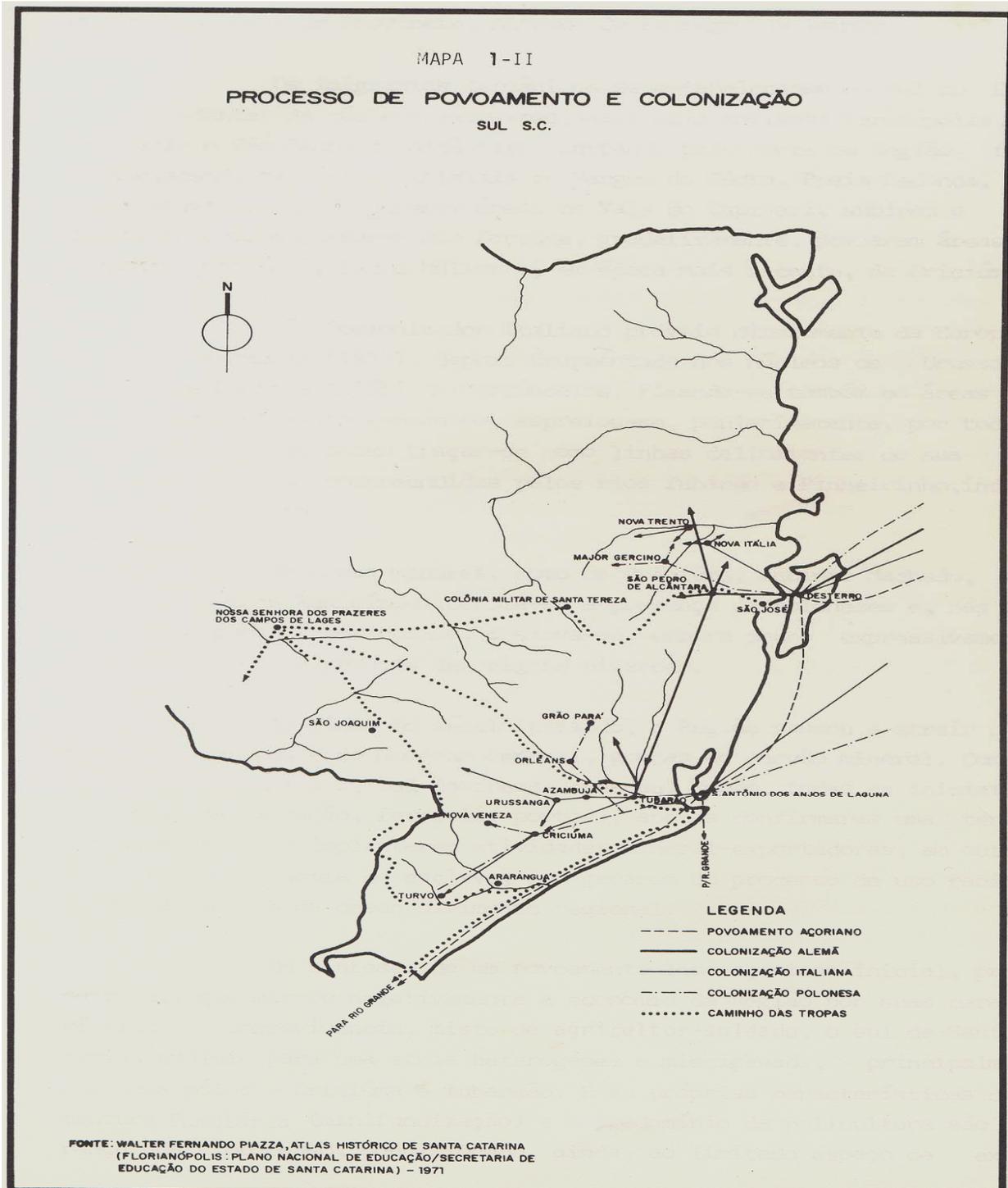
- o interesse que tinham os países de origem, Alemanha e Itália em criar, no novo mundo, novas áreas de comércio;
- a demanda local e nacional por produtos agrícolas;
- hábitos citadinos trazidos pelos imigrantes italianos e alemães.

Explicando a origem da demanda local e nacional por produtos agrícolas, Paulilo coloca que a demanda local devia-se à presença das vilas operárias, onde moravam os mineiros do carvão. Já a demanda nacional ligava-se ao interesse das firmas nacionais localizadas no Rio de Janeiro por carne de porco e banha. Sobre a comercialização do porco e derivados, há interessantes trechos na obra de Dall'Alba referindo-se a Orleans, como o que reproduzimos abaixo:

Orleans teve seu primeiro ciclo econômico baseado nas fábricas de banha. Além da banha, vendia-se a carne salgada, expedida para o Rio de Janeiro, em jacás de taquara. A maioria dos porcos vinha da colônia mesmo. Mas não poucos, vinham da Serra, e estes, muito bem-vindos, pois chegavam na entressafra (1986, p. 131).

Das colocações feitas até agora podemos considerar, então, que as comunidades rurais do interior do município de Orleans inseriram-se entre o século XIX e XX, não só na rede de relações locais, em que contribuíram de forma significativa para a construção do território do município, no plano político, social e econômico, como nas redes regional e nacional.

As comunidades rurais constituíram-se, assim, em pontos nodais das redes regionais e nacionais de comércio. Ou seja, o espaço nacional e regional serviu à lógica dos imperativos comerciais das elites nacionais, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo, através do comércio da banha de porco. Quanto ao comércio regional, o mesmo só teve êxito motivado pelo desenvolvimento das atividades de mineração do carvão. Esta atividade também reflete, como já vimos, os interesses das empresas de mineração sob controle de capitais do centro do Brasil. Esta lógica vertical é a que se estabeleceu como regra geral para as comunidades do município de Orleans cujo papel permitiria a continuidade de uma organização espacial resicular.



Fonte: Termos de Referência do Processo de Planejamento Regional – Microrregional, Relatório Final Preliminar, set. 1976, p. 49.

**Figura 18: Processo de povoamento e colonização do Sul de Santa Catarina.**

Nossa idéia de enxergar, nas comunidades, lugares que constituíram pontos nodais das redes citadas implica considerar, também, que estas puderam efetivamente se realizar a partir dos objetos que possuíam. Implica, portanto, aceitar o que diz Santos:

É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Esta lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade (2002, p. 40).

Aqui destacamos alguns pontos fundamentais:

- a) Cada comunidade só poderia exercer seu papel dentro da lógica a que se refere Santos, no nosso caso, das redes de comércio, através dos objetos que nela existissem.
- b) Os objetos que caracterizam os lugares só se tornam ativos, como já vimos, a partir de duas dimensões: conteúdo e intencionalidade.
- c) O conteúdo dos objetos está ligado ao seu potencial de transformação.
- d) O potencial de transformação depende de duas qualidades dos objetos: funcionalidade e significado simbólico.

O conjunto de objetos dos primeiros tempos da imigração foi organizado e utilizado segundo as lógicas da época, conforme o papel de cada comunidade. Seu objetivo era garantir este papel, mas ao mesmo tempo transformava-o e era transformado pelas especificidades de cada lugar. Seu êxito no cumprimento deste papel dependeu da mediação tecnológica. São os objetos técnicos que permitem com maior ou menor eficiência o cumprimento do papel de cada lugar. É possível supor que os objetos técnicos mais avançados poderiam impor a lógica dominante, mesmo naqueles tempos do início da colonização, e já aí iniciar a homogeneização dos espaços, sob o domínio absoluto de uma mesma técnica. Mas a técnica não é absoluta e o lugar pode exercer força maior na organização do espaço. No lugar, reúne-se o espaço do presente, que não é outra coisa se não o resultado de todos os passados. Do seu próprio passado, enquanto lugar, restrito entre rios e montanhas, de sua natureza mais virgem até as relações de proximidade com os passados paralelos ao dele, bem como de todos os outros lugares que sobre ele de uma forma ou de outra interferiram.

Os objetos das comunidades tornaram-se funcionais à medida que operá-los, dependia do conhecimento tradicional transmitido ao longo de gerações, de pai para filho. Sendo comunidades de imigrantes, suas tradições, seu culto, seus

valores, seu modo de vida, enfim, foi de início o que da Europa trouxeram. Com o tempo, a força do meio também se impôs, interagindo com o homem e gerando aquele espaço singular, o lugar. Daí a importância do estudo do modo de vida dos seus habitantes.

Conforme Santos:

Sendo o espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Já que a técnica é também social, pode-se lembrar que sistemas de objetos e sistemas de ações em conjunto constituem sistemas técnicos, cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico (2002, p.332).

### **3.3 O MODO DE VIDA CAMPONÊS**

Conforme Mendras (1978, p. 15), o tipo ideal de sociedade camponesa se define por cinco traços característicos, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

A autonomia a que se refere Mendras (1978) pode ser percebida em três dimensões: demográfica, social e econômica. Quanto à econômica, consiste em garantir a subsistência do grupo familiar, dando atendimento às necessidades do grupo doméstico e, também, possibilitando a reprodução da família pelas gerações subsequentes.

O camponês, para viver o presente e preparar o futuro, recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir, no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição,

inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc.

Assim, pode-se dizer que a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam, necessariamente, a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, freqüentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras.

Comprovamos essas características para o imigrante da região sul do Estado através da leitura de Etges. A autora comenta os relatos de Waibel nos quais ele expressa preocupação com os hábitos adquiridos pelos descendentes dos imigrantes europeus do Sul do Brasil. Para Waibel, que estudou as colônias do Sul do Brasil entre os anos 40 e 50, estaria ocorrendo entre os descendentes de imigrantes uma caboclicização. Conforme Etges:

Isso, segundo ele, expressava-se nos hábitos que os camponeses tinham adquirido na sua alimentação, na maneira de trabalhar, na forma de uso da terra, em que a prática da coivara se destacava: derrubar e queimar a mata com o intuito de abrir uma nova lavoura para, depois de alguns anos, abandoná-la e abrir outra clareira, provocando a eliminação da mata nativa e a degradação dos solos. No entender de Waibel, principal causa dessa situação foi o baixo nível de escolaridade e de informação dos habitantes do local. Os imigrantes tinham trazido da Europa o hábito da leitura e da busca da informação sobre o que se passava, tanto em nível local quanto mundial, hábito esse os descendentes tinham abandonado (2000, p. 146).

Nota-se que Waibel situa os habitantes das colônias da década de 40 do século XX num estágio cultural inferior ao dos primeiros imigrantes. Quanto ao sistema de produção, tanto os pioneiros quanto os descendentes praticavam inicialmente o sistema de rotação de terras primitiva para, num segundo estágio, avançar para o sistema de rotação de terras melhorada. Um estágio mais avançado, a rotação de culturas combinada com a criação de gado teria sido alcançado por um número reduzido de colonos. Neste último estágio, o camponês adquiria uma condição de vida superior. Etges descreve assim esse estágio:

Rotação de culturas combinada com a criação de gado: a rotação de culturas, em campos arados e adubados, constitui-se no estágio final do desenvolvimento agrícola, no sul do Brasil. Tudo gira em torno da criação de gado. Novas culturas são praticadas. A produção de derivados de leite é

incrementada. A população rural se torna próspera, o que se reflete no tipo de habitação, que passa a ser de alvenaria. Há uma preocupação maior tanto com a educação dos filhos, quanto com o contato com o mundo, através da leitura de jornais, livros e revistas profissionais. Apresentam um padrão de vida que se aproxima ao do lavrador médio, dos EUA (2000, p.144).

Sem entrar na discussão sobre as influências do positivismo e evolucionismo alemão sobre o pensamento de Waibel, bem como de seu engajamento ideológico com as potências européias, tomaremos suas colocações para destacar alguns traços que são comuns aos camponeses de origem européia naqueles que se estabeleceram no sul do Brasil:

- o policultivo sempre associado à criação de animais (bovinos, suínos ou aves );
- a preocupação em prosperar a partir da produção de excedentes para o mercado;
- a máxima exploração do meio natural, tomado mais como fornecedor de recursos (o solo para o plantio, a madeira, a caça, a água) do que como ambiente de vida;
- A preocupação com a educação ou pelo encaminhamento de vida dos filhos.

### **3.4 OBJETOS E AÇÕES**

Se, para nossa proposta, cada grupo relaciona-se com o meio através da técnica, revelar quais objetos técnicos permitiram aos colonos de Orleans desenvolverem seu modo de vida é fundamental. Os modos de vida são dependentes destes objetos, do sistema deles, mas também do sistema de ações.

Retomamos que cada objeto se revela através de dois atributos básicos: o conteúdo (funcionalidade e simbolismo) e a intencionalidade (a quem atende).

As comunidades garantiam as lógicas horizontal e vertical. A horizontal ao garantir a sobrevivência do modo de vida camponês. A vertical, servindo às redes nacional e regional.

Dentro do que chamamos, aqui, de valor simbólico dos objetos, cumpre destacar os que estabeleceram, num primeiro momento, o vínculo locacional entre o homem e o espaço, constituindo, *a priori*, os primeiros laços de identificação. Este, sendo uma construção “concreta e simbólica” do espaço, surgiu, antes de mais nada, de uma referência natural. Para Tuan:

O apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela.

Ronald Blyte nos lembra que, ainda na década de 1900, o assalariado rural na Inglaterra tinha poucas recompensas, a não ser uma casinha e uma vida miserável. Sua maior fonte de orgulho é sua própria força física e a habilidade de arar um sulco reto – sua efêmera assinatura nesta terra. O pequeno agricultor, dono de sua terra, estava um pouco melhor: ele podia nutrir uma atitude devota para com a terra que o mantinha e que era sua única segurança.

Para viver o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar (1980, p.111-3).

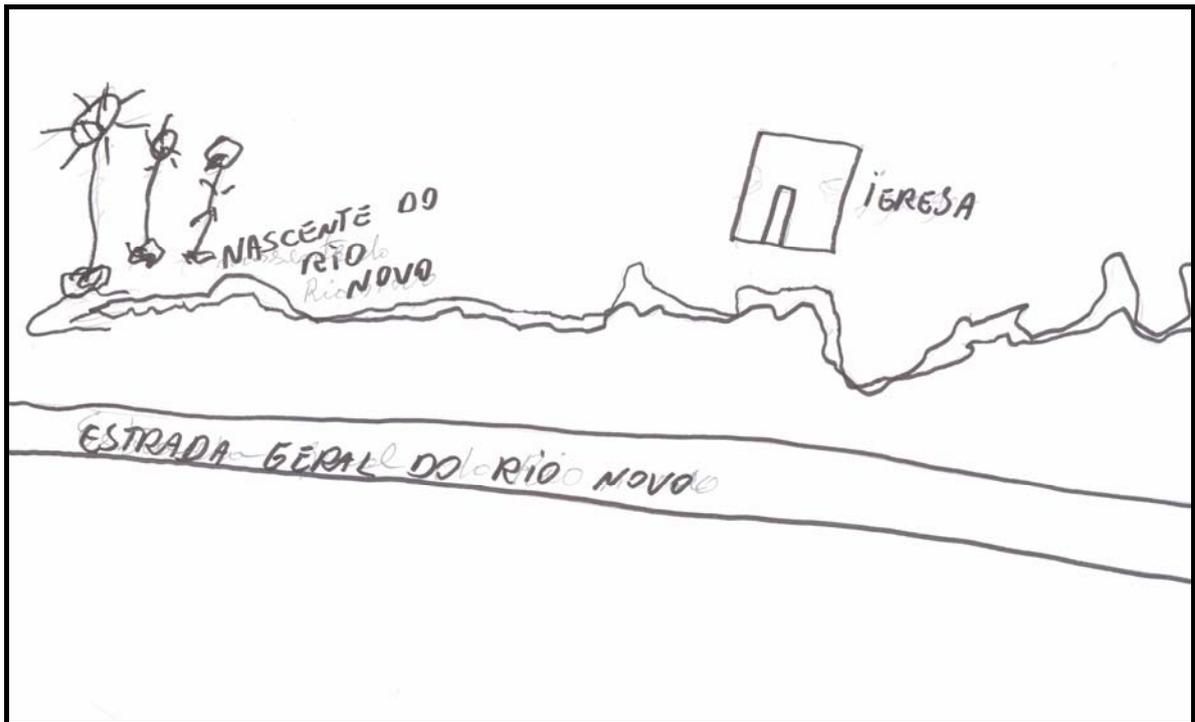
Sendo o município de Orleans bastante acidentado, os pequenos núcleos comunitários se estabeleceram normalmente às margens dos estreitos vales onde os rios exerceram papel edificador dos sistemas de representação, seja espacial, simbólico ou funcional, para todo o grupo. Como herança, dentre outras, tem-se hoje um rol de topônimos dedicados a elementos hidrográficos. De um total de 49 comunidades cadastradas pela Prefeitura, 26 referem-se a elementos hidrográficos.

Nomes das comunidades de Orleans alusivos a elementos hidrográficos:

- 1) Rio Coral
- 2) Rio Palmeiras Alto
- 3) Rio Belo
- 4) Rio Novo
- 5) Rio Novo de Cima
- 6) Barra do Rio Novo
- 7) Rio Laranjeiras

- 8) Rio Laranjeiras de Baixo
- 9) Rio Capivaras Baixo
- 10) Rio Capivaras do Meio
- 11) Rio Capivaras Alto
- 12) Arroio dos Bugres
- 13) Rio Hipólito
- 14) Costão do Rio Hipólito
- 15) Rio Júlio
- 16) Três Barras
- 17) Rio Minador
- 18) Rio Carlota
- 19) Rio Pinheiros Alto
- 20) Rio Pinheiros Baixo
- 21) Rio Pinheiros
- 22) Rio Cachorrinhos
- 23) Rio das Furnas
- 24) Mar Grosso
- 25) Ilhota
- 26) Rio Palmeiras Alto

Os rios são, dentre os elementos naturais, os que mais se destacam nas representações dos colonos, especialmente os mais idosos. Solicitado para desenhar o que seria para ele a comunidade do Rio Novo, Antonio João Coan, 78 anos, elaborou a seguinte figura:



Fonte: Elaboração original de Antonio João Coan, Rio Novo, Orleans-SC.

**Figura 19: Mapa mental do Rio Novo – por Antonio João Coan.**

A utilização de mapas mentais, como o ilustrado acima, permite-nos dimensionar as relações que as pessoas têm com o seu lugar, com o seu meio. Lançamos mão, neste caso, da perspectiva fenomenológica segundo a qual, conforme Lencioni:

Os mapas mentais são, portanto, reveladores; ou seja, é possível, com o estudo dos mapas mentais, apreender as imagens que os indivíduos têm acerca dos lugares, procurando relacionar essas imagens às características socioculturais destes e entender uma das dimensões das relações que os indivíduos estabelecem com o espaço (2003, p. 152).

É sob esta perspectiva e, tomando como referência os mapas mentais, como o representado acima, identificamos os objetos que, nas representações dos primeiros imigrantes, conformam o que entendiam como o território de sua comunidade. Agrupamos estes objetos em naturais e artificiais.

1) **Objetos de ordem natural:** nesta categoria aparecem os vários elementos que compunham o ambiente ainda virgem dos primeiros imigrantes. Como o município de Orleans se estende pelas serras do leste catarinense, bacia sedimentar do Paraná e encostas da serra Geral, o relevo acidentado acabou por

valorizar a ocupação ribeirinha no emaranhado de pequenos rios que sulcam a topografia em direção ao Rio Tubarão ou ao Braço do Norte. Poucas são as comunidades que surgiram em divisores de água, embora este seja o caso de duas comunidades importantes: Vila Nova e Barracão. A comunidade mais antiga e berço do processo de ocupação do município iniciou-se às margens do Rio Pinheiros. Conforme Dall'Alba: "A colonização das terras do atual município de Orleans iniciara em 1882, com o núcleo de Rio Pinheiros, concomitantemente com o da Sede Central" (1971, p. 108).

A localização ribeirinha explicava-se pela necessidade de terras férteis, essencial para a permanência e prosperidade da família camponesa. É importante ressaltar que as terras ocupadas pelos primeiros imigrantes eram, na verdade, vendidas pela Empresa de Terras e Colonização e a prosperidade do colono significava a sua própria. Sobre este aspecto, Dall'Alba ainda destaca que "Rio Novo: suas terras são de superior qualidade. A medição dos lotes foi feita em outubro. Consegui colocá-las a dez réis a braça..." (1971, p. 109).

Esta frase, na verdade, foi citada por Dall'Alba como um trecho de relatório expedido por um agrimensor da Empresa de Terras e Colonização à sede da mesma, localizada no Rio de Janeiro. Ressalte-se aí a dependência da produção em relação à terra e o vínculo forçoso que se estabeleceria entre o camponês e o seu meio físico. Assim, além dos rios, as próprias terras, os matos, os animais e, considerados selvagens, os bugres incorporavam-se ao espaço de vida dos primeiros imigrantes. Daí surgiram lugares profundamente marcados pelas referências naturais, notadamente elementos hidrográficos.

Estes elementos, rios e riachos, dissecaram e construíram vales estreitos, principalmente, na área das serras do leste catarinense, constituídas por rochas pré-cambrianas cristalinas onde a fertilidade natural das terras é discutível e a topografia realmente dificulta a agricultura. No entanto, morros-testemunho de topo plano inspiraram outras comunidades, como é o caso do Chapadão. Estes morros são comuns na área da Bacia do Paraná, a oeste do município, cujos terrenos sedimentares paleozóicos também permitiram o estabelecimento de minas de carvão. Há aí a comunidade de Rio Minador. Uma outra, já nas encostas da Serra

Geral, recebe o nome de Janela Furada, referência à forma erosiva que hoje começa a ganhar destaque turístico no município.



Fonte: [site www.orleans.sc.gov.br/turismo.htm](http://site.wwww.orleans.sc.gov.br/turismo.htm)

**Figura 20: Janela Furada.**

Outras 5 localidades receberam nomes referidos a elementos da topografia:

1. Morro da Erva
2. Furninhas
3. Janela Furada
4. Chapadão
5. Morro da Palha

A totalidade das comunidades do município de Orleans está representada no anexo 1.

2) **Objetos de Ordem Artificial:** nesta categoria aparecem todos os objetos que constituíam o sistema técnico da época e que permitiu, num primeiro momento, a fixação do homem a terra, incluindo aí desde enxadas, foices, machados e outros utensílios, até as espingardas que possibilitaram a matança dos bugres. Num segundo momento, o conjunto de objetos que permitiu a produção tanto dos bens de

consumo da família quanto os bens para o comércio integrando as redes regional e nacional. Nesta relação destacam-se:

As estradas e o carro-de-boi: foi de importância vital para o escoamento da produção de banha das colônias até as “casas de banha”, casas de comércio localizadas ou no núcleo das comunidades ou na cidade de Orleans. Os comerciantes só compravam a banha, que chegava até eles através dos carros-de-boi. O porco era carneado e limpo na casa do colono. A partir daí, a banha seguia para o porto do Rio de Janeiro. Segundo Dall’Alba, as primeiras “fábricas de banha” surgiram no Rio Pinheiros, a dos Pinter e dos Debiasi. Delas, seguiam até Orleans em carros de boi, daí até o Porto de Laguna onde embarcavam para o Rio de Janeiro. Outros produtos, como o milho e o feijão, também eram assim transportados, embora estes normalmente seguissem até a sede da Colônia, Orleans, de onde era distribuído para a própria região. As estradas eram precárias, normalmente picadas melhoradas essencialmente para estes fluxos e também para a locomoção pessoal a cavalo entre as colônias ou até a cidade. Segue trecho do livro de Dall’Alba, citando relatório enviado à Empresa de Terras e Colonização no final do século XIX:

O Rio dos Pinheiros nesta colheita produz, sem medo de errar, seis a sete mil sacos de milho. O que fariam deste milho, sem caminho para exportá-lo? É raro hoje o colono velho de Rio Pinheiros que não tenha a sua vaca e animal de carga e seu potreiro todo gramado. A criação de porcos, tomada em muita consideração por eles, promete um futuro muito lisonjeiro. Aves existem em abundância...

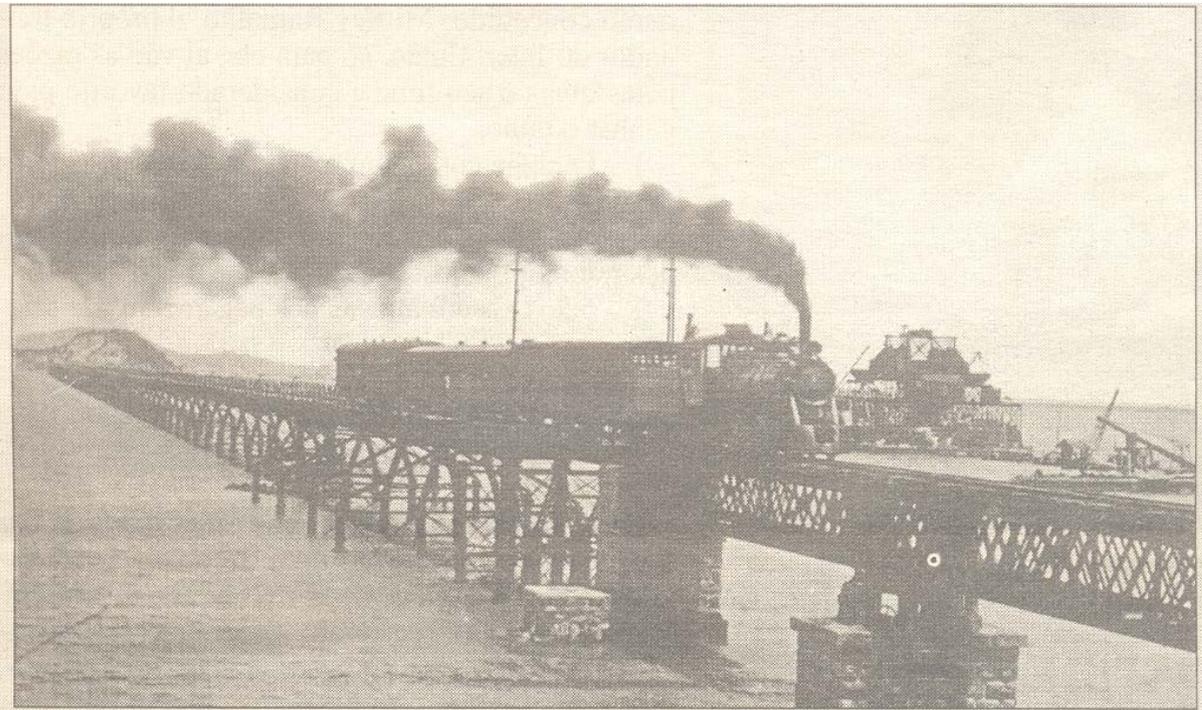
Das colônias italianas chegavam às Minas, a Pedras Grandes ou a Orleans, os cargueiros com carne, banha, feijão e aguardente (1971, p. 110).

As estradas também permitiam os fluxos de tropeiros e tropas de porcos e mulas cargueiras entre o litoral e a Serra Geral, onde se destacava Bom Jardim, São Joaquim e Lages, cortando a região no sentido leste-oeste. Estes caminhos eram fundamentais, pois os tropeiros dinamizavam a frágil economia colonial através da troca de animais vivos, ou produtos deles derivados, com gêneros alimentícios agrícolas.

A Estrada-de-Ferro Dona Thereza Cristina: a estrada de ferro exerceu papel indiscutível como ligação das redes locais aos portos de Laguna e Imbituba.

Inaugurada em 1884, funcionará até 1974, quando a grande enchente do Rio Tubarão arranca grande parte do ramal principal, o qual ligava Lauro Müller a Tubarão, passando por Orleans. Abaixo, trecho de Dall'Alba:

Diariamente, da colônia espontânea do Braço do Norte, da colônia particular Grão-Pará, da colônia Oficial Azambuja-Urussanga, e dos diversos núcleos da colônia Nova Veneza, milhares de carros de boi e cargueiros demandam as estações de Orleans do Sul, Pindotiba, Pedrinhas, Pedras Grandes, entulhando os vagões de caixas de banha, jacás de carne salgada, formas de açúcar, pipas de aguardentes, sacos de milho e feijão, toras de madeira. À estação de Minas chegam dos Campos de Cima da Serra, de Curitibanos, dos Campos Novos, de Lages, passageiros para Tubarão e Laguna. Particulares, negociantes, voltam carregados de mercadorias manufaturadas. Bom serviço, para as colônias. Caro, mas indispensável (1986, p 140).



Fonte: Banco de dados de Zero Hora (sem data).

**Figura 21: Maria Fumaça cruzando a ponte de ferro na entrada de Laguna-SC.**

As Casas de Comércio: as casas de comércio foram os objetos que permitiram o desenvolvimento das redes de comercialização da região. Conforme Paulilo, “o comerciante não era somente o elemento que comprava os produtos dos colonos, mas era aquele também que fornecia tudo que suas famílias precisavam” (1990, p. 48). Para essa autora, era nos estabelecimentos comerciais que os colonos se reuniam e o comerciante é que realizava a ligação do colono com o

mundo exterior. Estabelecia-se assim uma relação de dependência do agricultor em relação ao dono da casa de comércio, pois este ainda fornecia os gêneros de primeira necessidade em troca da produção futura do agricultor, que seria então vendida por ele. Estas casas, também conhecidas como VENDAS, também eram os pontos de encontro dos tropeiros que ali comerciavam seus produtos. Conforme Dall'Alba:

Os tropeiros negociavam diretamente com os colonos quando vendiam alguma cabeça de gado, mulas, cavalos, algum charque, queijo. Em troca levavam farinha de mandioca, açúcar mascavo, caninha. Mas, em geral, negociavam com as casas de comércio onde encontravam já acumulados os produtos de que necessitavam, juntamente com sal, ferragens, arroz, tecidos, armas. Corria muito pouco dinheiro. O comércio era feito na base da permuta no mais das vezes. Mesmo para os colonos, as casas de comércio vendiam a fiado, e recebiam os gêneros agrícolas na época das safras. Certo, o dono da venda era o único a sair lucrando. E o capital tanto da serra, como das colônias, acumulava-se nas mãos dos negociantes (1986, p. 130).

Paulilo insiste na importância que o dono da venda, o comerciante, assumiu frente à colônia. “Era ele que estava sempre em contato com o mundo fora da colônia, era seu estabelecimento um dos principais lugares de reuniões dos agricultores e era ainda ele que controlava a pequena indústria ligada à lavoura” (1990, p. 48).

O dono da venda aparecia então como figura proeminente, não só no campo econômico como também no cultural. A política regional, por conseguinte, foi dominada pelos comerciantes. A venda era o lugar da reunião, dos negócios, do lazer, do contato com o resto do mundo. Também é importante entender que a relação estabelecida entre agricultor e comerciante era normalmente assimétrica, estando o primeiro sempre na dependência do segundo, seja para a compra ou para a venda de produtos. Ainda para Paulilo, é esta condição de subordinação do camponês que facilitará, a partir da metade do século XX, a penetração das redes de agricultura e pecuária integrada na região Sul do estado de Santa Catarina.



Fonte: Foto do autor, 2004.

**Figura 22: Antiga casa de comércio que também realizava a moagem de milho e arroz – Comunidade de Rio Laranjeiras.**

A Capela: capela, normalmente católica, foi o principal marco de cada comunidade. É nela ou em seu entorno que se realiza o convívio interfamílias e se reforça o caráter de comunidade de interconhecimento. Neste sentido, reforçava também os laços de solidariedade e o sentimento de pertencimento. Foi o elemento espacial artificial mais influente a desenvolver o sistema de representação espacial tanto individual quanto coletivo em cada comunidade. Este elemento ainda permanece hoje como o principal. Em 5 comunidades, solicitamos que colonos desenhasssem livremente a sua comunidade. Em todos os mapas confeccionados, aparece a capela como elemento principal.



Fonte: Elaboração original de Maria Loli Menegasso, julho de 2004, Vila Nova – Orleans-SC.  
**Figura 23: Mapa mental da Comunidade de Vila Nova – por Maria Loli Menegasso.**

As casas de moradia: as casas de residência primeiramente construídas eram extremamente simples, nada tinham de conforto. Chão batido, quarto de dormir onde apareciam a cama e uma cômoda, cozinha grande com mesa para as refeições e fogão construído no chão. O material utilizado era a madeira.



Fonte: DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros no Grande Orleans**. 1986, p. 34.  
**Figura 24: Foto de uma antiga residência no interior do município de Orleans-SC.**

O sistema de objetos e ações, considerando o tempo dos primeiros imigrantes, em que podemos situar aqui, num intervalo que vai aproximadamente de 1880 ao início do século XX, relaciona-se, num jogo de influências recíprocas, ora determinantes, ora condicionantes, com o lugar. E este nada mais é do que o conjunto dos próprios objetos, pois é só assim, que o lugar se torna parte do espaço. Para o espaço geográfico, interessam os objetos enquanto portadores de conteúdo e de intencionalidade de uso. É importante destacar algumas características destes objetos, retomando as idéias de Santos:

- Estes objetos estavam subordinados ao colono e com ele estavam em “comunhão”, no sentido que se adaptavam às possibilidades do meio ambiente natural, social e econômico. O sistema de referências (culturais, econômicas, psíquicas, sociais), já presentes no consciente individual e coletivo, e o sistema de referências do meio natural é que demandavam a forma e o conteúdo de cada objeto. Também os objetos eram subordinados ao colono, à medida que a intencionalidade no uso de cada objeto não estava nele contida, tendo em vista que toda a técnica e a informação que o constituía, bem como a matéria-prima, era de domínio cognitivo e cultural do próprio colono. A grande exceção, neste caso, era a estrada-de-ferro e as locomotivas que fizeram a ligação entre o município de Orleans e os portos de Laguna e Imbituba.

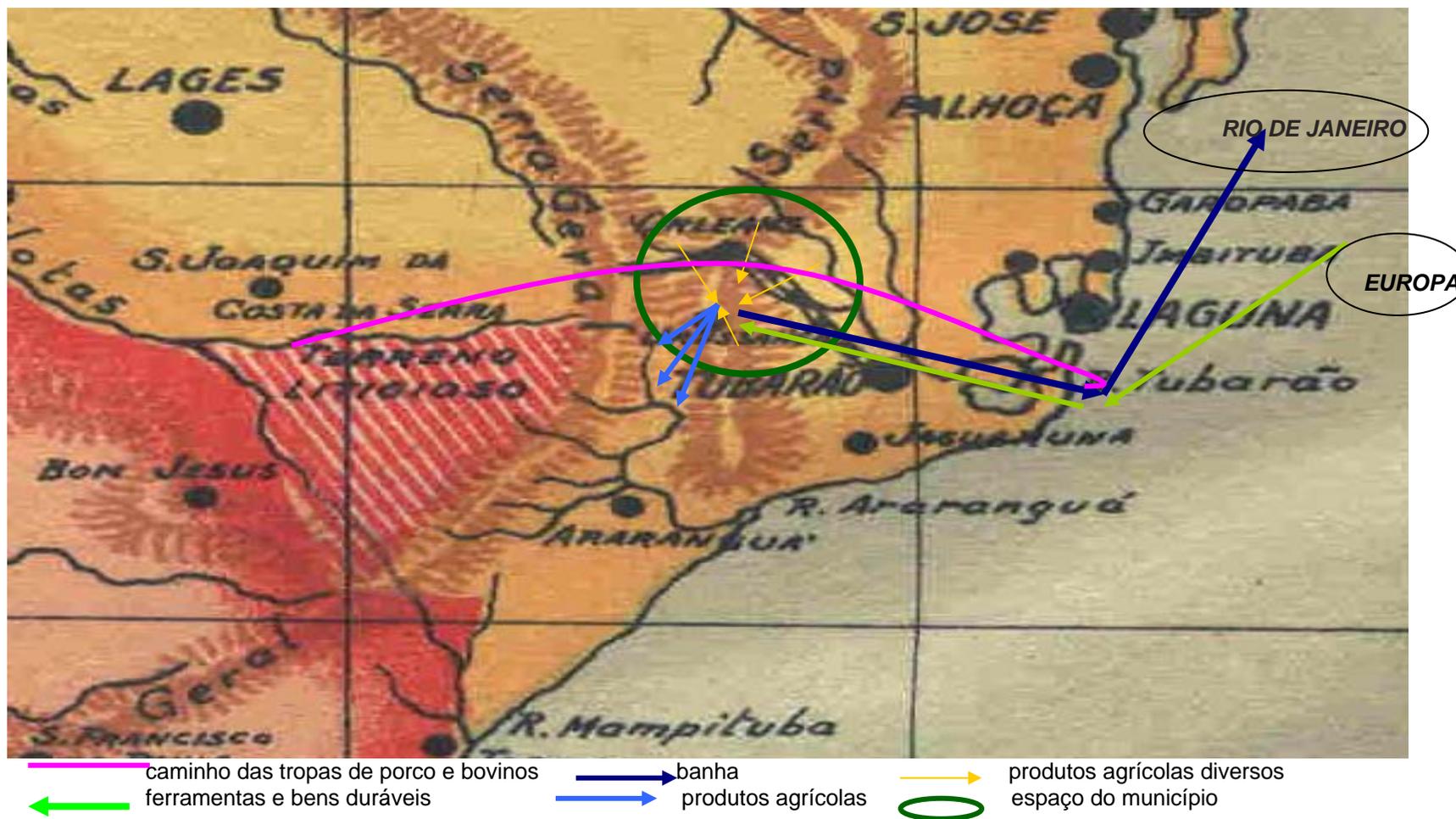
- Estes objetos eram polivalentes, cumpriam várias funções de acordo com os interesses da sociedade. Para Santos, “Era a partir de escolhas sociais que eles se tornavam sistêmicos. A noção de poder e escassez estavam ligadas a essas escolhas” (2002, p. 220). No caso das comunidades rurais, as escolhas atendiam a lógica do camponês, onde se incluem, em primeiro plano, a manutenção do grupo familiar (subsistência) e a produção de excedentes para o comércio. Neste sentido, este sistema de nível inferior, o da comunidade camponesa, inseriu-se na rede de comércio regional, nacional e internacional.

- Estes objetos possibilitavam o desenvolver de ações (poderíamos dizer do seu conjunto “sistema de ações”) cujos meios e fins eram de pleno domínio dos moradores das comunidades. Neste sentido, cada objeto não cumpria uma função específica dentro de uma etapa da divisão do trabalho, levando o homem à alienação e limitando seu horizonte ao imediato. Cada objeto guardava várias dimensões das etapas de trabalho, da inserção do colono na comunidade

econômica e simbólica da sociedade de interconhecimento que constitui a comunidade rural e é característica da sociedade camponesa. O colono, dentro da comunidade, identifica-se não só como produtor, mas sua identidade está fundada em múltiplos papéis: pai, marido, agricultor, comerciante, fiel religioso, amigo, parente, etc. Os objetos, neste caso, reforçam a manutenção do universo tanto simbólico quanto socioeconômico do camponês.

Assim, esboçamos o que significavam as comunidades rurais do município de Orleans na passagem do século XIX para o XX:

- 1) Pontos de referência para o processo de construção territorial no espaço do sul catarinense.
- 2) Fornecedoras de alimentos para o mercado regional, nacional e internacional, servindo como pontos nodais para as redes da época.
- 3) Pontos de ligação entre o litoral e a serra.
- 4) Espaço de vida para as sociedades de interconhecimento.



Fonte: Atlas de 1935 (adaptado pelo autor).

**Figura 25: O município de Orleans e os fluxos comerciais a partir do lugar do camponês.**

### **3.5 A INTRODUÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS**

Para Santos: “Os lugares, já vimos, redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala, insere-se num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes” (2005, p. 59).

O autor ainda afirma que “é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica”.

Então, quando falamos na resignificação dos lugares, das comunidades, falamos do significado que cada objeto, ou o conjunto deles, adquiriram com o estabelecimento de uma outra lógica. A cada novo sistema de ações corresponde um novo sistema de objetos.

O novo sistema de objetos não se caracteriza unicamente pelo surgimento de objetos novos, aqueles resultantes das novas técnicas, os gerados pelas inovações em todo o mundo e que podem identificar um determinado período histórico-técnico. Mas também por objetos antigos que ganham novos significados, novas funções. Segundo Santos:

Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas também funcional (2005, p. 96).

A resposta dos objetos antigos à nova função nem sempre alcança a mesma eficiência e eficácia que os objetos realmente novos. Tudo dependerá das possibilidades de relações que ele poderá estabelecer com os outros. É essa condição, chamada de relacional que de fato dá significado a um objeto ou sistema de objetos.

E as relações são as fundadoras das redes. Mas a que redes prestam-se os mesmos objetos de uma comunidade rural no início do século XXI?

A invasão da técnica, para não dizer da ciência no trabalho do cultivador, conduz a uma mudança radical de suas atitudes diante da natureza.

Mendras fala da confusão de papéis pela qual passa o camponês ao se submeter à ciência: o agricultor é, ao mesmo tempo, o chefe da empresa, mas também da família. Uma outra consideração importante: o agricultor deve reconhecer o valor da ciência, não habitual entre os camponeses, aos quais todo conhecimento é empírico e tradicional. Entretanto, a decisão é sempre do agricultor e o “engenheiro” é um conselheiro. A lógica econômica do agricultor é a de um consumidor, e não do empresário.

Mendras (1978, p 88) afirma que a sociedade aldeã está fundada sobre uma fusão de papéis, considerando que a comunidade constitui um grupo de interconhecimento, onde cada um exerce vários papéis ao mesmo tempo. Entretanto, o objetivo maior é sempre a manutenção e melhoria das condições de vida da família.

Entender o que levou os agricultores a optarem por este sistema não é exatamente o nosso propósito, mas é sim entender como o lugar se transformou a partir da integração. A visão de Mendras sobre o camponês se comprova pelo que se vê no Sul de Santa Catarina. A busca por novas formas de produzir não tem como objetivo a simples autoreprodução, mas a melhoria das condições materiais do grupo familiar. Neste sentido, o que o camponês mais quer não é propriamente garantir sua condição de agricultor, mas garantir a condição econômica e social de sua família. A opção por outros ramos de negócio passa a ser natural, desde que se mostre viável ao colono.

Segundo Paulilo, em entrevistas realizadas na região, há consenso entre os entrevistados de que “só enriquece quem sai da atividade agrícola ou não a tem como atividade principal” (1990, p. 89). É relativamente comum que alguém que tenha um excedente em dinheiro abra um negócio, ou seja, um bar, uma venda, uma

mercearia, uma pequena indústria, casas para alugar, enfim, não investia só em terras ou na produção.

No início da imigração, a alternativa mais comum para enriquecer era o agricultor se tornar comerciante. Assim, os donos de venda eram vistos com prestígio e as vendas exerceram papel fundamental nas relações da época. Ser dono de venda era posição de prestígio. Muitos destes donos tornariam-se políticos com o passar do tempo, vereadores, prefeitos, representantes das comunidades. Mas essa alternativa não era para todos. O aparecimento das redes de produção integrada funcionou como solução para os que permaneciam no trabalho rural. No caso do município de Orleans, é ainda hoje.

Quando colocamos a opção pela integração, seja para a produção do fumo, do porco ou do frango, como **solução**, é porque foi a partir da introdução da lavoura de fumo que houve a capitalização do pequeno agricultor e a conseqüente melhoria nas condições de vida, referimo-nos em termos de bens móveis que trouxeram conforto ao cotidiano da família. Tal situação reflete-se ainda hoje no interior do município, onde todos os 30 proprietários visitados possuem automóvel, televisão com parabólica, fogão a gás, telefone celular, geladeira e alguns outros eletrodomésticos. Nenhum dos entrevistados reclamou enfaticamente da falta de eletrodomésticos.

Nossa busca por esse novo significado e novo papel que as comunidades alcançaram neste início de século, passa, necessariamente, pelo estudo das transformações que o sistema técnico utilizado pelos camponeses sofreu. Identificamos, no município de Orleans, alterações na forma como o camponês vem sobrevivendo, aparentemente mantendo a mesma lógica anteriormente citada, mas se utilizando de outros meios, outros objetos, outras ações, outras redes. É necessário buscar respostas no processo de integração da agricultura e da pecuária.

### 3.5.1 A Fumicultura

A introdução do cultivo de fumo pela via integrada ocorreu na década de 50 pela empresa Souza Cruz. De início a empresa adotou algumas estratégias de convencimento, dentre estas a formação de técnicos agrícolas da própria região, filhos de agricultores. A expansão que logrou a partir daí, na região sul do Estado, pode ser explicada a partir dos seguintes fatores:

a) Adaptação da planta aos solos menos valorizados, inclusive de difícil mecanização em função da topografia, necessitando apenas de corretivos para acidez. Este é o caso da maior parte do município de Orleans, localizado sobre as serras do leste catarinense, cujos solos são originários de rochas cristalinas profundamente intemperizadas, destacando-se os granitos e gnaisses.

b) Produto com preços mais estáveis e mercado garantido. A renda do fumo é paga toda de uma vez, na entrega da safra.

c) Empréstimo para construção da estufa, agilizado e avalizado pela empresa integradora.

d) Fornecimento e/ou financiamento dos insumos pela empresa integradora.

e) Possibilidade de utilização da mão-de-obra de toda a família. Neste particular, para Paulilo, “a auto-exploração da família é uma das principais características da fumicultura” (1990, p. 154). Aceitação de um trabalho tão penoso só é justificada pelos entrevistados em função do rendimento do produto. Também é a atividade que melhor permite o trabalho feminino, infantil, e mesmo o das pessoas idosas, quando chega à fase da classificação das folhas de fumos. A mão-de-obra é o item que mais pesava no custo da produção do fumo em comparação com outras lavouras da região. Observe a tabela abaixo:

**Tabela 3: Participação da mão-de-obra na produção agrícola**

<b>Produto</b>	<b>Participação do item mão-de-obra no custo de produção - %</b>
Fumo	53
Milho	20
Feijão	9

Fonte: SIFERGS – SAFRA 83/84.

f) Possibilidade de o produtor utilizar pequena parte da propriedade permanecendo com outros cultivos e explorações (milho, feijão, cana, gado, etc). Planta-se, normalmente, de 2 a 2,5 hectares e pode ser utilizada na colheita por 4 a 6 pessoas e é a capacidade de uma estufa (Existem atualmente estufas com maior capacidade, aceitando de 40 a 50 mil pés). O tamanho médio das propriedades é de 20 hectares.



Fonte: Foto do autor, 2005.

**Figura 26: Plantação de fumo na localidade de Vila Nova, município de Orleans-SC.**

A expansão do cultivo do fumo trouxe mudanças para a sociedade camponesa, mas, como já dissemos, encaixava-se perfeitamente em sua lógica. Possibilitava, para os padrões locais, alta capitalização do agricultor. Substituíam a renda indireta fornecida pelos produtos de alto consumo pela renda direta da venda do fumo. Assim, ao mesmo tempo em que permitia a sobrevivência da família camponesa e a melhoria de suas condições de vida pela acumulação do capital, também era o motor principal na mudança de seus hábitos de consumo. Esta atividade acabou por dinamizar toda a economia do município de Orleans, movimentando o comércio de gêneros alimentícios industrializados e o conseqüente enriquecimento dos comerciantes. Muitos comerciantes, donos de vendas

localizadas nas comunidades rurais, transferiram-se para o núcleo urbano onde instalaram pequenos mercados. O colono agora possuía carro e seu consumo se sofisticava. O setor bancário cresceu consideravelmente, fornecendo empréstimos, cobrando prestações e juros. Nos anos 80, a cidade de Orleans já contava com 4 agências bancárias: Banco do Brasil, Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) e Banco Sulbrasileiro. Instalaram-se também na região, com filiais em Orleans, órgãos de apoio técnico ao fumicultor, como Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Também se criou o Sindicato dos Fumicultores. O tecido territorial se transformava. Basicamente, foi necessário que as estradas e picadas que ligavam o interior à cidade se alargassem, e que suas condições fossem mínimas para o tráfego de pequenos caminhões, ônibus e automóveis. Houve, nesse tempo, o surgimento e crescimento da empresa de ônibus Orleanense, cujos principais usuários eram os colonos e filhos destes que se dirigiam à cidade para fazer negócios ou estudar. O que podemos chamar de *ciclo do fumo* foi o responsável pela efetiva integração territorial do município. O poder público municipal tinha, como principal missão, manter estas estradas em ordem. Em épocas de eleição, só se ganhava o voto do colono através da promessa da construção ou manutenção das estradas das colônias em boas condições. Esta situação, como herança, se mantém até hoje.

Como reflexo da atividade fumicultora, tem-se a consolidação das duas lógicas econômicas às quais nos referimos anteriormente, estabelecendo-se a dualidade territorial dentro do município de Orleans. Têm-se aí, já nos anos 50, como resultado, a emancipação da área mais a Oeste, onde a mineração prevalece. Este pedaço de espaço, o município de Lauro Müller, insere-se na região polarizada por Criciúma enquanto Orleans, colonial, pertence a Tubarão, que viria a abrigar a indústria beneficiadora de fumo da Souza Cruz.

Mas a atividade fumicultora que, como vimos, pode ser considerada a principal responsável pela integração efetiva do território municipal e também pela permanência da família camponesa, e de seu “progresso” material e financeiro a partir dos anos 50, foi também, causa de pujante movimento campo-cidade. Os filhos do “fumo” deveriam estudar, pois o domínio da técnica agora se impunha como necessária à produção. Havia a demanda local e regional por técnicos instrutores, de

nível médio. As propriedades eram pequenas e, via de regra, permitiam o estabelecimento de uma única estufa, até porque duas ou mais estufas exigiriam mais mão-de-obra do que a família poderia suportar. As propriedades permaneceram, ali, pequenas, com seus proprietários chefes de família. Aos filhos restava buscar alternativas para a manutenção do novo padrão de consumo, ou aumento do mesmo. Além disso, o estudo dos filhos sempre foi um dos objetivos da família camponesa. No município de Orleans, o transporte dos alunos das colônias até a cidade para estudarem nos colégios de 1º e 2º graus eram subsidiados pelo poder municipal. Um outro fator que levou a saída dos filhos para as cidades é a dureza do trabalho no campo. Nas entrevistas realizadas com pequenos proprietários (vide anexos), este é um dos aspectos mais citados pelos pais que permaneceram, explicando, assim, a saída dos filhos. “A maioria novo tem ido pra cidade. Hoje em dia, os colonos não querem mais roça. Muito trabalho pra pouco lucro. Na época do fumo, trabalham-se quase 20 horas por dia (Declaração de um agricultor)”.

A expansão do cultivo do fumo pela via integrada impôs, assim, uma nova materialidade espacial, revalorizando os antigos objetos e criando novos. A rigor, no campo, o novo objeto introduzido é a estufa.

Todo esse movimento pode ser representado pela história de uma das famílias camponesas por nós entrevistada: a família Bianco, moradora da comunidade chamada Rio Belo (Vide Anexo 2).

### **3.5.2 A Suinocultura**

A suinocultura era atividade tradicional na região. Até a década de 1960, os colonos compravam os porcos dos serranos, da região de São Joaquim. Lá, os porcos criavam-se soltos, alimentando-se naturalmente de pinhões caídos dos pinheirais nativos. As varas de porcos desciam a Serra Geral e chegavam até as colônias, onde eram comercializados com os colonos. Os porcos chegavam às propriedades com dois ou mais anos de vida e eram então engordados à base de batata-doce, mandioca e abóbora. Esta atividade era tradicional principalmente entre

os descendentes de alemães. Como já vimos, em toda a região Sul do estado de Santa Catarina, a comercialização da banha para o Rio de Janeiro representou importante atividade. Nenhuma técnica especial era utilizada, os porcos eram conhecidos como “comuns” e quase todos os tinham.

Para Paulilio: “Dois fatores foram fundamentais para o declínio da suinocultura tradicional: a substituição da banha pelos óleos vegetais e a criação do frigorífico” (1990, p. 108). A autora se refere ao Frigorífico Sul Catarinense-FRISULCA, instalado nesta década no atual município de Forquilha. Este frigorífico foi adquirido posteriormente pelo Grupo Eliane, que o controla até hoje. Um outro aspecto que contribuiu para a substituição da suinocultura tradicional pela integrada foi o aumento da produtividade. Dados dessa autora para os resultados obtidos pelos suinocultores que se integraram à SADIA, entre 1969 a 1976, dão conta de que, em 1969, obtinha-se 5,5 leitões/ano em média, passando para 14,6 leitões/por/ano em 1976. A reboque, aumentava-se a produtividade do milho de 50 para 60 sacas por hectare.

A modernização das pocilgas foi um outro elemento importante para se compreender a opção pela suinocultura integrada. O comedor automático, o bico de água e o chamado “trato seco” foram inovações que reduziam drasticamente o trabalho do criador. Se, na criação tradicional, a engorda era trabalhosa, pois dependia da colheita de batata-doce, mandioca ou abóbora, com a modernização, o milho moído misturado ao concentrado fornecido pela empresa integradora já bastava.

Deve-se assim entender a introdução e expansão da suinocultura integrada no sul de Santa Catarina a partir dos seguintes fatores:

- Aumento substancial da produtividade, gerando tanto possibilidades de maiores rendimentos para o suinocultor integrado quanto dificuldades de permanência no mercado dos não-integrados.
- Garantia de venda da carne para os frigoríficos.

- Política de modernização do campo, especificamente de leis que levaram ao combate de açougues e abatedouros clandestinos, levando a dificuldades de comercialização da produção não-integrada.
- Diminuição do trabalho na roça do criador.
- Utilização de pouca mão-de-obra.
- Aproveitamento do milho como alimento.

A expansão da suinocultura teve mais êxito em municípios vizinhos, como Braço do Norte e São Ludgero, do que propriamente em Orleans. Um dos fatores que explica este fato é que o porco está ligado ao milho, e este produto não resiste às geadas freqüentes na região, as quais atingem mais intensamente os pontos mais altos do terreno. Braço do Norte e São Ludgero são municípios encaixados no vale do Rio Braço do Norte, de topografia mais plana que o montanhoso Vale do Rio Tubarão, onde se encontra a maior parte do município de Orleans. Na criação de porcos, o milho representa cerca de 40% do custo de produção total.

### **3.5.3 A Avicultura**

A introdução e expansão da avicultura no Sul do Estado de Santa Catarina encontram explicação no crescimento desta atividade de um modo geral. O processo de crescimento em nível mundial começou com a 2ª Grande Guerra. A Guerra gerou, em alguns países, especialmente nos Estados Unidos, a necessidade de substituir a demanda de carnes vermelhas para a população em geral por outras, envolvendo animais de pequeno porte cujo período de tempo entre criação e abate seria rápido. As carnes vermelhas durante a Guerra foram, na maior parte, destinadas aos soldados, desenvolvendo-se a indústria de enlatados e, na lacuna gerada, surgiu a carne de frango. O desenvolvimento de seu sistema produtivo a partir de então acabou por transformar a carne de frango numa das mais consumidas no mundo.

No Brasil, a avicultura iniciou seu processo de desenvolvimento em fins dos anos 50 e início dos anos 60, quando se iniciaram as importações de linhagens

híbridas americanas de frangos, mais resistentes e produtivas. Na década de 70, a indústria de frangos brasileira cresceu em média 12%a.a., sendo que os principais investimentos ocorreram na região Sul, uma região de grande produção de milho e de crescente produção de soja.

Os anos 80 registraram uma queda relativa no crescimento da produção, principalmente na primeira metade da década, tendo em vista a diminuição do consumo interno. Esta queda, entretanto, foi em parte compensada pelo aumento das exportações.

Os anos 90 registraram um crescimento ainda maior na produção, consumo e exportação de frango. O significativo aumento do consumo interno de carne de frango ocorrido após o Plano Real, lançado em 1994 (observe a tabela abaixo), quando comparado a outros tipos de carne, assim como as perspectivas abertas pela crescente exportação do setor avícola, induziu as empresas do setor a fazer investimentos em suas plantas industriais não só de aumento de capacidade como também de diversificação.

**Tabela 4: Crescimento do consumo de carne**

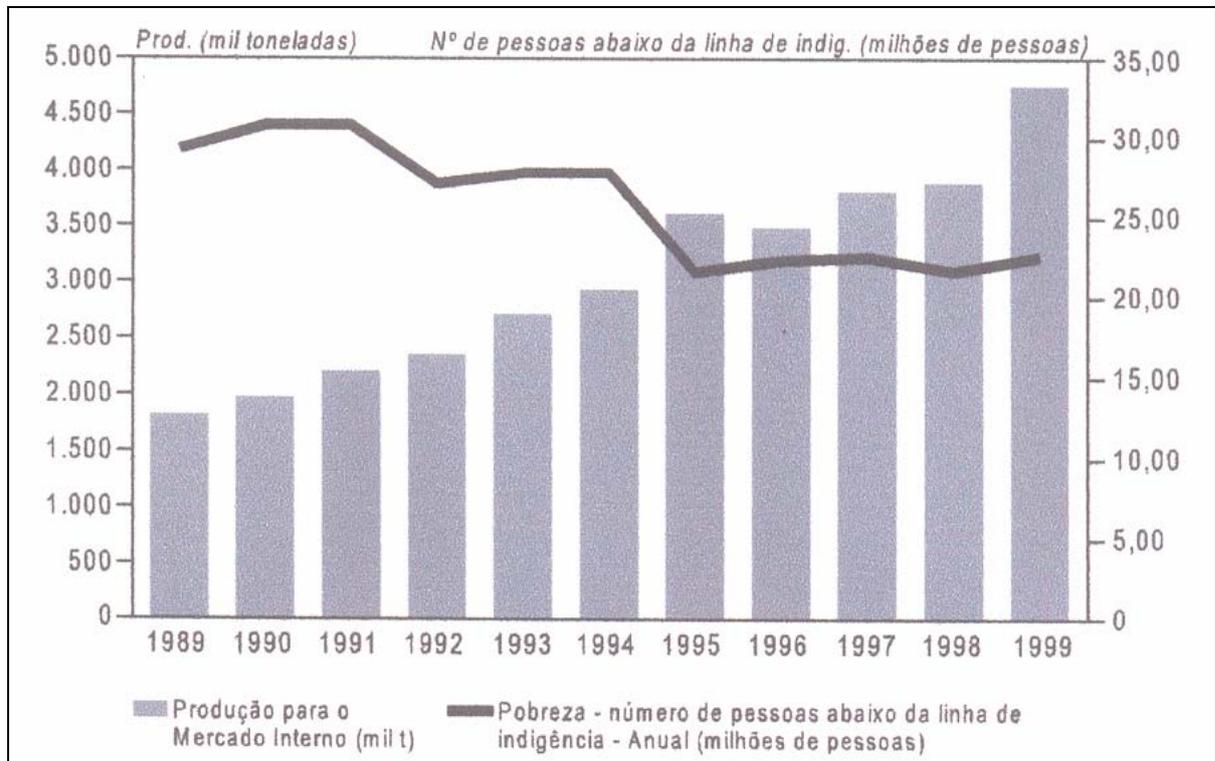
<b>Alimentos industrializados Consumo</b>	
<b>Variação % - de 1994 a 1997</b>	
<b>Alimentos industrializados</b>	<b>Var %</b>
Frango	39,9
Carne bovina	27,1
Carne suína	26,1

Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA).

Segundo a Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne de frango no Estado do Paraná: sumário executivo / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade e Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da UFSCAR. – Curitiba: IPARDES:

O Plano Real teve o mérito de minimizar os efeitos inflacionários nas camadas mais pobres da população que não tinha como se proteger da desvalorização da moeda em períodos de alta inflação mensal (ou mesmo diária). À medida que a inflação se reduziu, o número de pessoas abaixo da linha de indigência diminuiu de 27,8 para 21,6 milhões de pessoas. Isso significa a inserção de mais 6,2 milhões de pessoas no mercado. Tal fato

aumentou a demanda por frango e, por conseqüência, incentivou o crescimento da produção (2002, p. 20).



Fontes: IPEA; Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte ( APINCO )

**Figura 27: Evolução anual brasileira do número de pessoas abaixo da linha de indigência e da produção de carne de frango (1989-1999).**

Ao analisar o período que vai de 1986 a 2004, verificamos que o consumo *per capita* de carne de frango passou de cerca de 10kg para perto de 35kg/ano, aproximando-se da quantidade consumida de carne bovina.

O crescimento do mercado externo de carne de frango foi outro grande fator para a expansão da avicultura no país.

**Tabela 5: Consumo mundial de carne de aves (Mil t)**

ANO	1961	1970	1980	1990	2000
Consumo	8.841	14.947	25.720	40.717	67.847

Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pinto de Corte ( APINCO ).

**Tabela 6: Brasil: exportação de carne de frango (Mil t)**

	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Janeiro	98,1	146,5	157,0	182,8	206,5
Fevereiro	108,7	173,4	184,5	210,7	190,3
Março	115,5	164,0	184,5	225,4	213,3
Abril	102,8	143,3	139,7	227,0	
Maiο	94,3	130,0	206,4	233,0	
Junho	94,1	155,4	238,2	237,4	
Julho	139,6	135,5	205,9	254,8	
Agosto	140,4	193,7	252,6	255,7	
Setembro	245,1	189,5	210,1	247,7	
Outubro	185,9	157,3	219,3	250,1	
Novembro	143,8	190,5	198,6	200,1	
Dezembro	131,3	142,7	227,4	237,0	
Total	1.599,9	1.922,0	2.424,5	2.761,9	610,1

Fonte: Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango ( ABEF ).

Este aumento de demanda induziu o aumento da capacidade de abate por parte das indústrias, as quais se utilizaram de tecnologias cada vez mais modernas para melhorar a capacidade de processamento e a produtividade em geral. Dentre os avanços tecnológicos, destacam-se a evisceração das aves de forma automática, além do desenvolvimento genético de espécies.

Assim, as plantas básicas da primeira metade da década tinham metade da capacidade de abate das atuais. A oferta de tecnologia adequada permitiu a evisceração das aves de forma automática, aumentando a velocidade de processamento. O aumento da oferta de carne também obrigou as empresas a desenvolverem tecnologias que permitissem a oferta de produtos diferenciados a partir da carne de frango, surgindo, então, toda a linha de processados.

Na produção primária, equipamentos de climatização das granjas foram desenvolvidos, aumentou o uso de equipamentos para fornecimento automático de ração e a indústria desenvolveu fórmulas adequadas de balanceamento das rações, adequando-as às fases de crescimento das aves. Este conjunto de tecnologias teve por conseqüência a diminuição da mortalidade dos animais e o aumento da conversão de alimentos em carne, resultando, por fim, num significativo aumento da produtividade do setor.

Para se ter uma idéia desse desenvolvimento, em 1970, eram necessários 70 dias para o crescimento e engorda de um frango de corte que consumia cerca de 2kg de ração para 1kg de ganho de peso, sendo que 80% desse peso poderia ser considerado comestível. Atualmente, um frango de corte fica pronto para o abate com 2,40kg de peso vivo aos 42 dias com conversão alimentar de 1,80kg de ração/kg de ganho de peso.

A consolidação das novas tecnologias foi viabilizada internamente pelas empresas após a estruturação de novos galpões ou galinheiros, novas técnicas de manejo e alimentação animal, como também por meio de um constante aperfeiçoamento do controle sanitário e de doenças. Assim, boa parte das indústrias implantou granjas especializadas em animais reprodutores, aumentando os investimentos em melhoria genética.

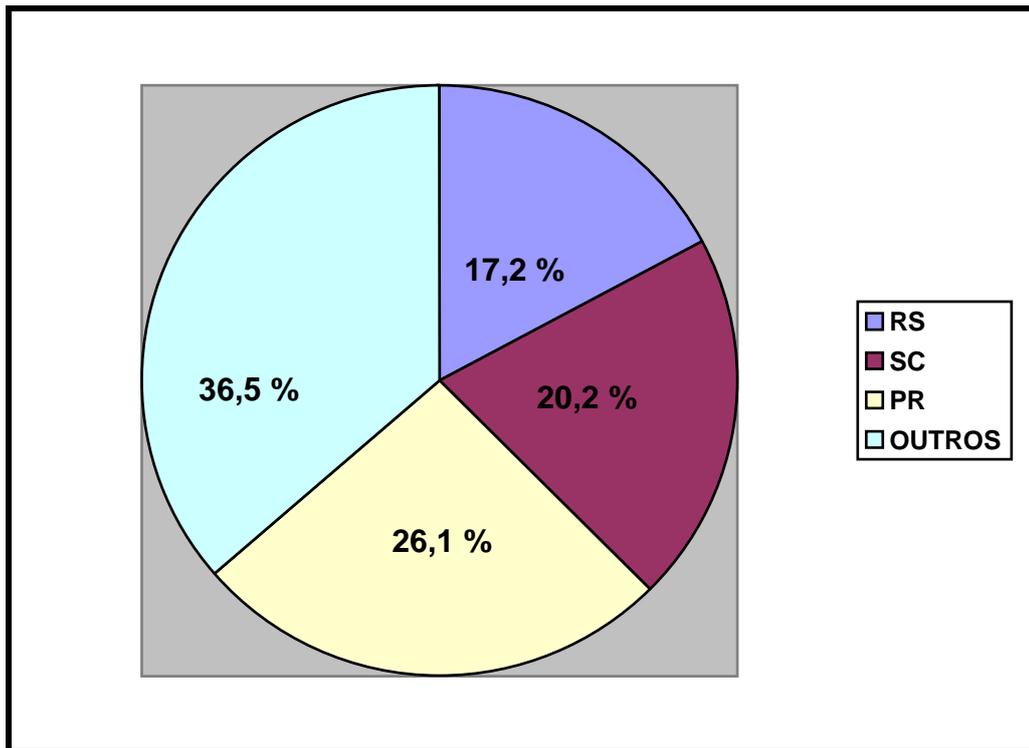
Na atual década, notou-se a continuação do crescimento da produção da carne de frango em nível de Brasil, conforme mostra a tabela abaixo.

**Tabela 7: Carne de frango: produção brasileira de 2001 a 2005**

<b>Ano</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Total produzido (mil/ton)	6.567,2	7.448,4	7.645,1	8.408,4	8.900

Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pinto de Corte ( APINCO ).

Dentre os estados que se destacaram, encontram-se os três estados do Sul, conforme mostra a figura abaixo.



Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pinto de Corte ( APINCO )

**Figura 28: Participação dos Estados na produção de carne de aves no ano de 2004.**

Segundo Ziebert e Shikida:

De fato, nos últimos 72 anos, a idade de abate do frango caiu de mais de 100 dias para menos de 42 e o peso de abate aumentou de 1,5kg para 2,4kg (cerca de 60%). Esses avanços foram obtidos devido aos avanços genéticos na obtenção de híbridos, na sanidade com o uso de vacinas, na nutrição com o aperfeiçoamento e redução de custos das rações e na criação de um ambiente favorável ao crescimento das aves, por meio da instalação de equipamentos desenhados, especificamente, para atender às novas exigências da produção em larga escala (ZIEBERT e SHIKIDA, 2004, p. 74).

O extraordinário crescimento da avicultura no Brasil deveu-se, também, além das inovações tecnológicas e do aumento da demanda, aos arranjos efetuados na cadeia produtiva. Basicamente, pode-se citar o modelo de produção integrada como motor desse processo.

Ainda para Ziebert e Shikida:

Produção integrada é o nome do senso comum (não científico e nem técnico) de um sistema de produção de frangos de corte, realizado em parceria, de forma contratual, entre uma indústria, cooperativa, etc. (chamada de integradora) e o produtor de frangos (chamado de integrado), portanto, trata-se de um arranjo contratual de acordo com Williamson

(1996). Especificamente, por meio desses modelos de integração, uma empresa pode assegurar uma fonte de matéria-prima de boa qualidade e padronizada, provocando certas barreiras de custo absoluto à empresa concorrente que ingresse no mercado ( ZIEBERT e SHIKIDA, 2004, p. 73).

No Brasil, a implantação dos sistemas de integração foi iniciada pela Sadia Concórdia S/A, cuja sede está localizada no município de Concórdia (Estado de Santa Catarina). O sistema foi utilizado posteriormente por várias outras empresas brasileiras, como a Perdigão S/A, a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (gaúcha, fundada em 1952 e, em 1974, iniciou o abate de frangos); a Seara Avícola S/A (catarinense, iniciou em 1958 com a suinocultura e, em 1973, com a avicultura); a Avipal (gaúcha, fundada em 1960); a Frangosul S/A (gaúcha, fundada em 1970) e a Ceval (catarinense, fundada em 1972).

A ampla disseminação do sistema de produção integrada na avicultura encontra razões em fatores aparentemente favoráveis a integradores e integrados. Procuramos elencar, num primeiro momento, a partir da bibliografia especializada, os fatores que apareceram como comuns a todas as regiões onde tal sistema foi implantado. Assim, temos,

**- quanto às empresas integradoras:**

- homogeneidade e qualidade de matéria-prima;
- controle sanitário;
- aumento da produção;
- redução de investimentos e diminuição das despesas operacionais.

**- quanto aos integrados**

- garantia de comercialização da produção;
- aumento da renda familiar;
- incentivos diversos advindos do sistema de integração;
- financiamento de parte das instalações;
- possibilidade de utilização da mão-de-obra familiar;
- necessidade de pouco terreno para produção.

Estes fatores, tanto de integrados quanto de integradoras, aplicam-se também à mesorregião do sul catarinense e ao município de Orleans. A questão do tamanho das propriedades, por exemplo, parece ser decisivo, à medida que se coloca como estratégico para a empresa integradora, ao mesmo tempo em que impele o produtor à busca de alternativas mais rentáveis que a agricultura. É altamente relevante para as empresas integradoras as propriedades serem pequenas, mas permitindo uma certa produção de alimentos que garanta estabilidade à família camponesa. Sobre este aspecto, cabe citar trecho do relatório intitulado “Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne de frango no Estado do Paraná: sumário executivo / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade e Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da UFSCAR”:

A produção de frango ocorre predominantemente em pequenos estabelecimentos rurais a partir da iniciativa das empresas integradoras. A avicultura foi introduzida prioritariamente em propriedades nas quais havia produção de alimentos suficientes para dar estabilidade ao produtor familiar. Além disso, a maior facilidade de controle por parte da integradora e o menor poder de contestação por parte dos integrados reforçaram a estratégia de concentrar a criação em propriedades menores (2002, p. 67).

O predomínio de pequenas e médias propriedades é marcante na mesorregião e no município de Orleans. Segundo dados do IBGE, encontramos a seguinte situação:

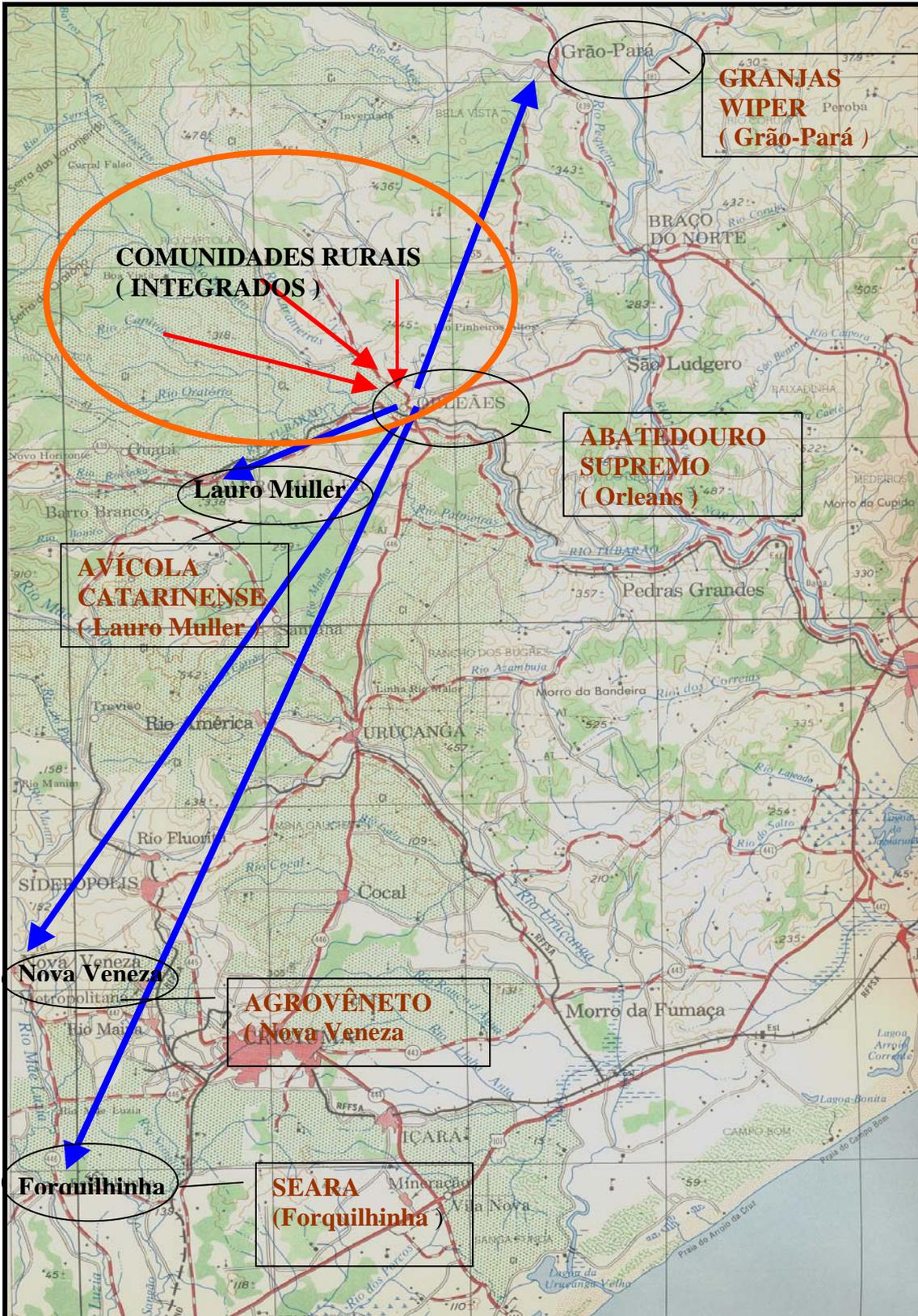
**Tabela 8: Área e quantidade dos estabelecimentos rurais – 1996  
Município de Orleans/SC**

<b>CLASSE HECTARES</b>	<b>% DE TERRAS OCUPADAS</b>	<b>NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS</b>
Até 10	6,47	603
10 a menos de 20	17,49	594
20 a menos de 50	41,93	670
50 a menos de 100	17,90	135
100 a menos de 200	6,47	23
200 a menos de 500	4,26	7
500 a menos de 1000	2,33	2
1000 a menos de 2000	3,15	1

Fonte: IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO.

Um outro aspecto que motivou a migração dos pequenos proprietários de outras atividades para a avicultura no município de Orleans foi a experiência anterior

com outros sistemas integrados, tanto de fumo como de suínos. Nas entrevistas realizadas, identificamos que esta é a condição da maioria dos granjeiros. No caso dos avicultores, a experiência anterior foi com a suinocultura ou diretamente com o fumo. Cabe ainda salientar que é a condição ruim das terras, seja pelo aspecto da fertilidade, seja pelo aspecto do relevo, excessivamente acidentado que gera um baixo crescimento econômico através da agricultura, acabando por impor a opção pelas granjas.



Obs: As setas representam o transporte (via rodoviária), a produção avícola a partir das granjas localizadas nas comunidades até as unidades regionais das empresas integradoras.

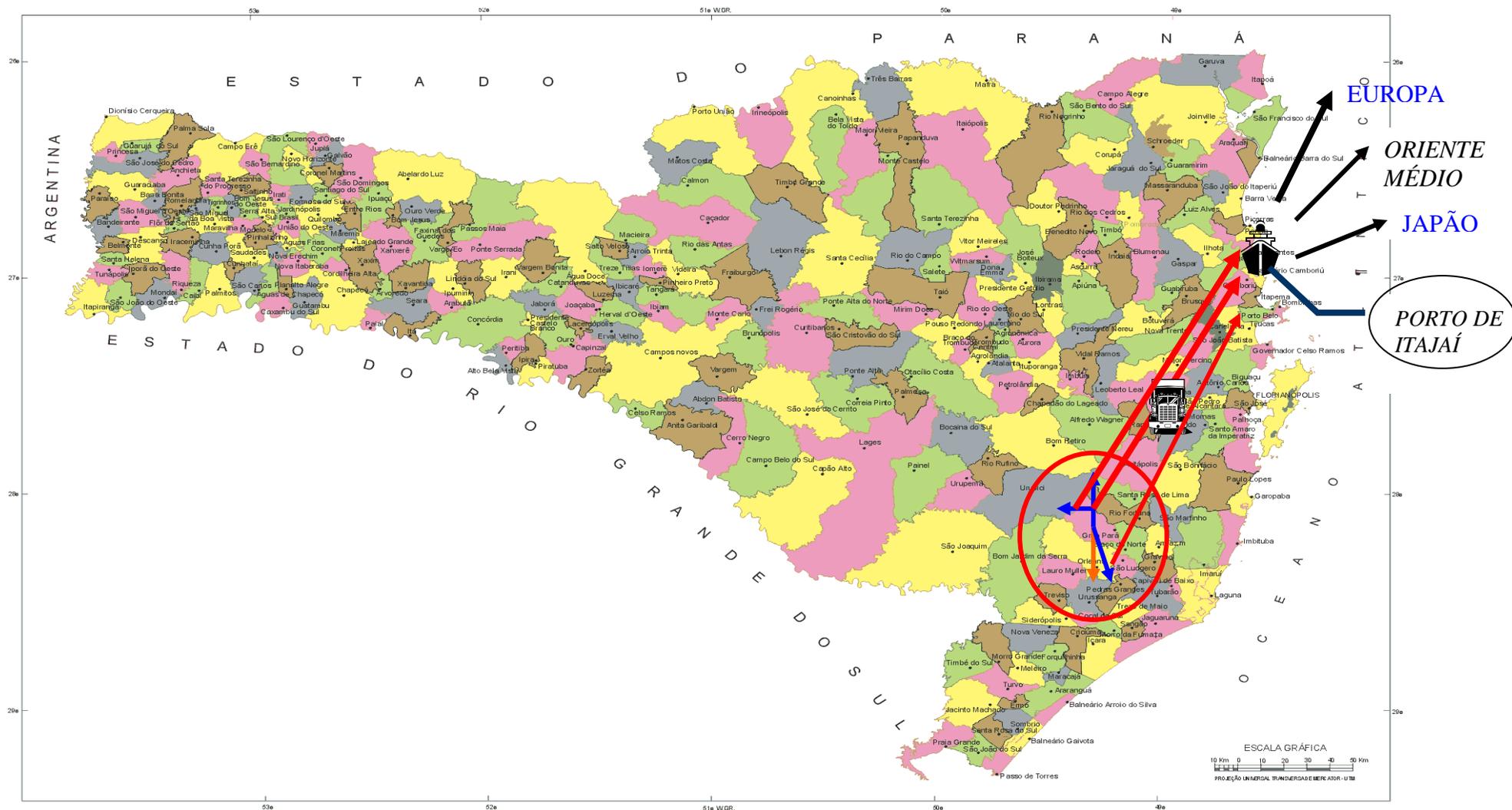
Fonte: Adaptação do autor a partir de carta topográfica.

Figura 29: Fluxos regionais da produção de frango em Orleans-SC.

Como resultado deste movimento, viu-se, entre os anos 80 e 90, o surgimento de inúmeras granjas de frango. Estas transformações, como vimos, não são isoladas, mas inserem-se dentro da conjuntura maior da condição espacial e temporal da avicultura brasileira e mundial.

Cinco empresas avícolas integradoras passaram a atuar no município: Seara Alimentos, Agrovêneto, Abatedouro Supremo, Granjas Wiper e Avícola Catarinense. Reúnem estas empresas um total de 111 integrados, dentre produtores de matrizes, aves de postura e de corte.

As granjas estão dispersas pelas várias comunidades do município, mas concentram-se naquelas mais próximas à sede. Ligam-se diretamente à unidade da empresa integradora localizada na região sul do Estado, conforme mostra o mapa acima. A produção das granjas (ovos ou frangos para corte) é levada por caminhões, das granjas até estas unidades. Daí, é distribuída para o comércio regional, como é o caso mais específico do Abatedouro Supremo, localizado em Orleans, ou destina-se ao mercado externo. Neste último caso, utiliza-se o porto de Itajaí, maior porto exportador de carne de frango do Brasil.



Fonte: Atlas Geográfico Escolar Multimídia, IBGE, 2004 (Adaptado pelo autor).  
**Figura 30: Fluxos extra-regionais da produção de frango do município de Orleans-SC.**

## **4 O LUGAR DO INTEGRADO**

O surgimento e expansão dos sistemas integrados no sul de Santa Catarina e, em particular, no município de Orleans transformaram profundamente o meio rural. Transformaram-no à medida que é um novo sistema técnico que se impõe, colocando assim novas formas de relacionamento do colono com o seu meio. Assim, temos novos objetos, novas ações. Talvez um novo lugar em cada comunidade, ou o mesmo lugar, mas com novo significado.

### **4.1 A RELAÇÃO ENTRE INTEGRADORA E INTEGRADO**

Por princípio, se queremos falar deste novo sistema de objetos e ações, devemos esclarecer alguns pontos sobre o sistema de integração. O sistema de produção integrada, especialmente do frango, é considerado, dentro da cadeia produtiva, não como uma atividade rural, mas como uma etapa do processo de produção industrial. Segundo Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne de frango no Estado do Paraná: sumário executivo / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade e Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da UFSCAR. – Curitiba: IPARDES, temos a seguinte situação da avicultura:

A avicultura moderna não se desenvolveu como um desdobramento da atividade rural, mas sim como um produto da estratégia industrial da genética animal.  
... o sistema de produção avícola pode ser visto como um componente da indústria e não da agropecuária (2002, p. 64)

Esta situação coloca o produtor como integrante de uma empresa, e dela completamente dependente. O avicultor não se relaciona com o mercado, mas unicamente com a empresa integradora. Neste sentido, o seu sucesso depende de seu próprio desempenho, ficando imune às oscilações do mercado tanto nacional quanto internacional.

Nos contratos firmados entre integrados e integradoras, formalizam-se as responsabilidades dos parceiros. Observa-se que, juridicamente, essa relação não se caracteriza como trabalhista, principalmente em função de que os equipamentos, energia elétrica, água, material para cama, material para alojamento dos pintinhos, mão-de-obra utilizada no manejo, encargos sociais e trabalhistas gerados ficam por conta do contratado. Outros itens, com os quais os produtores arcam, são os riscos não previstos em contrato, além dos prejuízos por eventos naturais e acidentes com as instalações e equipamentos, que são de propriedade do contratado. Nessa relação, o contratado se obriga a entregar os frangos prontos para o abate, na data e hora definidas pela empresa, além de comunicar qualquer anormalidade que venha a ocorrer no lote e permitir, a qualquer momento julgado necessário pela empresa, o acesso dos técnicos de fomento. Para a contratante, cabe disponibilizar ao produtor rural os pintinhos de corte, ração balanceada, vacinas, medicamentos e desinfetantes. A empresa também assume o financiamento do custeio do lote, caso necessário. No que se refere à transação de compra e venda, são emitidas notas fiscais, cujo valor pago se refere ao preço de mercado da última retirada. A remuneração ao produtor rural é definida pela eficiência produtiva verificada no lote transacionado.

Esta situação é vantajosa em relação aos demais produtores não integrados, sujeitos às oscilações do mercado e a conseqüentes prejuízos. Por outro lado, limita seu horizonte de relações. Estas se restringem aos contratos estabelecidos com as empresas integradoras.

Neste aspecto, é importante salientar que o produtor não integra nenhuma rede, tendo em vista que seu papel equivale à de um operário que executa determinada tarefa no velho sistema de produção fordista. Sob este ponto de vista, a sua granja não seria mais que um setor da empresa, especializado em determinada etapa da produção. O produtor também é submetido a uma homogeneização das condições técnicas, pois esta é uma cláusula necessária para se atingir o padrão de racionalidade e o nível de acumulação que as empresas se propõem. Reforça-se, assim, a especialização da mão-de-obra, no caso o produtor integrado e sua família, mão-de-obra normalmente utilizada nas granjas. Uma maior especialização exige maior dedicação, tanto em termos de tempo a ser utilizado na atividade quanto de

recursos. Quando isto ocorre, ao extremo, é necessário ao pequeno produtor o abandono de outras atividades. Neste caso, pode-se falar do abandono especificamente de atividades de lida com a terra, as quais demandam, além de tempo, esforço muito grande. É comum em Orleans os granjeiros de frango manterem, em suas propriedades, somente hortas e árvores frutíferas permanentes. Como alternativa de renda, os florestamentos de eucaliptos ou *pinus* aparecem como opção.



Fonte: Foto do autor, 2005.

**Figura 31: Florestamento de *pinus* no município de Orleans-SC.**

Dentre as propriedades por nós visitadas no município, tomamos como exemplo a do Sr. Antonio Duarte Rinaldi o qual é integrado e produz aves de postura para a SEARA. É casado e possui 4 filhos, entre 10 e 16 anos. Todos trabalham na propriedade e estudam em Orleans. Possui 7 funcionários, não planta nada, mas tem 5 hectares de reflorestamento de *pinus* e eucalipto. Planta somente hortifrutigranjeiros para consumo. Possui ao todo 18 hectares. Migrou da integração do fumo para o frango. Possui todos os eletrodomésticos e automóvel. Compra na cidade quase tudo (vai à cidade de Orleans, duas vezes por semana). Não frequênta muito a comunidade e ouve pouco a rádio local. Sua rotina é trabalhar na granja

entre 05h e 19h. Seu pai tinha 9 filhos, dos quais somente ele e uma irmã ainda estão no campo. Os outros foram para as cidades de Joinville, Sombrio, Urussanga e Orleans. Possui, em sua propriedade, 4 galpões com capacidade para 21.500 ovos diários. Utiliza um biodigestor e produz sua própria energia elétrica. Possui granja há cinco anos e tem apoio técnico uma vez por semana. A ave entra com 24 semanas e sai com 65 a 70 semanas. Considera o reflorestamento uma boa alternativa para garantir renda.

## 4.2 OBJETOS E AÇÕES

Tomamos as condições do Sr. Rinaldi para fundamentar as transformações no meio rural e das comunidades, retomando nossa proposta de que há um novo sistema de ações, e aqui nos referimos ao sistema de integração e suas implicações em nível do espaço de modo geral, que corresponde um novo sistema de objetos. São estes objetos e ações que vão ressignificar o lugar, as comunidades. E, neste caso, falo da comunidade onde está inserida a granja Rinaldi, Rio Laranjeiras. Não obstante a permanência dos objetos dos quais falamos no capítulo referente ao lugar dos camponeses, servem estes a uma outra lógica determinada, em grande parte, pelo sistema de integração. Também surgiram novos objetos e novas formas de usos. Dentre estes, as granjas surgem como supra-sumo da tecnificação.

De acordo com Sorj:

Para o produtor familiar, e também para o produtor assalariado, as formas tradicionais de produção mantinham um controle do processo produtivo a partir do conhecimento adquirido na prática e das características técnicas da produção. O que fazer, quando fazer e como fazer eram, em grande parte, determinados pela sua intuição, desenvolvida a partir da experiência acumulada. Nas condições de produção tecnificada e, particularmente, no caso da avicultura, o processo produtivo passa a estar determinado pelas prescrições externas das empresas industriais (1982, p. 62).

**Objetos de ordem natural:** estes objetos marcaram profundamente a vida das comunidades no início da colonização. A penetração das redes de integração relativizou a importância destes elementos para a vida da comunidade. É necessário primeiramente destacar que os elementos hidrográficos que emprestaram seu nome

à maior parte das comunidades rurais do município ainda são vistos como elementos referenciais no tocante à localização e à própria identificação de cada lugar. Pode-se dizer que guardam estes objetos o seu componente simbólico, alterando-se, no entanto, seu aspecto funcional. Com o estabelecimento das granjas de porco, passaram os rios a ser depositários dos resíduos das granjas de suínos com elevação do grau de contaminação das águas. As granjas de frango minimizam até mesmo este papel. No cotidiano do avicultor e de sua família, o rio, a montanha, os matos, o solo incluem-se mais como elementos de contemplação e referência espacial do que como elementos de interação funcional.

**Objetos de ordem artificial:** consideramos aqui aqueles objetos que aparecem como essenciais para o funcionamento do sistema de integração.

**As estradas:** são fundamentais para o transporte da produção avícola, seja de pintinhos, frangos de corte ou ovos. O transporte é realizado pelos caminhões das integradoras, daí a necessidade da manutenção de estradas em boas condições de trânsito para caminhões de pequeno e médio porte. Existem estradas revestidas com saibro ligando a sede do município a todas as comunidades. A sua trafegabilidade é a maior preocupação do poder público local em relação à infraestrutura produtiva do meio rural. Estas estradas também são essenciais ao deslocamento dos proprietários até a cidade para a compra de alimentos e outros produtos, bem como para o deslocamento diário de seus filhos estudantes. A cidade de Orleans conta com instituições de ensino fundamental, médio e superior.



Fonte: Foto do autor, 2005.

**Figura 32: Vista da Comunidade de Brusque do Sul – Orleans-SC.**

As pontes são objetos de constantes trabalhos de preservação e viabilizam a ligação das comunidades rurais até a sede do município. Nesta foto vê-se ao fundo a comunidade de Brusque do Sul e, em primeiro plano, a ponte cruzando o Rio Laranjeiras.

**As casas de comércio**: as casas de comércio ou vendas estão diminuindo em número e importância. Em muitas comunidades estes objetos simplesmente desapareceram, dada a facilidade que têm os colonos hoje de se dirigirem à sede do município utilizando carros ou motos. É nos supermercados urbanos que adquirem a maior parte dos produtos que consomem. Existem, na cidade de Orleans, três supermercados que poderíamos classificar como de porte médio, sendo que dois são de colonos locais que transferiram seus estabelecimentos do meio rural para a cidade. Um outro é de uma rede regional de supermercados. Além destes, existem vários estabelecimentos menores montados nas áreas periféricas da cidade cuja

clientela se constitui de produtores rurais, como nos casos dos mercados Redivo, Volpato, Cachoeira e outros.

Em outras comunidades as casas de comércio transformaram-se em simples “botecos”, onde se reúnem os homens para beber, conversar ou jogar cartas. Mas mesmo este papel vem se esvaziando, pois os mais jovens preferem outras formas de lazer, deslocando-se para a cidade ou assistindo à televisão e acessando a internet.



Fonte: Foto do autor, 2005.

**Figura 33:** Antiga casa de comércio da comunidade de Brusque do Sul.

**A capela:** este elemento, como já foi abordado, continua exercendo papel importante, mas hoje muito mais simbólico que funcional. Ou seja, permanece a capela como elemento de referência na paisagem de cada comunidade, mas não é mais através dela e no entorno dela que se constrói o espaço de convivência. As famílias freqüentam as missas na igreja matriz, normalmente aos domingos. Hoje, não é mais o padre que vai à comunidade, mas a comunidade que vai ao padre. A

capela permanece como elemento principal na paisagem das comunidades. No entanto, o integrado a abandona como espaço social e cultural. Ela não é mais o único objeto centralizador da vida na comunidade. A solidariedade interfamílias enfraquece, dando lugar à solidariedade intrafamília.



Fonte: Foto do autor, 2005.

**Figura 34: Antiga capela da comunidade de Curral Falso.**

**As casas de moradia:** as residências dos “colonos” de hoje contam com eletricidade e praticamente todos os equipamentos que possuem as casas da cidade: fogão a gás, geladeira, freezer, telefone, seja fixo ou celular, e televisão. Em todas as propriedades visitadas encontramos estes aparelhos. Em algumas, encontramos computadores e conexão com a internet. A casa de moradia, hoje, cumpre muito mais que seu antigo papel, que era o de abrigo, descanso e convívio familiar. Por conter dentro dela objetos técnicos, permitem relação direta com outros locais, dentro e fora da região. Constitui-se em espaço de entretenimento e lazer. Durante as noites e nos fins de semana, as novenas, as vendas, as igrejas, os

salões paroquiais recebem cada vez menos pessoas. O mundo transporta-se para dentro de casa. E as pessoas transportam-se para este mundo muito facilmente.

**A granja**: a granja de frango é o objeto novo na paisagem rural do município. Reúne, em seu interior, um conjunto de equipamentos altamente tecnificados. A operação destes equipamentos e seu bom funcionamento é condição essencial para que a produção ocorra, seja de ovos, matrizes, pintinhos ou frangos de corte. Neste sentido, a granja ocupa, em tempo integral, de uma a três pessoas, dependendo de seu tamanho. O ritmo e a intensidade deste trabalho são norteados pelas demandas tanto de quantidade como de qualidade do produto, incluindo características como peso e saúde do frango.

A granja de frango não depende diretamente do meio físico em que está inserida, tendo em vista que os fatores de produção são fornecidos pela empresa integradora:

- Matéria-prima (pintinhos ou matrizes) e insumos ou adquiridos no mercado. Por outro lado, há dependência em relação à infra-estrutura básica, principalmente de estradas e energia elétrica.

As granjas de frango são os objetos elementares para o funcionamento do sistema da pecuária integrada, entretanto, encaixam-se dentro da racionalidade camponesa e daí uma das causas de sua aceitação e expansão. Elas permitem a permanência do homem do campo no campo, e ainda mais, dentro de sua propriedade e próximo à sua residência a maior parte do tempo. Ela não necessita de terras férteis e utiliza uma parcela pequena de terreno. Por outro lado, exige conhecimento especializado, que é repassado ao produtor pelos técnicos da integradora e impõe um ritmo de trabalho e de vida, próximo ao dos operários urbanos.

As granjas são objetos de extrema funcionalidade, mas, por serem totalmente artificializadas e atenderem à lógica das empresas integradoras, rompem com o papel tradicional de construção e organização de um espaço geográfico voltado às necessidades das comunidades camponesas. Seu papel é basilar nas

redes de produção de frango, cujos interesses ligam-se à sociedade global de consumo.

A granja contém objetos técnicos artificiais. Cada um deles e o seu conjunto são frutos da evolução técnico-informacional, impõem o tempo e o ritmo do mundo. O simbolismo destes objetos não está ligado ao lugar e não remetem o colono ao seu próprio lugar, e sim, ao tempo e ao mundo de fora, ao mundo do global e não do local. Como o cotidiano do colono restringe-se à operação com estes objetos, o simbolismo do lugar tende a se perder.



Fonte: Foto do autor, 2004.

**Figura 35: Interior de uma granja de frango.**

A questão da intencionalidade da utilização dos objetos nos traz duas facetas. A primeira é que de fato as granjas são objetos utilizados pelos pequenos proprietários com a intenção de melhorar seus rendimentos. A segunda é que as granjas são objetos básicos dentro do sistema de produção integrada e assim são considerados pelas integradoras. Somente que, neste caso, a integradora utiliza-se

deste objeto como parte de sua estratégia de controle, impondo normas de ação e regulação para o integrado. Neste sentido, o objeto granja presta-se ao domínio deste agente privado. Esta dominação se manifesta ao mesmo tempo em que é favorecida pela inexistência de associações ou cooperativas de produtores integrados. Cada um atua isoladamente, sem domínio sobre a rede que integra e sem articulação com outros produtores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira idéia que nos é clara a partir deste trabalho é que, ao entendermos o Sul de Santa Catarina dentro da concepção de região-paisagem, mas delimitada a partir das definições do IBGE, entendemos sua transformação de paisagem natural em cultural. Para esta transformação foi expressiva a influência da geomorfologia, a partir da qual traçamos a seguinte compartimentação regional.

Um primeiro compartimento é representado pelas planícies flúvio-marinhas e lacustres que compõem a faixa litorânea. Este compartimento foi o primeiro a ser ocupado, basicamente por portugueses açorianos. Nesta área, os solos frágeis, aliados à falta de vocação agrícola dos imigrantes, resultaram em um espaço cujo papel regional ligou-se historicamente à função portuária, basicamente urbana, e à função de ligação do interior com outros espaços, nacionais ou internacionais. Laguna e Tubarão são as cidades que melhor expressaram esta condição.

Um segundo compartimento é representado pelas serras do leste catarinense. É esta área de geologia antiga e profundamente dissecada que foi ocupada pelos colonos alemães e italianos, desenvolvendo aí uma economia voltada inicialmente ao autoconsumo através de pequenas propriedades. Com o tempo, a atividade colonial dinamizou-se. Primeiro, pelo crescimento do comércio dentro e fora da região Sul de Santa Catarina, atendendo às demandas das atividades ligadas à mineração do carvão e ao consumo de banha no Sudeste do País. Depois, com a penetração dos sistemas de produção integrada: a fumicultura, a suinocultura e a avicultura.

Um terceiro compartimento é representado pelos patamares orientais da Bacia do Paraná. É aí que a exploração do carvão fez surgir uma economia industrial e urbana, cujo desenvolvimento maior ocorreu a partir dos anos 70. A acumulação de capitais por alguns grupos fez desenvolver uma maior concentração industrial e urbana, superior à das demais áreas do Sul Catarinense. A cidade de Criciúma foi a que absorveu a maior parte deste capital e da mão-de-obra oriunda tanto de seu próprio meio rural como dos municípios vizinhos.

A influência dos elementos naturais, notadamente o solo e a topografia, foram relevantes, mas não únicos e nem tão pouco determinantes na transformação destes espaços. Na verdade, o peso da natureza só é marcante à medida que é o suporte para as primeiras relações que se estabeleceram entre o imigrante e seu meio. Mas o fato é que estas acabaram por orientar os processos e as formas de apropriação, configurando os três compartimentos em espaços diferenciados, nos quais os sistemas de objetos e ações transformaram-se diferentemente. Reconhecemos nas microrregiões de Araranguá, Criciúma e Tubarão, definidas atualmente pelo IBGE, configurações territoriais diferenciadas resultantes deste processo.

No segundo capítulo, o que destacamos é o desenvolvimento das territorialidades que viriam a definir o território de Orleans. Tais territorialidades são as condições essenciais e primeiras para o surgimento de um território, alcançando a plenitude do conceito que tomamos como principal, ou seja, um território só se realiza quando duas condições básicas são cumpridas – dominação e apropriação. Entendemos então que o território do município alcançou estas condições pela ação conjunta de três elementos ou atores: a Igreja, o Colono e a Empresa de Terras e Colonização. O primeiro e o segundo agentes possibilitaram a dimensão da apropriação simbólica, a partir do desenvolvimento das territorialidades dentro do espaço original dividido entre os compartimentos das serras do leste catarinense, do litoral e da bacia do Paraná. Foi desta apropriação particular no contexto regional que surgiram as comunidades. Estas se tornaram espaços singulares, lugares cujo significado transformou-se com a evolução dos sistemas técnicos. O terceiro agente, a Empresa de Terras e Colonização, possibilitou a dominação política com a criação da Colônia oficial do Grão-Pará e a construção das infra-estruturas que

determinariam sua ordenação territorial. Tal ordenamento territorial possibilitou o desenvolvimento de atividades econômicas orientadas para as redes de comércio local, regional e nacional, as quais atendiam direta ou indiretamente os interesses de grupos capitalistas localizados no Sudeste do país. No entanto, também possibilitou o estabelecimento e o crescimento das comunidades camponesas.

O território do município de Orleans prestava-se, assim, no início de sua ocupação pelos imigrantes a um multi-funcionalismo, à medida que várias práticas eram possíveis: a produção para o autoconsumo, a produção para o comércio intra e extra-regional e o estabelecimento de um cotidiano condizente com o modo de vida camponês. De certa forma, acontecia que o sistema técnico e os objetos, naturais ou artificiais, constituíam sistemas abertos, exatamente na medida em que adquiriam funcionalidade a partir das escolhas sociais. Assim, embora o território servisse às verticalidades, ou seja, atendia aos interesses dos atores hegemônicos da época, era a partir das relações locais, dentro das comunidades, as horizontalidades no dizer de Santos, que este território se organizava.

A afirmação de que cada comunidade é um lugar e é a partir dele que o espaço vai se transformar, e aí incluímos o espaço enquanto região, território ou de forma mais aberta, espaço geográfico – critério fundamental em nossa proposta. As comunidades rurais são lugares caracterizados por sistemas de objetos e por sistemas de ações. O papel das comunidades nas redes de relações dos primeiros tempos da imigração e o seu papel nos dias de hoje, bem como suas especificidades enquanto lugares vão depender do conjunto de objetos que cada comunidade contém, do conteúdo destes objetos e da intencionalidade dos sujeitos que os utilizam. Deve ficar claro, no entanto, que os objetos só adquirem sentido a partir da mediação técnica. É a técnica que faz de cada objeto mais ou menos funcional, mais ou menos significativo para os moradores de cada comunidade. É também a técnica que dá sentido ao papel do lugar no espaço de fluxos. Também é a técnica contida nos objetos que possibilita a relação do colono com o seu meio local.

O papel das comunidades nas redes de relações comerciais e o seu significado enquanto espaço de vida para seus habitantes vai se transformar a partir

da introdução de novos sistemas técnicos, representados no caso do município de Orleans pelos sistemas de produção integrada, pois estes dão novo valor aos objetos. Dentro desta perspectiva, abordamos três momentos deste processo.

O primeiro momento é o que chamamos de “O Lugar do Camponês”. O “lugar do camponês” eram as comunidades rurais, mais de 40 no município de Orleans. Caracterizamos estes lugares, em princípio, a partir de sua importância na construção do espaço geográfico regional e nacional. Esta importância pode ser sintetizada pelas seguintes funções:

- parada para os tropeiros que realizavam o comércio entre a Serra e o Litoral;
- ocupação e construção territorial do espaço aberto ainda existente entre o litoral já ocupado por açorianos e a região serrana já ocupada pelos fazendeiros de gado;
- fornecedora de alimentos para o mercado regional e nacional.

Estas funções demonstraram que as comunidades rurais do passado eram lugares inseridos dentro de uma lógica espacial cujos fatores que a explicam vão muito além da escala local. Ou seja, utilizando-nos das idéias de Santos, as comunidades obedeciam a uma lógica vertical. As comunidades eram pontos nodais daqueles fluxos: o fornecimento de alimentos para a região mineira; o fornecimento de carne e banha de porco para o Rio de Janeiro; entreposto para os tropeiros e para os que desbravavam e ocupavam a terra. Estas funções em seu conjunto representavam assim um sistema de ações que só se realizou a partir do sistema de objetos de cada lugar. Ao estudarmos estes objetos, dentre estradas de boi e de ferro, pontes, casas, igrejas, capelas, rios, morros e outros, descobrimos a importância das **casas de comércio**, também chamadas de **vendas**. As vendas eram o objeto crucial para o funcionamento dos fluxos comerciais do passado colonial, pois era através delas que a produção local era comercializada, seja de gêneros alimentícios para a própria região do Sul Catarinense, seja de banha e carne de porco para o Rio de Janeiro. Era também nas vendas que os tropeiros negociavam cabeças de gado, ou mesmo charque e queijo, em troca de alimentos das colônias. Um outro aspecto relevante é que os donos das vendas se

constituíram em uma pequena “elite” de comerciantes, que acabaram subordinando os demais colonos através de relações comerciais assimétricas.

Mas estes lugares, as comunidades rurais, não se constituíram unicamente pela ação dos vetores verticais, os quais obedeceram mais ao tempo do mundo. Também se constituíram obedecendo ao tempo mais interno, aquele do cotidiano das pessoas. Nos locais onde se estabeleceram as comunidades, os imigrantes reproduziram o modo de vida camponês trazido de suas tradições européias. Foi este modo de vida que permitiu, por um lado, as comunidades servirem àquela lógica vertical referida anteriormente, e por outro, o surgimento de espaços singulares, fruto das relações do colono com o seu meio. Estas relações, as quais Milton Santos chama de horizontalidades, singularizaram os espaços das comunidades. Neste sentido, o sistema de objetos determinou ligação muito forte do colono com o meio físico. Este traço configurou-se através da toponímia local, alusiva a elementos da natureza, notadamente hidrográficos. O sistema de objetos também definiu os limites da própria comunidade e a identidade de cada lugar. Neste caso, foi a Igreja como instituição e como objeto, através das capelas, que exerceu o papel mais relevante. Em suma, o conjunto de objetos de cada comunidade, os quais estão descritos no capítulo 3, deu significado àqueles lugares, tendo em vista às ações que possibilitavam aos colonos realizarem. Se for verdade que estas ações atendiam interesses de fora da comunidade, também é verdade dizer que essas ações reforçavam os laços afetivos entre o homem e seu lugar, ao mesmo tempo em que preservava seu modo de vida. Os homens não se subordinavam aos objetos, mas os subordinavam aos seus interesses e lhes davam valor conforme seu conhecimento técnico ou tradição cultural. A comunidade assim era um lugar aberto de possibilidades. Espaço de convivência, de comunhão ou confronto com a natureza, de produção, de comércio, de relações sociais e de exercício da fé. Do primeiro momento ao qual nos referimos até agora, segue-se um segundo que identificamos como o processo de introdução dos sistemas de produção integrada. Estes sistemas que começaram com a fomicultura, passando pela suinocultura e chegando à avicultura, mais recentemente, transformaram as comunidades à medida que seus objetos passaram a ter um outro valor. E também porque novos objetos são introduzidos.

A proliferação destes sistemas em âmbito regional e municipal encontrou razões na conjuntura de mercado mundial e nacional, com o aumento das demandas respectivas, como em fatores locais. Dentre estes, destacaram-se as dificuldades de cultivo de outros produtos em função do tamanho reduzido das propriedades, da baixa fertilidade das terras e da topografia acidentada. Mas destacamos como fator principal a certeza de comercialização da produção, garantindo renda, capitalização e melhoria de vida para o colono.

A fumicultura, pioneira neste processo, capitalizou o agricultor e dinamizou a economia do meio rural. Possibilitou à família camponesa aquisição de bens de consumo não-duráveis, eletrodomésticos e veículos, aproximando-a do nível consumo e do modo de vida urbano. Mas também lhe impôs novas necessidades: a absorção e domínio de conhecimentos técnicos. Os filhos foram mandados para estudar nas cidades e a família camponesa encolheu. No rastro da fumicultura, a suinocultura expandiu-se se valendo dos capitais já acumulados por esta e da tradição criatória de boa parte dos imigrantes. Finalmente, a partir dos anos 80 e sendo potencializada pelo Plano Real, já nos anos 90, a avicultura se prolifera. Cada uma destas atividades fez das comunidades sedes de unidades produtoras integradas, elementos básicos e primários das redes de produção e comercialização de grandes empresas. As estradas cada vez mais vão servindo ao transporte destes produtos, mas também aos fluxos de pessoas e informações relacionadas diretamente aos sistemas técnicos da fumicultura, suinocultura ou avicultura. Novos objetos são introduzidos na paisagem rural: estufas, granjas de porcos, granjas de frangos.

O aparecimento de um novo lugar, ao qual denominamos de “O Lugar do Integrado”, é o terceiro momento nestas nossas considerações finais. Encontra-se no capítulo 4 deste trabalho. Damos o nome de “O Lugar do Integrado” por entendermos que as comunidades rurais do Município de Orleans passaram a ter um novo papel, ou significado, na organização do espaço geográfico como resultado da introdução e expansão no meio rural dos sistemas de pecuária integrada. Tomamos como exemplo máximo, as comunidades marcadas por grande número de granjas de frango, pois estes elementos são os que alcançaram maior tecnificação, quando comparados à fumicultura e à suinocultura. Neste sentido verificamos que os

colonos submetidos ao tal sistema estabeleceram relação diferente com o seu meio. Perceberam, nos objetos de sua comunidade, um novo valor, um novo significado.

Ao retomarmos, desta forma, os objetos e ações que caracterizamos no capítulo 3, é indispensável traçarmos nossas considerações sobre as comunidades rurais que sofreram tal impacto.

Uma primeira observação é que as granjas, enquanto objetos técnicos e altamente tecnificados, diminuem a relação afetiva do colono com o seu meio. Elas podem estar em qualquer lugar, pois não dependem de fatores locais, mas de fatores estranhos ao próprio lugar, como é o caso dos conhecimentos técnicos, insumos, energia elétrica e matéria-prima. Esta situação é reforçada pelo significado que assumiram os demais objetos das comunidades para estes moradores: a capela, as vendas, as casas de moradia, os rios, as estradas.

Estabelecendo rapidamente uma comparação com as características dos objetos das antigas comunidades, às quais nos referimos no capítulo 4, temos que os sistemas de objetos das comunidades onde a integração predomina:

- não se subordinam ao colono à medida que sua construção e operação dependem da técnica do mundo e não do lugar;
- possuem forma e conteúdo atrelados aos interesses externos e não locais;
- são menos polivalentes, especializando-se no cumprimento das funções de interesse dos grupos hegemônicos e diminuindo o leque de escolhas do camponês;
- reduzem o papel do colono dentro da comunidade, limitando-o à de produtor.

Além disso, é importante ressaltar que este sistema de objetos enfraquece a noção de lugar simbólico, como citamos na visão de Yu Fu Tuan, pois a vivência social e cultural transfere-se da capela (igreja) e seu entorno para dentro de casa (televisão, internet). Os objetos naturais não mais fazem parte do cotidiano das

pessoas, sendo este determinado, no caso dos integrados, pelas necessidades do objeto granja que é ligado à integradora, e não à comunidade.

O sistema técnico e os objetos, naturais ou artificiais do passado constituíam sistemas abertos, exatamente na medida em que adquiriam funcionalidade a partir das escolhas sociais. Atualmente, o papel de produção territorial, no que tange às infra-estruturas, cabe ao poder municipal e não mais à Empresa de Terras e Colonização. Entretanto, os sistemas integrados impuseram ao uso do território uma “*racionalidade instrumental*” cada vez mais homogenizante, cujos objetivos são os das empresas integradoras. Neste caso a noção de poder é estranha ao próprio território, ligando-se aos sistemas de normas técnicas que acabam por regulá-lo. O poder público municipal é um agente que integra este campo de relações que é o território. As atividades que desempenha cada vez mais atendem a ordem do privado e não do público.

Uma outra questão a ser referida é que as redes do passado necessitavam dos lugares que formavam o espaço regional. A banha, principal produto, seguia o seguinte fluxo: **Comunidade rural - Sede do município - Porto de Laguna - Rio de Janeiro**. Os fluxos estabelecidos pela pecuária integrada ligam as comunidades do município às sedes regionais das empresas integradoras e daí diretamente com o Porto de Itajaí, principal porto exportador de carne de frango do Brasil, de onde seguem destino para o exterior. Parte da produção fica para o mercado regional.

O papel que as comunidades rurais exerciam como pontos de parada para tropeiros não existe mais. As estradas asfaltadas continuam ligando a região serrana de Lages e São Joaquim ao litoral, mas com destino à Florianópolis, Criciúma ou Tubarão.

As comunidades também são outras enquanto espaço de vida para o camponês. O isolamento geográfico começou a desaparecer a partir da fumicultura, desestruturando as redes de solidariedade locais. As relações informais deram lugar às relações formais entre integrado e integradora, que estruturaram o ritmo e as tarefas da atividade produtiva. A mediação tecnológica da era técnico-informacional passou a ser essencial na relação do colono com o seu meio. Ao mesmo tempo, a

invasão do meio rural por bens altamente tecnificados substitui o tempo mais interno pelo mais externo. Assim como no exemplo do Yanomani que utilizamos anteriormente, o integrado é mais influenciado pelo “mundo” do que pelo lugar. Isto ocorre tanto pela influência da TV e internet como pelos objetos que opera diariamente, os quais integram a granja. O lugar passa a ser somente suporte das redes, e não mais espaço de vivência e desenvolvimento de territorialidades.

O lugar do integrado é um novo lugar. E o espaço geográfico se constrói a partir dele. Este novo lugar são as mesmas comunidades do passado, mas ressignificadas, pois ressignificados estão seus objetos. Para Santos:

Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando-se uma nova geografia (2002, p. 97).

Esta pesquisa buscou revelar o papel e o significado das comunidades rurais, acreditando na importância do lugar para a construção do espaço geográfico. Dada à sua dimensão e complexidade, e mesmo à sua originalidade e ousadia, muitas questões permaneceram em aberto. Temas que poderão motivar futuras pesquisas mas profundas.

## BIBLIOGRAFIA

### Obras:

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.

ANDRADE, T.A. , SERRA, R.V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**, Rio de Janeiro, IPEA, 1998

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2005.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Traduzido por Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 .

\_\_\_\_\_. O poder da identidade. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Paulo César da. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49.

DALL'ALBA, João Leonir. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Florianópolis: Edição do autor, 1986.

\_\_\_\_\_. **O vale do Braço do Norte**. Orleans: Edição do autor, 1973.

\_\_\_\_\_. **Pioneiros nas terras dos condes história de Orleans I**. Orleans: Edição do autor, 1971.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

ESPARTEL, Lelis, **Curso de topografia**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: UNESP, 2002.

GARCIA, Luiz Alberto Ferreira. **Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil**. Piracicaba. Tese (Doutorado), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2004.

GUATTATI, F. **As três ecologias**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9.ed. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4.ed. Barcelona: Península, 1978. (Série Universitária)

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: USP, 2003.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_; GURVITCH, Georges; CORTIN, P.; BOSE, S. P. **Sociologia rural**. Organizado e introduzido por Maria Isaura Pereira de Queiroz. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

\_\_\_\_\_; SCHMIDT, Wilson (org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

PEREIRA, Diamantino Alves Correia et al. **Geografia ciência do espaço: o espaço brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Atual, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2003.

RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

ROSS, Jurandyr L. Sanches ( org ). **Geografia do Brasil**, 2ª ed., EDUSP, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: USP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Ana Maria Radaelli da et al. **Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o urbano na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: UPF, 2004.

SILVA, Armando Corrêa. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SORJ, Bernardo et al. **Camponeses e agroindústria. Transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Estados e classes sociais na agricultura brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Agricultura familiar, realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TUAN, Y. **Topofilia**. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço & lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

### **Outras fontes:**

ANÁLISE da competitividade da cadeia agroindustrial de carne de frango no Estado do Paraná: sumário executivo / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade e Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da UFSCAR. Curitiba: IPARDES, 2002.

CATAIA, Márcio. **A alienação do território** – o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. UFRGS: Pós-Graduação em Geografia, 2004, p. 2. Palestra.

DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880**. Florianópolis: Lunardelli / UDESC, 1979. Documentário.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do sul do Brasil**. Professor no Departamento de

Geociências da UFSC e doutorando no Programa de Pós-graduação da FFLCH/USP. Anotações.

SCRIPTA NOVA. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119, p. 85, 01 ago. 2002.

TERMOS de referência do processo de planejamento regional – microrregional, Relatório final preliminar. Tubarão: Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, set. 1976. v. 1.

THOMPSON, Almeida Andrade; SERRA, Rodrigo Valente. Rio de Janeiro, mar. 1998, p. 5. Relatório preliminar de pesquisa do Projeto Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano.

ZIEBERT, Roger André; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Avicultura e Produção integrada em Santa Helena, Estado do Paraná: uma abordagem a partir da nova economia institucional. **Agric.**, São Paulo, v. 51, n. 1, p.71-86, jan.-jun. 2004.

XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. **Processos sociais agrários**. Caxambu: out. 1996.

**Internet:**

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/sc/index.htm](http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/sc/index.htm)

[www.igeo.ufrj/fronteiras/mapas](http://www.igeo.ufrj/fronteiras/mapas)

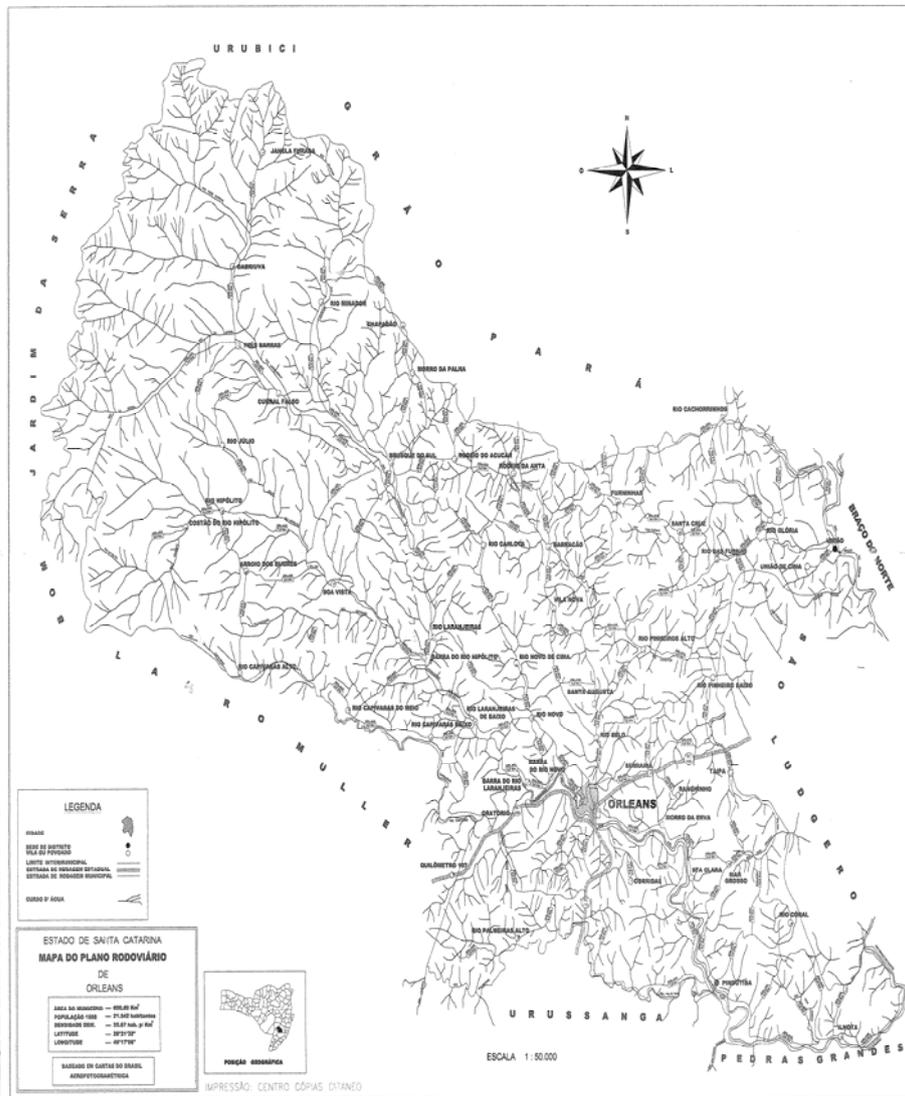
[www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/sc](http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br/sc) - carta SH-22-X-B.

[www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/image/orl\\_casa2.jpg](http://www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/image/orl_casa2.jpg)

[www.orleans.sc.gov.br/turismo.htm](http://www.orleans.sc.gov.br/turismo.htm)

## **ANEXOS**

# ANEXO 1: MAPA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS E AS COMUNIDADES RURAIS



**ANEXO 2:  
QUESTIONÁRIO APLICADO AO PRODUTOR DE FUMO**

**Data: 10 de novembro de 2005**

**Local: Comunidade de Rio Belo, município de Orleans-SC**

- 1) Nome: Valmor Bianco
- 2) Idade: 65 anos
- 3) Área da propriedade: 14,40 há
- 4) Área destinada ao fumo (anos 70/80): 3,0 há
- 5) Áreas destinadas a outras atividades:
  - milho, mandioca, cana-de-açúcar: 2,30 ha
  - pastagens: 4,50 ha
  - reflorestamento acácia/eucalipto: 0,50 ha
  - construções e estradas: 0,60 ha
  - florestas nativas: 3,50 há
- 6) Nº de estufas: 01
- 7) Utilizava lenha própria ou comprada?  
A maioria comprada, complementada por lenha própria de acácia negra.
- 8) Ano em que começou a cultivar o fumo?  
Acho que foi mais ou menos em 1976.
- 9) Ainda continua plantando fumo?  
Não, parei em 1989.
- 10) Qual é o ciclo produtivo do fumo?  
A semeadura: meados de maio e o final da colheita é em meados de janeiro.
- 11) Em que época comercializava a produção?  
De janeiro a abril.
- 12) O que fazia o resto do ano?  
Produzia leite, plantava milho e feijão na mesma área do fumo.
- 13) O que fazia com o dinheiro do fumo?  
Era o dinheiro que permitia fazer algum investimento. Compra de automóvel, eletrodomésticos, televisão colorida, freezer, móveis novos, terrenos urbanos (03) e pagar estudos para os filhos. O resto era só subsistência.
- 14) Quem comprava a produção (era integrado)?  
Era a Companhia Souza Cruz.

- 15) Como era transportada a produção e para onde?  
Era transportada por caminhão, normalmente para Tubarão e, às vezes, para Blumenau.
- 16) Quantas pessoas trabalhavam aproximadamente:  
Resumidamente eram 04 adultos e 04 adolescentes => 08 pessoas
- 17) O fumo era bom para a terra?  
Sim, pois sua cultura era tecnificada e trazia diversos benefícios para a terra:
- análises do solo,
  - correção da acidez,
  - adubação adequada (inicial e de cobertura),
  - controle de ervas daninhas (não se usava herbicida – após uma capina inicial, o próprio crescimento da planta do fumo, com suas enormes folhas, impedia ou sufocava o crescimento das invasoras),
  - controle da erosão, pois seu plantio era feito em curvas de níveis, além de outros mecanismos de controle como a construção de terraços,
  - permitia o plantio de uma safrinha de milho (+- 1,5ha) sem gastos com adubação, somente aproveitando-se a adubação remanescente da cultura do fumo. Este milho-safrinha era utilizado para se fazer a ensilagem (os pés de milho eram picados inteiros numa máquina e enterrados numa espécie de trincheira para que fermentassem e servisse de alimento para o gado leiteiro durante o inverno, quando a pastagem não cresce). Parte da área ocupada pelo fumo (+- 1,5ha) era utilizada para plantio de feijão que era destinado à venda e ao consumo.
- 18) O fumo se adaptava bem ao terreno acidentado e ao solo ácido?  
Sim, pois havia as análises de solo, correção de acidez e medidas de controle de erosão.
- 19) O que a empresa integradora fornecia?  
Dava empréstimo para a construção da estufa, sementes, insumos, outros benefícios. Financiava a construção da estufa e todos os seus equipamentos inicialmente. Anualmente financiava as sementes, pesticidas, adubos. Garantia a compra total do produto, que era o item mais importante, pois os agricultores não precisavam se preocupar em encontrar compradores, ou atravessadores, como ocorre com o milho, feijão, batata, mandioca, etc., e via de regra, têm que entregar sua pequena produção por preços aviltantes.
- 20) Que apoio técnico recebia?  
Havia um orientador que visitava a propriedade quinzenalmente nas diversas etapas da produção, desde a semeadura até a comercialização.
- 21) Que tecnologia tem uma estufa?  
Hoje uma estufa é bem diferente daquelas dos anos 70/80. Atualmente são bastante automatizadas. Anteriormente, possuíam uma fornalha externamente que consumia unicamente lenha. Da fornalha, os gases da combustão eram direcionados para o interior da estufa, através de uma canalização de latão (ou algo assim) com diâmetro aproximado de 30cm, que se desenvolvia pelo piso da estufa, contornando-

a ao longo das quatro paredes e terminando em duas chaminés as quais se estendiam até acima do telhado. A temperatura que se desejava era obtida adicionando-se maior ou menor quantidade de lenha na fornalha e conferindo-se o termômetro que ficava no interior da estufa através de uma pequena janela com vidro fixo.

22) Para tocar uma estufa, é necessário muito conhecimento técnico?

Não. Basta um conhecimento técnico básico de agricultura, seguir as recomendações do orientador da Cia. Integradora e muito, muito trabalho. Uma evidência disto é a grande disseminação das mesmas em numerosas propriedades rurais.

23) O fumo era a atividade que realmente dava mais dinheiro, capitalizava o agricultor?

Pode-se afirmar, sem erro, que o fumo é a única saída para o pequeno agricultor, descapitalizado. A criação de suínos ou frangos exige muito mais dinheiro. Todas as demais culturas tradicionais como milho, feijão, arroz, batata inglesa, mandioca, soja, cana-de-açúcar, são incomparavelmente menos rentáveis (quando não deficitárias) perante o fumo. Nenhuma delas tem garantia de compra e muito menos de preço. O fumo tem ambas. Todas as demais culturas requerem grandes áreas, topografia favorável (plana ou com pouca declividade) mecanização intensa, trabalhadores temporários, estrutura de armazenagem, produção em grande escala e conhecimento do mercado. O fumo não precisa nada disso. Pode ser tocado somente com mão-de-obra familiar, áreas muito pequenas, topografia desfavorável, inclusive sem mecanização (atualmente existem prestadores de serviços de máquinas agrícolas – aragem, gradeamento, aberturas de valas, etc.)

24) Quantos filhos têm?

Tenho 6 filhos.

25) O estudo deles foi pago pelo fumo?

Sim, todo ele.

26) Qual motivo levou seus filhos a saírem da propriedade?

Minha propriedade muito pequena (14,4ha) e de topografia acidentada, possuindo pouca área aproveitável; eles tinham vontade de estudar (de ter outra carreira). Também já existia na família a tradição de “sair para estudar”. Na geração anterior, já havia 02 advogados (tios-irmãos do pai), 02 dentistas (primo do pai-Altair Bianco e primo da mãe-Miguel Crozetta). Também já era antiga a tradição entre os descendentes de imigrantes em Orleans, que moravam no interior, “sair para estudar para Padre”. Frequentavam o Seminário e depois muitos “desistiam” de ser padres e iam fazer outra faculdade. Se alguém fizer uma pesquisa em Orleans, vai se surpreender com o número de pessoas que trilharam este caminho.

27) O que estudaram? Onde estão hoje?

Um está em Florianópolis e é engenheiro. Tem 2 em Criciúma, são formados em Direito. Outros dois estão em Curitiba e são formados em computação.

28) Qual a sua opinião sobre a importância da fumicultura para o município de Orleans?

Diria que a fumicultura foi a salvação do interior de Orleans (como de boa parte do sul do Brasil) onde predomina a pequena propriedade. Falo baseado na minha vivência que tive com esta atividade. Não tenho números. Lembro muito bem que, após a disseminação geral das estufas pelo interior, os “colonos” invadiam as lojas de móveis, eletrodomésticos, roupas, materiais de construção e supermercados e levavam para casa toda sorte de produtos que nunca puderam antes comprar. Nos anos 70, a fumicultura permitiu o fenômeno mais visível da nascente prosperidade das pequenas propriedades rurais que foi a motorização do interior. Todas as famílias passaram a ter um automóvel. Até aquelas que eram reideiros conseguiram seus fuscas, 147s ou Brasília. Hoje a maioria tem carro seminovo e alguns até Zero Km. Outra ambição era comprar, no mínimo, 01 terreno ou casa na cidade. “Para ir morar na praça quando parar de plantar fumo” diziam. E assim, muitas centenas de lotes e casas foram compradas, causando grande valorização imobiliária, o que pode ser comprovado pelo alto preço pedido por um lote na cidade de Orleans. Outros guardavam seus lucros do fumo por anos a adquiriam caminhões e viraram transportadores. Muitos investiram na suinocultura e na avicultura em suas próprias propriedades. Muitos outros investiram em lojas e dinamizaram o comércio do município. E, para os filhos que queriam estudar fora do município, o fumo permitiu que se mantivessem morando nas capitais enquanto estudavam ou mesmo pagando faculdades, assegurando uma espécie de êxodo rural qualificado, o que de outra forma jamais poderia acontecer, visto as grandes distâncias em que se encontravam as boas universidades e custos para freqüentá-las. Sem a fumicultura seria impossível aos filhos de um pequeno agricultor do interior do estado virar advogado, dentista ou engenheiro.

### ANEXO 3: ENTREVISTAS REALIZADAS COM PRODUTORES

a) **AGENOR MENEGASSO**, 56 anos, quatro filhos (1 mulher). Possui 30 hectares, dos quais utiliza 5 hectares para plantio de fumo (integrado da Souza Cruz). Também planta feijão, milho, batata, ovos, leite, arroz, verduras. Tem boi, porco e frango. Sua estufa é antiga, comprando lenha para tocá-la. Compra, na cidade, refrigerante, café, iogurte, chocolate, embutidos. Utiliza, em sua propriedade, mão-de-obra familiar (4 pessoas).

Possui um automóvel, todos os eletrodomésticos, não há telefonia fixa, possui celular. Vai à cidade duas vezes por semana. São católicos e freqüentam a capela da Vila Nova. Pretende financiar a faculdade da filha, hoje com 15 anos. Um dos filhos homem mora hoje na cidade de Orleans. Não possui granja de galinha ou porco, pois não tem mão-de-obra.

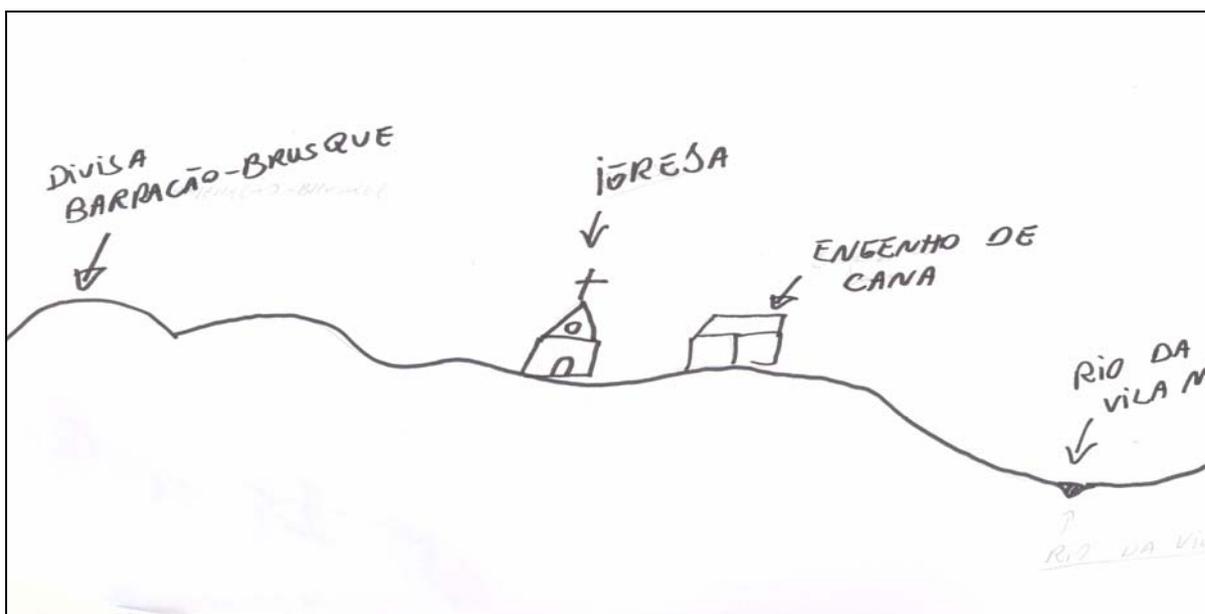
Declaração: “A maioria novo tem ido pra cidade. Hoje em dia, os colonos não querem mais roça. Muito trabalho pra pouco lucro. Na época do fumo, trabalhava-se quase 20 horas por dia”.

Mapa mental confeccionado por Maria Loli Menegasso, esposa de Agenor Menegasso. Tema: A comunidade da Vila Nova. Data: 28/07/04.



b) **WILSON BAGIO**, 53 anos, casado, duas filhas, sendo que uma reside em São Paulo e a outra com ele, possui hoje 19 hectares, cria porcos (não integrado, acha que a integração não vale a pena) e vende para o frigorífico D'Itáli, em Urussanga. Além de criar porcos, planta fumo e milho para as vacas leiteiras. Aderiu à criação de porcos em 1977. Diz que a agricultura era forte até uns 15 anos atrás (milho, feijão, arroz, mandioca, batata, fumo), mas os preços caíram muito e a alternativa foi a granja, ou então ir para a cidade. A terra é boa, embora montanhosa. Os terrenos, não úteis para agricultura, são utilizados com pasto, reflorestamento ou capoeira. Vai uma vez por semana na cidade, onde compra tudo, exceto o que produz: carne, leite, verdura e ovos. Possui carro e todos os eletrodomésticos (geladeira, televisão com parabólica, telefone). Foi na Cooperativa da Coopersul de Braço do Norte. Diz que as pessoas casam com no máximo 25 anos e vão embora. Saem 10 e fica 1. Muitos solteiros trabalham na cidade, vão de moto. Nos fins de semana, fica na comunidade, freqüenta a igreja, o salão paroquial, jogos, etc. Diz que seu pai tinha 12 filhos e uns 80 hectares e plantava mandioca para farinha, criava e vendia porco vivo, amendoim, milho, feijão, arroz. Dos doze filhos, somente 5 hoje trabalham na roça.

Mapa mental de Wilson Bagio. Tema: Barracão. Data: 29/07/04.

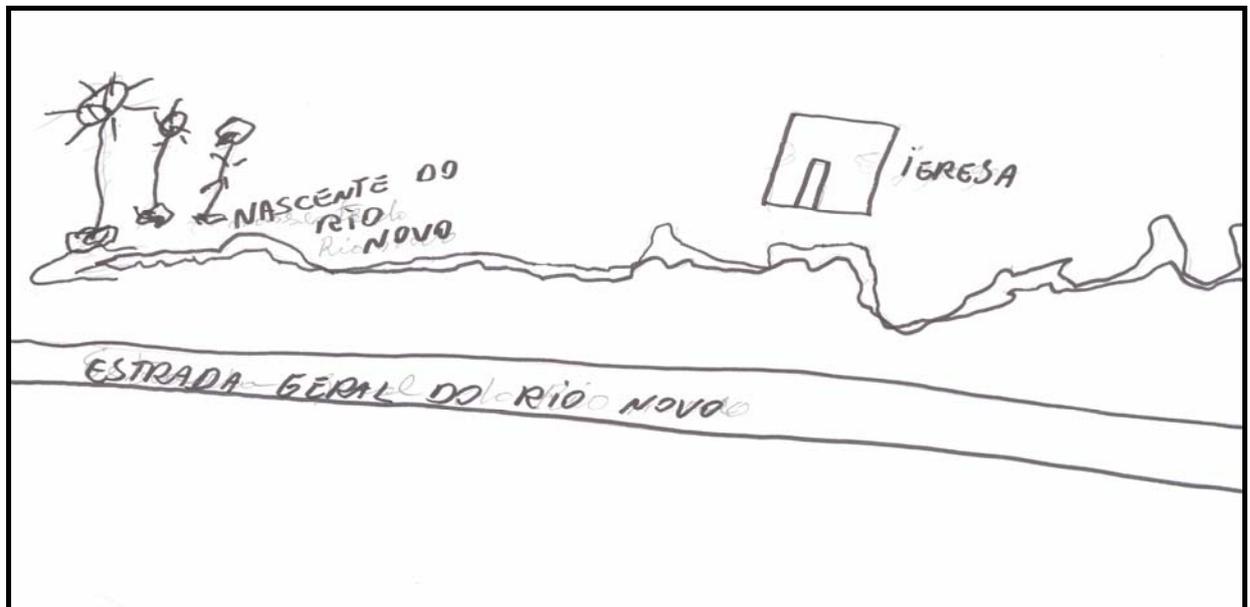


c) **HERMINIO BORGHEZAN**, 77 anos, possui três filhos, 1 filha mora na cidade, e dois filhos são caminhoneiros. É imigrante, vindo novo da Itália, entrando por Laguna, Grão-Pará e Rio Novo. Teve criação de porcos até 1960, vendendo a banha, quando começou a penetrar na região o fumo que garantia a renda. De uns tempos para cá, o fumo vem caindo, porque os novos não ficam mais para ajudar e o governo não dá incentivo. As granjas de porco foram introduzidas nesta década de 60, através da Eliane. Depois vieram as granjas de frango. Possui 55 hectares, 5 hectares são arrendados.

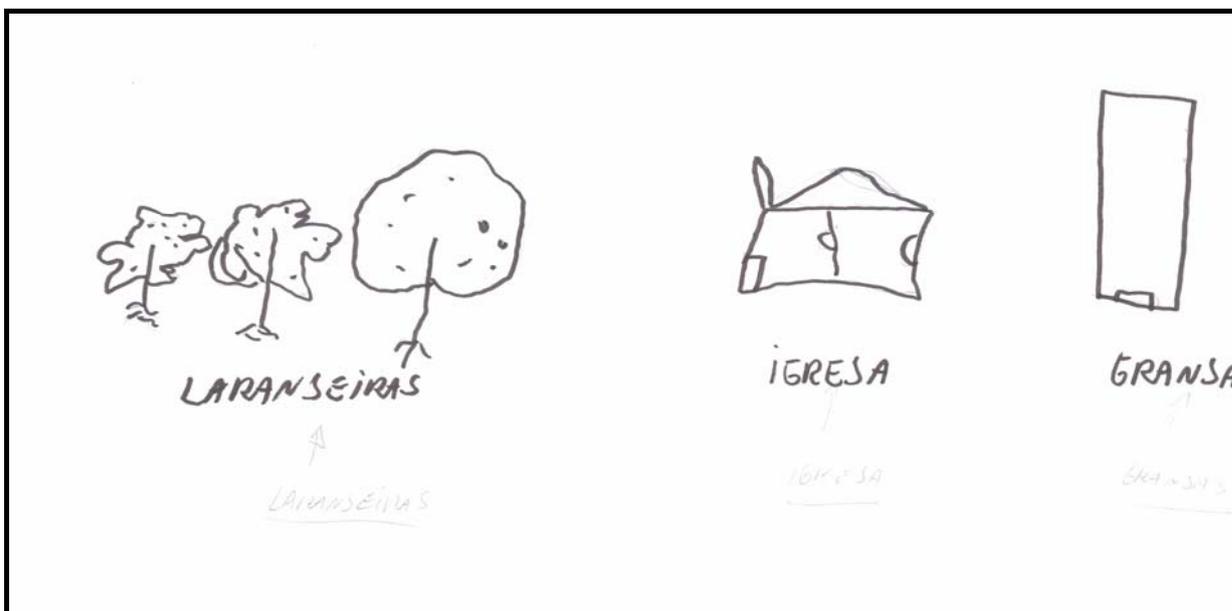
Cria galinhas, possui carro, eletrodomésticos, parabólica. Vai pelo menos uma vez por semana a Orleans.

d) **ANTONIO JOÃO COAN**, 78 anos, possui oito filhos, todos morando na cidade, um nos EUA, outros em Orleans e Criciúma. A terra é boa, mas o governo não ajuda. Hoje em dia, reflorestamento dá mais dinheiro e é mais seguro do que plantar.

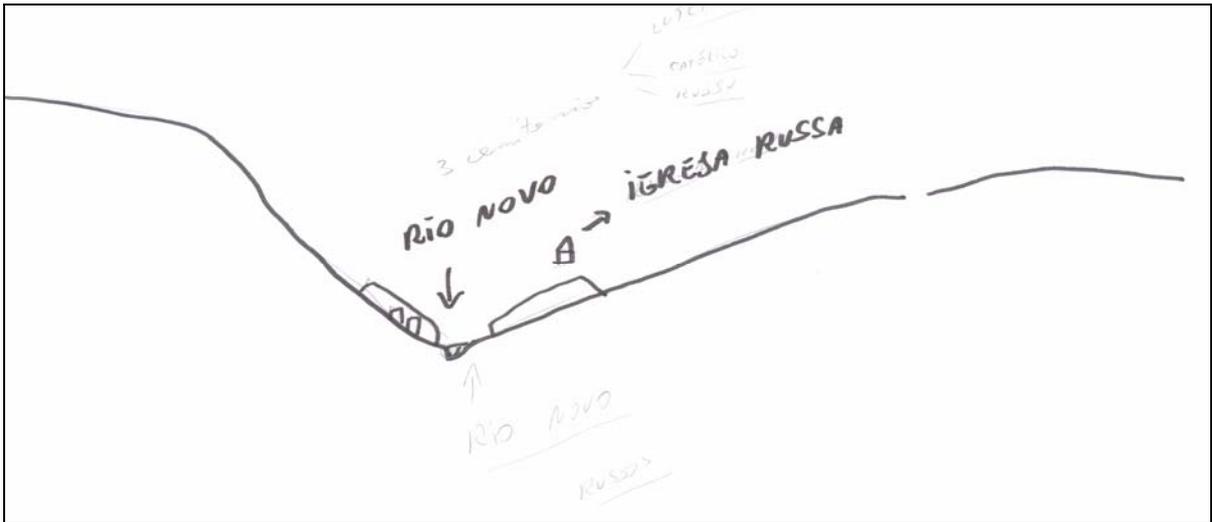
Mapa mental de Antonio João Coan. Tema: Rio Novo. Data: 26/07/04.



e) **ANTONIO DUARTE RINALDI**, 40 anos, é integrado e produz aves de postura para a SEARA. É casado e possui quatro filhos, entre 10 e 16 anos. Todos trabalham na propriedade e estudam em Orleans. Possui 7 funcionários, não planta nada, mas tem 5 hectares de reflorestamento de pinus e eucalipto. Planta somente hortifrutigranjeiros para consumo. O objetivo dos filhos é estudar e talvez voltar para a terra. Acha uma boa a faculdade de Engenharia. Possui ao todo 18 hectares. Migrou da integração do fumo para o frango. Possui todos os eletrodomésticos e possui carro. Compra na cidade quase tudo (vai a Orleans duas vezes por semana). Não frequenta muito a comunidade e ouve pouco a rádio local. Sua rotina é trabalhar na granja entre 05h e 19h. Seu pai tinha 9 filhos, dos quais somente ele e um irmão ainda estão no campo. Os outros foram para as cidades de Joinvile, Sombrio, Urussanga e Orleans. Possui, em sua propriedade, 4 galpões com capacidade para 21.500 ovos diários. Utiliza um biodigestor e produz sua própria energia elétrica. Possui granja há cinco anos e tem apoio técnico uma vez por semana. A ave entra com 24 semanas e sai com 65 a 70 semanas. Observou que não há incentivos do poder público para manutenção dos biodigestores. O reflorestamento é uma boa alternativa para garantir renda. Possui apenas a 4ª série primária.

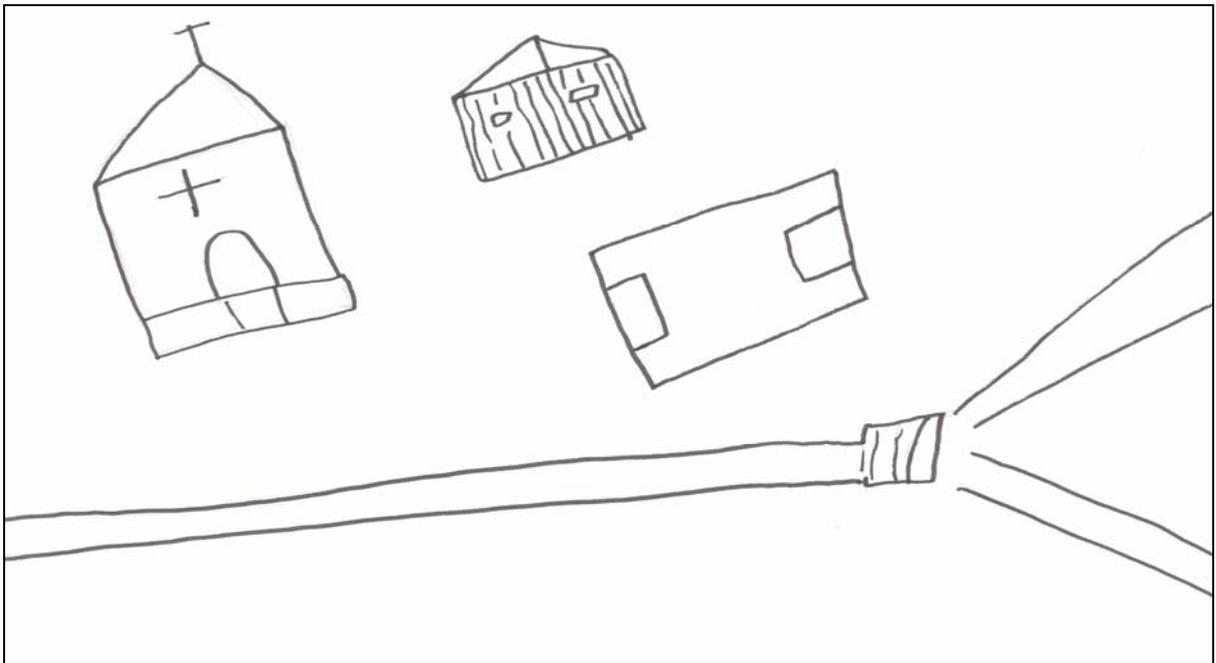


f) **ORAIDE ALBERTON** reside no Rio Novo, tem 55 anos, três filhos, todos morando em Orleans, casada com Claudemir Crema, possui 33 hectares, onde produzem alguns alimentos, feijão e milho. Mas, além da roça, sempre trabalhou com fumo. Possui todos os eletrodomésticos. Declarou que os colonos vão todos embora para a cidade, pois não é mais possível desmatar. Muita gente está indo embora porque não tem mais terra. O IBAMA não deixa desmatar mais nada. No Rio Novo tem somente 4 jovens que ficaram, fora eles, ficam só os pais.



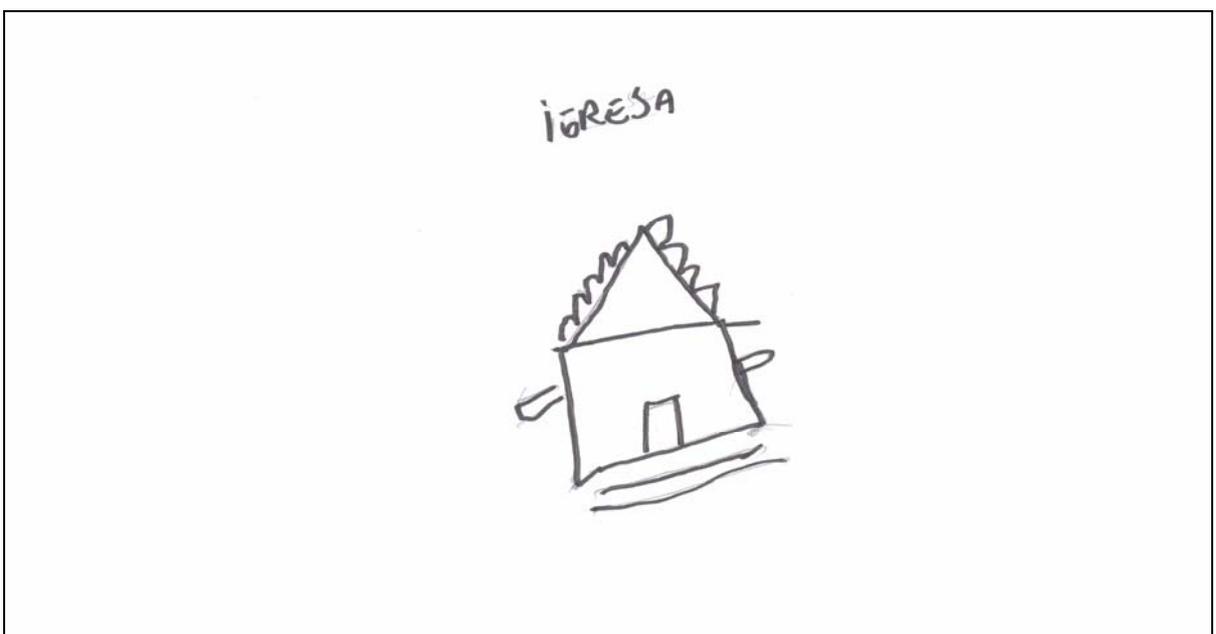
g) **JOVANI FRASSON**, 26 anos, morador da Vila Nova, solteiro, mora com os pais. Tem 2 irmãs, uma é professora de Química e a outra estuda na UNESC (História). A família possui 26 hectares. Possuem granja de porco (não integrada). A mão-de-obra é da família. Possuem todos os eletrodomésticos. Não cultivam nada, pasto 5 hectares, capoeira 15 hectares, 2 hectares eucalipto. Não tem tempo para cultivar. Pensa em ficar na propriedade e tocar o negócio. Compram os gêneros na cidade, com exceção de verduras, carnes e leite.

Mapa mental de Jovani Frasson, localidade de Vila Nova. Data: 29/07/04.



h) **ARLINDO DEL CASTANHEL**, 50 anos, casado, cinco filhos, somente 1 trabalha na roça, sustenta a faculdade de outra filha, outro trabalha de empregado para outro colono. Possui 23 hectares, sendo 7 hectares de mata. Tem 6 vacas leiteiras, planta ainda milho e cana. Produz ainda o necessário para o consumo, possui automóvel, moto e todos os eletrodomésticos. Ainda planta fumo, que lhe dá o dinheiro, mas está difícil, pois falta gente. Os novos estão todos indo para a cidade, só dois casais novos ficaram. Há pouco apoio do governo.

Mapa mental de Arlindo Del Castanhel. Localidade: Vila Nova. Data: 29/07/04.



i) **ROMUALDO BIANCO**, 63 anos, possui 40 hectares, 12 irmãos, todos trabalhando na roça. Planta fumo, que é o que dá dinheiro, além de milho, batata, mandioca. Tem também uma granja de porco por conta própria. Iniciou com o fumo nos anos 70, através da integração da Souza Cruz. Possui oito filhos que estudaram até o 2º grau, as idades variando de 23 a 39 anos. Todos trabalham na lavoura, em cima dos 40 hectares dele. Diz que a lavoura não compensa devido ao relevo. Tem todos os eletrodomésticos e consome da própria lavoura, mas compra muita coisa em Orleans, aonde vai pelo menos 4 vezes por semana. Afirma que hoje tem mais mato do que no passado. “No passado a terra esgotava e tinha que derrubar”. Também se usava lenha para as estufas. Hoje elas são elétricas e não precisa mais de lenha.

j) **MARILÉA MATTEI**, 39 anos, casada, tem 1 filho de 12 anos. Possui com o marido 20 hectares, 2 granjas de frango (integrados da SUPREMA), 1 hectare de fumo. Plantam também milho e feijão. Possuem todos os eletrodomésticos. A granja dá menos trabalho. O filho quer ir para a faculdade. O filho estuda na 7ª série na própria comunidade. Utiliza pela manhã a Internet, vê televisão, etc.

Mapa mental de Ismael Mattei, 12 anos, Barracão. Data: 29/07/2004.

